UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EMILLY THAINÁ GONÇALVES RODRIGUES

“FECHA AS PERNAS E SENTA IGUAL MOÇA!”; “ENGOLE O CHORO, MENINO MACHO NÃO CHORA!”: DISCURSOS DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO SOBRE EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE

Montes Claros - MG
2026

EMILLY THAINÁ GONÇALVES RODRIGUES

“FECHA AS PERNAS E SENTA IGUAL MOÇA!”; “ENGOLE O CHORO, MENINO MACHO NÃO CHORA!”: DISCURSOS DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO SOBRE EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

Área de concentração: Desenvolvimento Social

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Identidades e Territorialidades

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Mônica Maria Teixeira Amorim

Montes Claros - MG

2026

Rodrigues, Emilly Thainá Gonçalves.
R696f “Fecha as pernas e senta igual moça!”; “engole o choro, menino macho não chora!” [manuscrito]: discursos de jovens do ensino médio sobre educação para a sexualidade / Emilly Thainá Gonçalves Rodrigues. – Montes Claros (MG), 2026.
105 f. : il.

Bibliografia: f. 91-96.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2026.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Maria Teixeira Amorim.

1. Educação sexual. 2. Adolescentes - Sexualidade. 3. Estudantes do ensino médio - Discursos. I. Amorim, Mônica Maria Teixeira. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: discursos de jovens do ensino médio sobre educação para a sexualidade.

Catalogação: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

EMILLY THAINÁ GONÇALVES RODRIGUES

“FECHA AS PERNAS E SENTA IGUAL MOÇA!”; “ENGOLE O CHORO, MENINO MACHO NÃO CHORA!”: DISCURSOS DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO SOBRE EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

Aprovada em: ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Mônica Maria Teixeira Amorim (Orientadora)

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

_____

Profa. Dra. Bárbara Figueiredo Souto (Examinadora Interna)

Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

_____

Profa. Dra. Eliane Rose Maio (Examinadora Externa)

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Aos meus pais, Clayton Alves Rodrigues e Débora Regina Gonçalves, que me deram a vida e me ensinaram o amor.
À minha vovó Marlene (*in memoriam*), que partiu, mas continua viva em meu coração todos os dias.
A Kleber Barbosa Oliva Filho, meu companheiro, noivo e amor da minha vida, por ter sido acolhimento, amor e segurança ao longo desta trajetória.
Amo vocês com todo o meu coração.

AGRADECIMENTOS

Ao começar a escrever estes agradecimentos, um filme passa pela minha cabeça. O percurso do mestrado foi marcado por muitas aprendizagens, lutas, encontros e afetos. Finalizar este ciclo representa, para mim, a realização de um sonho pessoal, mas também a certeza de que todo o conhecimento ao qual tive acesso não permanecerá apenas nestas páginas: ele será devolvido à sociedade.

Faço parte do grupo dos periféricos e periféricas, dos marginalizados e marginalizadas e daqueles e daquelas que sonham com um mundo mais justo. Como bem nos lembra Eduardo Marinho, o conhecimento não pode ser um privilégio. Se tive acesso a saberes historicamente negados às classes populares, tenho também o compromisso ético e político de devolvê-los à coletividade da qual faço parte.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me sustentado durante toda essa caminhada, por ter sido amparo, força e consolo nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Clayton Alves Rodrigues e Débora Regina Gonçalves, que desde a minha infância ocupam as plateias da minha vida, incentivando-me, acolhendo-me e acreditando em mim. Não tenho medo do mundo porque tenho a certeza de que sou amada. Minha eterna gratidão por estarem aqui comigo, sempre.

Ao meu parceiro de vida, meu noivo, Kleber Barbosa Oliva Filho, que foi meu porto seguro, meu suporte, amor e cuidado ao longo desta caminhada. Obrigada por iluminar a minha vida, por ser calmaria em meio aos dias agitados e por me dar forças para concluir esta etapa. Seguimos juntos nas trincheiras da vida e dos sonhos.

Às minhas avós, Marlene Alves Rodrigues *(in memoriam)* e Zileide Siqueira, que são rede de apoio e afeto. Em especial à minha avó Marlene, que partiu quando fui aprovada no processo seletivo do mestrado e não pôde viver comigo esta fase que tanto sonhamos. Ainda assim, sinto sua presença, seu cuidado e seu amor dentro do meu coração.

À Rede Emancipa, especialmente ao Cursinho Popular Darcy Ribeiro, que me apresentou grande parte das pessoas que hoje mais amo e admiro. Foi nesse espaço que descobri novas possibilidades de vida, construí amizades, conheci o ensino superior, encontrei o amor da minha vida e passei a caminhar ao lado de pessoas que sonham e lutam por uma sociedade mais justa, em que todas as pessoas possam viver com dignidade.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da Associação de Montes Claros de Catadores de Recicláveis (MONTESUL), que me acolheram com generosidade, compartilharam comigo seu espaço de trabalho, suas histórias de vida, seus sonhos e suas famílias. Conviver com vocês foi

uma das experiências mais bonitas da minha trajetória acadêmica e humana. Vocês fazem parte da minha formação. Meu carinho e minha gratidão por tudo o que vivemos juntos/as. Obrigada!

Às professoras doutoras Mônica Maria Teixeira Amorim e Bárbara Figueiredo, por terem me acolhido na universidade, por terem sido minhas amigas e ouvidos atentos, não permitindo que eu desistisse da pós-graduação e caminhando comigo na luta pela educação popular. Em especial à minha orientadora, professora Mônica Amorim, mulher que admiro profundamente como profissional e, ainda mais, como ser humano. Obrigada pelo coração generoso, pelo apoio incondicional, pela confiança e por ter me apresentado o mundo e suas inúmeras possibilidades. Minha gratidão será eterna.

À minha irmã de coração e grande amiga, Luane Gomes, que inspirou esta pesquisa e é fonte de amor e acolhimento. Obrigada por tantos anos de amizade, por permanecer ao meu lado nos momentos mais difíceis e por celebrar comigo cada conquista. Você faz parte da minha história.

Aos grandes amigos que fiz nesta travessia, Junio Mendes e Nathalia Costa, que foram cuidado, acolhimento e companheirismo. Durante o primeiro ano do mestrado, Nathalia foi minha única amiga na pós-graduação e passamos muitos meses compartilhando sozinhas os desafios desse percurso. Depois, Junio chegou para somar e tornar nossa caminhada ainda mais bonita. A amizade de vocês é algo precioso e muito especial para mim. Amo vocês.

À minha amiga e eterna dupla, Adriana Carvalho, presente que ganhei na graduação e que segue compartilhando comigo a vida, os sonhos e as utopias. Dri, sua amizade é um presente. Obrigada, obrigada e obrigada.

Às minhas madrinhas e ao meu padrinho, que tornam a vida mais leve e são importante rede de apoio em todos os momentos.

À minha família – tios, tias, afilhadas e demais familiares – pela compreensão diante das minhas ausências e pelo incentivo constante ao longo desta caminhada.

Aos meus companheiros e companheiras do Escola em Movimento, especialmente ao pesquisador Renan Nascimento, pelas valiosas contribuições teóricas para esta pesquisa.

À Rayane Otília, inspiração de coragem e resistência. Minha profunda admiração por sua trajetória de vida e pela pessoa que você é.

À minha prima Victória Cardoso, que acompanhou todas as minhas fases e segue lutando comigo pela Educação Popular. Você é um presente. Obrigada por permanecer ao meu lado.

Às professoras doutoras Eliane Rose Maio e Bárbara Figueiredo, que gentilmente aceitaram compor esta banca. Obrigada pela disponibilidade de leitura, pelos apontamentos,

contribuições e pela presença na finalização deste ciclo tão especial. Recebam meu carinho, respeito e admiração.

Às professoras da rede pública de ensino, que acolheram a criança e a adolescente curiosa que fui, incentivando meus sonhos e ouvindo atentamente meus questionamentos. Se hoje consigo concluir uma pós-graduação, é porque a escola pública ainda existe e resiste aos constantes ataques que tentam desqualificá-la.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio financeiro que viabilizou esta pesquisa. Sem esse suporte, a permanência em um programa de pós-graduação seria inviável.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros, ao corpo docente e aos servidores técnico-administrativos, minha sincera gratidão.

Aos jovens, cheios de sonhos e potência, da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, que participaram dos grupos focais e deram vida a esta pesquisa. Obrigada pela confiança, pela escuta e por reacenderem em mim a esperança e o brilho no olhar.

E, por fim, a todas as pessoas que caminharam comigo nesta jornada, meu profundo agradecimento. Como escreveu Guimarães Rosa: “O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. Que esta travessia siga produzindo encontros, aprendizados e novos caminhos.

Seguirei na luta, esperançando as travessias desta vida.

"Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam."

Paulo Freire.

RESUMO

Os discursos de jovens do Ensino Médio sobre a educação sexual constituem o objeto central desta pesquisa. O estudo teve como objetivo compreender os sentidos atribuídos pelos jovens à sexualidade, bem como identificar os diferentes espaços e experiências que participam da construção desses discursos. Para tanto, discutem-se referenciais teóricos sobre sexualidade, gênero e juventudes, além de analisar a produção acadêmica apresentada no Grupo de Trabalho 23 (Gênero, Sexualidade e Educação) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), entre os anos de 2017 e 2025. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que envolveu estudo bibliográfico, análise documental, aplicação de questionários e realização de dois grupos focais com dezesseis estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, em Montes Claros-MG. Para a análise dos dados, adotaram-se os pressupostos da Análise de Discurso de linha francesa, especialmente a partir das contribuições de Eni Orlandi. Os resultados evidenciam que os jovens constroem conhecimentos sobre sexualidade em múltiplos espaços de socialização, com destaque para as redes sociais, a família, a religião e a escola. Também revelam a presença de silenciamentos, discursos conservadores e disputas de sentidos em torno das questões de gênero, valores morais e educação para a sexualidade. Conclui-se que a educação para a sexualidade permanece como um campo de disputas, demandando práticas educativas comprometidas com o diálogo, a diversidade e os direitos humanos.

Palavras-chave: Educação sexual; Juventudes; Discursos; Sexualidade.

ABSTRACT

High school students' discourses on sexuality education constitute the central focus of this study. The research aimed to understand the meanings attributed by young people to sexuality, as well as to identify the different spaces and experiences involved in the construction of these discourses. To this end, the study discusses theoretical contributions on sexuality, gender, and youth, while also analyzing academic papers presented in Working Group 23 (Gender, Sexuality and Education) of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd) between 2017 and 2025. Methodologically, this qualitative research involved a literature review, documentary analysis, questionnaires, and two focus groups conducted with sixteen high school students from Professor Plínio Ribeiro State School, located in Montes Claros, Minas Gerais, Brazil. Data were analyzed through the perspective of French Discourse Analysis, particularly based on the contributions of Eni Orlandi. The findings indicate that young people construct knowledge about sexuality through multiple spaces of socialization, especially social media, family, religion, and school. The results also reveal the presence of silencing processes, conservative discourses, and disputes over meanings related to gender issues, moral values, and sexuality education. The study concludes that sexuality education remains a contested field, requiring educational practices committed to dialogue, diversity, and human rights.

Keywords: Sexuality Education; Youth; Discourses; Sexuality.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos que abordam a educação sexual no GT 23 (2017) 49
Quadro 2 – Trabalhos apresentados no GT 23 (2017) 50
Quadro 3 – Trabalhos apresentados no GT 23 (2019) 52
Quadro 4 – Trabalhos que abordam educação sexual e juventudes no GT 23 (2019) 53
Quadro 5 – Trabalhos apresentados no GT 23 (2021) 54
Quadro 6 – Trabalhos que abordam juventudes e educação sexual no GT 23 (2021) 55
Quadro 7 – Trabalhos que dialogam com a educação sexual no GT23 (2023)..... 57
Quadro 8 – Trabalhos apresentados no GT 23 (2023) 58
Quadro 9 – Trabalhos apresentados no GT 23 (2025) 60
Quadro 10 – Trabalhos que abordam educação sexual e juventude no GT 23 (2025)..... 63

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Número de trabalhos apresentados no GT 23 (2017–2025)..... 49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
GTs	Grupos de Trabalho
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (e Travestis), Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e mais identidades.
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PL	Partido Liberal
PSE	Programa Saúde na Escola
SPE	Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAIS E CAMINHOS DA PESQUISA: BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO SEXUAL 18

1.1 Educação sexual: entre conceitos e preconceitos 18

1.2 O corpo nas telas: mídias digitais e práticas de (des)educação sexual entre jovens ... 30

1.3 Nostalgia e submissão: juventudes, valores tradicionais e algoritmos de conforto 34

1.4 Entre a tela e a sala de aula: algoritmos, conservadorismo digital e os entraves à educação sexual 37

CAPÍTULO 2 – JUVENTUDES E EDUCAÇÃO SEXUAL NA PESQUISA EDUCACIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ANAIS DA ANPEd 39

2.1 Delineamento teórico-metodológico da investigação 41

2.2 A (não) articulação entre juventudes e educação sexual nas produções do GT 23 45

2.3 Um panorama das discussões sobre educação sexual presentes na produção acadêmica no GT 23 da ANPEd (2017–2025) 48

CAPÍTULO 3 – ENTRE SILÊNCIOS, REDES SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS: DISCURSOS JUVENIS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL 65

3.1 Caminhos da pesquisa e construção dos grupos focais 66

3.2 “A gente aprende mais na internet do que na escola”: tabus, silenciamentos e interdições nos discursos sobre sexualidade 71

3.3 “A internet ensina, mas também confunde”: plataformas digitais, circulação de discursos e formação das juventudes 75

3.4 Discursos conservadores, gênero e disputas de sentidos 79

3.5 “A escola deveria conversar mais sobre isso”: juventudes, escuta e possibilidades para uma educação sexual crítica 83

CONSIDERAÇÕES FINAIS 87

REFERÊNCIAS 89

APÊNDICES 98
Apêndice A – TCLE (Participante Maior de Idade) 98
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Responsável Legal) 99
Apêndice C – Questionário Pré-Grupo Focal 100
Apêndice D – Questionário Educação Sexual, Gênero e Juventudes 102
Apêndice E – Fotos do Grupo Focal 105

INTRODUÇÃO

A temática da educação para a sexualidade tem se constituído como um campo de disputas, silenciamentos e resistências, especialmente quando situada no contexto escolar. Em uma sociedade marcada por normas de gênero rigidamente definidas, discursos heteronormativos e recorrentes ataques ao debate sobre diversidade sexual e de gênero, discutir a inserção da sexualidade no espaço educativo escolar se revela urgente e necessário. Este estudo parte do reconhecimento de que os jovens vivenciam e constroem suas compreensões sobre a sexualidade em múltiplos espaços – escola, família, redes sociais e interações cotidianas –, atravessados por valores culturais, sociais, políticos e religiosos.

Nesse contexto, formulam-se os seguintes problemas de pesquisa: como os jovens do Ensino Médio compreendem a educação para a sexualidade? Quais discursos emergem de suas falas sobre o tema? Em quais espaços construíram sua formação sobre sexualidade e quais silêncios e resistências se revelam nesse processo?

A investigação insere-se no projeto mais amplo intitulado "Escola em Movimento: educação para a diversidade e protagonismo estudantil", aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), que visa contribuir com estratégias de ensino-aprendizagem atravessadas por questões étnico-raciais e de gênero na educação básica.

O projeto é coordenado pelas professoras doutoras Mônica Maria Teixeira Amorim e Bárbara Figueiredo, docentes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), cujas trajetórias acadêmicas e extensionistas são marcadas pela atuação nos campos da educação popular, educação para a diversidade, juventudes, mulheres, direitos humanos e inclusão social. Por meio de ações de pesquisa e extensão, o projeto busca fortalecer o protagonismo estudantil e promover diálogos com as juventudes[1].

O estudo foi realizado na Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, popularmente conhecida como Escola Normal, localizada na região sul de Montes Claros/MG. A instituição foi escolhida por ser a escola com o maior número de estudantes da rede estadual na cidade e, sobretudo, pela expressiva diversidade e pluralidade das juventudes que a compõem.

Conforme destaca Juarez Dayrell (2007), compreender as juventudes em sua multiplicidade requer atenção aos contextos sociais, culturais e econômicos nos quais estão inseridas, valorizando os diferentes modos de ser jovem. É justamente essa diversidade que

[1] Agradecemos a FAPEMIG pelo apoio financeiro que viabilizou esta pesquisa (APQ-05767-23).

tornou a Escola Normal um *lócus* privilegiado para a escuta das experiências juvenis relacionadas à sexualidade.

Para tanto, propôs-se uma abordagem qualitativa, com base na realização de grupos focais com 16 estudantes do Ensino Médio, aliada à análise de produções acadêmicas recentes e ao levantamento teórico-metodológico que sustentou a discussão sobre sexualidade, gênero e juventudes. A proposta buscou, assim, lançar luz sobre os sentidos atribuídos pelos jovens à educação sexual, identificar silêncios, resistências e disputas que atravessam esse campo, e contribuir para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com os direitos humanos, a equidade e a valorização da diversidade.

As inquietações que mobilizam esta investigação foram sendo tecidas ao longo da minha trajetória pessoal, acadêmica e militante, atravessada por marcadores de raça, classe, gênero e sexualidade. Sou uma mulher parda, oriunda da periferia, e foi no encontro com a Rede Emancipa[2] – inicialmente como estudante e, posteriormente, como coordenadora do Cursinho Popular Darcy Ribeiro[3] – que comecei a compreender as opressões estruturais que moldavam minha experiência e a de tantos outros jovens periféricos.

Em 2018, fui estudante do Cursinho Popular Darcy Ribeiro, iniciativa vinculada à Rede Emancipa, experiência que ampliou minhas possibilidades de acesso ao Ensino Superior e contribuiu para minha formação política e humana. No ano seguinte, fui aprovada no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), onde concluí minha graduação ao final de 2023.

O acesso a uma educação crítica e comprometida com a transformação social foi, para mim, um divisor de águas. Nesse espaço de formação política e afetiva, pude não apenas elaborar os efeitos da desigualdade de classe que atravessavam minha trajetória, mas também compreender as formas de violência simbólica e institucional sofridas por minha irmã lésbica, que vivenciou o preconceito e o isolamento no ambiente escolar por não performar aos padrões hegemônicos de feminilidade.

Nas atividades pedagógicas e nos círculos de cultura realizados com as juventudes no cursinho, emergiram de forma contundente os silenciamentos e os incômodos em torno das questões de gênero e sexualidade. Jovens LGBTQIAP+ expressavam, com frequência, suas dúvidas, medos e a sensação de não pertencimento, tanto na escola quanto em suas casas.

---

[2] Movimento Social de Educação Popular.

[3] Trata-se do Cursinho Popular Darcy Ribeiro, sediado em Montes Claros-MG, que oferece aulas preparatórias para os vestibulares com o objetivo de preparar os estudantes para a aprovação e fomentar a construção de um pensamento crítico, capacitando-os a desenvolver uma leitura reflexiva do mundo em que vivem.

Como destaca bell hooks (2013), a educação libertadora não pode se limitar à transmissão de conteúdos; precisa ser um espaço de "prática da liberdade", no qual todas as experiências e identidades possam ser reconhecidas, escutadas e valorizadas. Entendo, hoje, que esse reconhecimento foi fundamental para minha própria constituição como sujeita política.

Essas vivências alimentaram minha inquietação teórica e investigativa, além de evidenciar como o silêncio, conforme nos alerta Michel Foucault (1976), opera como forma de poder, regulando corpos e subjetividades. O silêncio também educa, e é justamente esse tipo de educação, pautada na negação da diversidade, no apagamento das existências dissidentes e na naturalização de hierarquias sociais, que esta pesquisa busca desvelar.

A análise dos discursos de jovens sobre a sexualidade apresenta-se como possibilidade de tensionar essas ausências, iluminar os atravessamentos entre juventudes, escola e preconceitos, e contribuir para a construção de uma educação comprometida com a liberdade, a justiça e o reconhecimento das múltiplas formas de ser no mundo, como defende Hooks (2013).

Os participantes dos grupos focais[4] foram convidados de forma voluntária a partir das atividades desenvolvidas no projeto "Escola em Movimento", na escola pesquisada. A realização dessas ações foi autorizada pela direção (Anexo 1), que acolheu a proposta do projeto por meio da mediação de um professor integrante da equipe, responsável por atuar na escola e estabelecer a interlocução entre a universidade e a comunidade escolar. Nesse contexto, foram desenvolvidas palestras, rodas de conversa e momentos de discussão em sala de aula, abordando temas como educação sexual, gênero, corpo, afetividade, prevenção de violências e prevenção de gravidez na adolescência.

A aproximação com os estudantes foi sendo construída ao longo dos encontros, à medida que compartilhávamos conversas e momentos de aprendizagem coletiva. Desde o início, procurei dialogar com os jovens a partir de referências presentes em seu cotidiano, utilizando uma linguagem próxima àquela que empregavam entre si, incorporando expressões, gírias e até *memes* que circulavam em suas redes sociais. Em diversos momentos, foram os próprios estudantes que traziam essas referências para as discussões, e eu as utilizava como ponto de partida para problematizar questões relacionadas à educação sexual, aos relacionamentos, aos estereótipos de gênero e às informações que consumiam na internet.

[4] O grupo focal consiste em uma técnica de pesquisa qualitativa baseada na discussão orientada entre um pequeno grupo de participantes, conduzida por um moderador, com o propósito de explorar percepções, experiências, opiniões e significados sobre um tema específico. A interação entre os participantes constitui o principal diferencial metodológico da técnica, favorecendo a construção coletiva de informações e interpretações (Morgan, 1997).

Neste percurso investigativo, a pesquisa organiza-se em três partes, que articulam teoria, análise crítica e escuta empírica de forma integrada. O Capítulo 1 desenvolve o referencial teórico e metodológico, abordando as categorias centrais (sexualidade, gênero, juventudes e educação sexual) sob a ótica de autores/as fundamentais, como Michel Foucault, Judith Butler, Joan Scott, Guacira Lopes Louro, Laqueur e Dayrell, entre outros. Essas contribuições permitem compreender a sexualidade não como um dado biológico ou natural, mas como uma construção social, política e histórica, permeada por relações de poder. A seção também recupera os marcos histórico-legais e curriculares da temática no Brasil, com especial atenção à LDB/96 e aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), além de apresentar e justificar os caminhos metodológicos adotados.

O Capítulo 2 é dedicado à análise da produção acadêmica recente sobre juventudes e educação sexual, com foco nos Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Ao mapear os principais enfoques e lacunas do campo, visa compreender como a temática tem sido abordada pela pesquisa educacional brasileira nos últimos anos e quais desafios persistem para a efetivação de uma educação sexual crítica, interseccional e emancipadora.

Por fim, o Capítulo 3 adentra o espaço da escola e das juventudes pesquisadas, apresentando a Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro (Escola Normal) e analisando os discursos produzidos nos grupos focais. A análise será conduzida à luz dos pressupostos da Análise de Discurso (Orlandi, 2008), compreendendo o discurso como lugar de produção de sentidos e disputas simbólicas.

Ao longo do estudo, espera-se construir uma reflexão crítica e situada sobre a educação sexual no espaço escolar, contribuindo com o debate acadêmico e político em torno de uma formação comprometida com os princípios de justiça social, reconhecimento da diversidade e enfrentamento das violências de gênero e sexualidade que ainda estruturam o cotidiano das escolas brasileiras.

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAIS E CAMINHOS DA PESQUISA: BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA PENSAR A EDUCAÇÃO SEXUAL

> A sexualidade é um campo de saberes, de práticas, de discursos, de normas e de transgressões, construído historicamente, marcado por relações de poder e que atravessa nossos corpos, identidades e instituições (Louro, 2004, p. 20).

Neste primeiro capítulo, propomos uma contextualização histórica, conceitual e legal da educação sexual, compreendendo-a como um campo permeado por disputas políticas, morais e epistemológicas. A discussão será conduzida à luz de autores e autoras como Michel Foucault (1976), que compreende a sexualidade como um dispositivo histórico e discursivo profundamente relacionado ao poder; Joan Scott (1991), cuja leitura crítica das relações de gênero as evidencia como construções sociais e políticas que estruturam desigualdades; e Guacira Lopes Louro (2004), que nos convida a pensar a escola como espaço de produção e regulação de identidades sexuais, especialmente quando opta por silenciá-las.

Nessa perspectiva, destacamos como a educação sexual no ambiente escolar vai além de informações biológicas ou normativas, articulando-se à construção de valores como o respeito, a liberdade e a equidade. Ao abordar a sexualidade de forma crítica, buscamos evidenciar os limites e as possibilidades da escola como espaço formativo que pode (ou não) contribuir para que os sujeitos vivenciem sua sexualidade livres de tabus, preconceitos e violências simbólicas.

1.1 Educação sexual: entre conceitos e preconceitos

Esta seção explora as distintas abordagens da educação sexual ao longo do tempo, contrastando a perspectiva biologizante com propostas críticas e emancipadoras. Apoia-se em autores/as como Louro, Foucault, Susan Figueiró e Silvia Egypto para compreender os sentidos políticos da sexualidade e sua presença (ou ausência) nas práticas pedagógicas.

Para abrir a reflexão, é pertinente lançar a seguinte provocação: o que entendemos por educação sexual? Em geral, quando ouvimos essa expressão, tende-se a associá-la a uma abordagem meramente informativa, muitas vezes restrita ao espaço das aulas de Ciências ou Biologia, com foco em conteúdos como gravidez, métodos contraceptivos ou infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Essa concepção, embora comum, é reducionista e revela uma compreensão biologizante e normativa da sexualidade.

No entanto, a educação sexual ultrapassa a explicação anatômica e fisiológica dos corpos. Ela está presente nas conversas sobre o corpo e seus significados, sobre o que é “ser

menino ou ser menina", sobre o nascimento, a constituição da família, o namoro, o amor, o desejo, a amizade e os modos diversos de viver e experienciar o afeto e o prazer. Trata-se de uma dimensão formativa que envolve valores, crenças, normas sociais, identidades e relações de poder e, por isso, não se limita a conteúdos disciplinares, mas atravessa a vida cotidiana, as interações sociais e os processos de subjetivação (Figueiró, 2009).

No que diz respeito à educação sexual, vale destacar que, assim como os demais componentes da educação, ela está profundamente vinculada ao contexto cultural. Cada indivíduo é moldado culturalmente pelas formas de expressão, comportamentos, gestos e discursos presentes no meio em que vive e ao qual pertence (Maio, Oliveira, Peixoto, 2018).

Refletir criticamente sobre o conceito de Educação Sexual implica, também, ampliar nosso entendimento sobre o que significa sexualidade. Com frequência, tende-se a associá-la à esfera íntima, ao desejo individual ou aos comportamentos sexuais, concebidos, no senso comum, como naturais e instintivos. Contudo, diversos/as autores e autoras tais como têm demonstrado que a sexualidade não é um dado da natureza, mas um constructo histórico e social, atravessado por normas, valores culturais, discursos institucionais e relações de poder.

Michel Foucault (1976), em sua obra "História da Sexualidade – Volume I: A Vontade de Saber", argumenta que a sexualidade não deve ser compreendida como algo reprimido ao longo da história, mas como um campo de saber intensamente produzido pelos discursos médicos, jurídicos, pedagógicos e religiosos. Segundo o autor, "não se reprime o sexo: o sexo é o que se fala mais. É, sob diversas formas, o que se incita a falar" (Foucault, 1976, p. 29).

Desde o século XVIII, a sexualidade se tornou um dos principais objetos de regulação dos Estados modernos, inserindo-se no que Foucault denomina "biopolítica", uma forma de exercício do poder voltada ao controle dos corpos e da vida. Nesse contexto, a sexualidade passou a ser minuciosamente investigada, nomeada, descrita, classificada e normatizada, não para ser silenciada, mas para ser constantemente produzida como objeto de saber e intervenção (Foucault, 1976).

É nesse movimento que se configura o que Foucault (1976) chama de dispositivo da sexualidade: um conjunto heterogêneo de discursos, práticas e instituições que atuam sobre os corpos e desejos, produzindo sujeitos normalizados. A escola, nesse sentido, constitui um *lócus* privilegiado de atuação desse dispositivo. Como lembra o autor, o poder não atua só pela repressão, mas também pela indução, pela norma e pela vigilância cotidiana. Assim, ensina-se o que é ser menina ou menino, o que é adequado ou desviante, o que é permitido ou condenável, não apenas pelo conteúdo formal das aulas, mas pelos gestos, olhares, silêncios e expectativas que circulam no espaço escolar.

Esse entendimento nos convida a abandonar visões essencialistas ou biologizantes sobre a sexualidade. O corpo, nesse contexto, não é um dado neutro da biologia, mas encontra-se atravessado por relações de saber-poder, como enfatiza Foucault (1976). A sexualidade configura-se, assim, como um terreno estratégico, no qual disputas normativas constroem identidades e exercem formas sutis (ou não) de controle social. Como afirma Foucault (1976, p. 145), "a sexualidade é uma peça estratégica no jogo das relações de poder; é o ponto de junção entre o corpo e a população, entre o indivíduo e a norma".

Pensar a sexualidade dessa forma exige uma ampliação de olhar. Não se trata somente de falar sobre sexo, mas de questionar os modos como a sociedade define, distribui e hierarquiza corpos, afetos e desejos. Trata-se de compreender como discursos aparentemente neutros, como os da ciência, da moral ou da educação, constroem verdades sobre o que é ser homem, mulher, hétero, cis, gay, lésbica, trans e de que maneira esses saberes são usados para normalizar e excluir.

Foucault (1976) rejeita a hipótese repressiva – segundo a qual o sexo teria sido silenciado pelas instituições modernas – e argumenta que, a partir do século XVIII, intensificou-se uma proliferação de discursos sobre o sexo, sobretudo nos campos da medicina, da pedagogia, da religião e do direito. Para compreender esse processo, o autor propõe a noção de "dispositivo", compreendida como um conjunto heterogêneo de elementos, instituições, enunciados, práticas, leis e técnicas que se articulam estrategicamente para responder a determinadas urgências históricas.

Ao analisar o funcionamento desse dispositivo na modernidade ocidental, especialmente no que diz respeito à sexualidade, Foucault (1976) identifica quatro eixos estratégicos fundamentais, que operam como vetores de produção de discursos e intervenções normativas:

1. **A histerização do corpo da mulher:** processo pelo qual o corpo feminino é patologizado e hipersexualizado, sendo objeto de intensa medicalização e vigilância. A mulher é construída como portadora de uma sexualidade perigosa, frágil e instável, tornando-se alvo privilegiado dos saberes médicos, sobretudo da ginecologia e da psiquiatria. O corpo da mulher passa a ser pensado como saturado de sexualidade, necessitando de disciplina e regulação contínua.
2. **A pedagogização do sexo da criança:** a sexualidade infantil, antes pouco tematizada, passa a ocupar papel central nos discursos educacionais, psicológicos e familiares. A infância é vista como uma fase de riscos, marcada pela possibilidade da "perversão" e da masturbação, exigindo uma série de práticas disciplinares. A escola, em especial, assume

papel fundamental nesse processo, sendo convocada a vigiar, controlar e falar sobre o sexo da criança, mesmo que em tom moralizante ou preventivo.

3. **A socialização das condutas procriadoras:** a sexualidade adulta, especialmente a conjugal e reprodutiva, é submetida à regulação médica, econômica e política. A procriação se torna questão de interesse público, sendo cada vez mais orientada por políticas populacionais, preocupações com a natalidade e discursos sobre saúde sexual e planejamento familiar.
4. **A psiquiatrização dos prazeres perversos:** práticas sexuais consideradas desviantes da norma heterossexual reprodutiva são classificadas como patologias. O saber psiquiátrico, aliado ao jurídico e ao biomédico, opera na construção da figura do "perverso sexual" (o homossexual, o fetichista, entre outros) como objeto de estudo, controle e cura. O prazer é medicalizado, e os corpos dissidentes, vigiados e corrigidos.

Esses quatro vetores compõem um regime de verdade sobre o sexo, que não apenas classifica e nomeia os corpos, mas os produz como sujeitos de desejo e saber, delimitando o que se pode ou não ser, sentir e desejar. Como aponta o próprio Foucault (1976, p. 139), "a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico". Ela não preexiste ao poder, mas é constituída por ele em seus silêncios, em suas prescrições e em seus modos de interrogar a verdade do sujeito.

Tanto as noções de sexo quanto as de sexualidade – ou melhor, as múltiplas formas de se compreender os sexos e as sexualidades – são construídas e organizadas socialmente, sustentadas por diversos discursos que delimitam aquilo que pode e deve ser expressado. Como destaca Jeffrey Weeks (2001), a sexualidade é, além de uma preocupação individual, uma questão claramente crítica e política, merecendo, portanto, uma investigação e uma análise histórica e sociológica cuidadosas.

A partir dessa compreensão, torna-se necessário discutir as concepções e os caminhos percorridos pela educação sexual no contexto educacional brasileiro. A educação sexual, enquanto campo de conhecimento e prática pedagógica, emerge historicamente no Brasil marcada por avanços, retrocessos e tensões entre diferentes esferas da sociedade – moral, religiosa, científica e política.

Desde o início do século XX, diversas iniciativas procuraram integrar conteúdos sobre sexualidade ao contexto escolar, ainda que, muitas vezes, motivadas por perspectivas higienistas, de controle moral ou reprodutivo (Bueno; Ribeiro, 2018). Naquele período, predominava a intenção de regular comportamentos considerados "desviantes" e reforçar ideais normativos de gênero, sobretudo relacionados à feminilidade.

Durante décadas, o debate sobre sexualidade nas escolas esteve fortemente influenciado por discursos religiosos e pela medicalização do corpo, resultando em iniciativas pontuais e, por vezes, moralizantes. O advento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na década de 1990, representou um marco ao propor o tratamento transversal da orientação sexual no currículo da educação básica, reconhecendo sua importância para a formação integral dos estudantes (Brasil, 2000). Ainda assim, sua implementação encontrou resistência por parte de famílias, setores conservadores e até mesmo de profissionais da educação que não se sentiam preparados para abordá-lo (Souza; Milani, 2020).

A essa dificuldade soma-se a influência dos meios de comunicação de massa, que muitas vezes propagam informações distorcidas sobre a sexualidade, reforçando estereótipos e reduzindo o debate a aspectos biológicos ou ao ato sexual em si. Essa abordagem midiática, centrada no consumo e no espetáculo, tende a invisibilizar as dimensões subjetivas, afetivas e sociais da sexualidade (Rios *et al.*, 2008), contribuindo para a reprodução de desinformações e preconceitos, especialmente entre crianças e adolescentes que, por vezes, têm nesses meios sua principal fonte de informação.

Nesse contexto, a escola enfrenta o desafio de disputar sentidos e construir uma abordagem crítica e emancipatória da sexualidade. No entanto, o que se observa, muitas vezes, é a delegação dessa tarefa às aulas de Ciências ou Biologia, limitando o debate a aspectos anatômicos e reprodutivos e negligenciando temas como identidade de gênero, orientação afetivo-sexual, prevenção de violências e promoção da saúde emocional e relacional (Egypto, 2003).

Apesar da existência de políticas públicas como o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), ainda são frágeis os vínculos entre tais ações e o cotidiano escolar. A implementação dessas iniciativas foi, em muitos casos, comprometida pela falta de formação dos professores, pela ausência de articulação com as famílias e pela distribuição descontextualizada de materiais educativos (Brasil, 2007). A carência de acompanhamento pedagógico, bem como de espaços de escuta e diálogo com os educadores, limitou o potencial dessas propostas.

A análise dos marcos legais evidencia uma oscilação entre momentos de abertura e repressão. A aprovação dos PCNs representou um marco, ao reconhecer que a sexualidade deve ser tratada de forma interdisciplinar e com base no respeito aos direitos humanos. Por outro lado, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[5], a partir de 2017,

[5] A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo elaborado pelo Ministério da Educação do Brasil (Brasil, 2017) que define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento essenciais a serem garantidos

significou certo retrocesso, ao reduzir a presença explícita da sexualidade no currículo e transferi-la majoritariamente para a disciplina de Ciências, com enfoque mais biologizante. Questões fundamentais, como diversidade sexual e de gênero, afetividade, prevenção da violência e respeito às diferenças, aparecem de forma periférica ou diluída, o que dificulta sua abordagem efetiva na prática pedagógica (Brasil, 2017).

O contexto contemporâneo demanda, portanto, o fortalecimento de uma educação sexual comprometida com a cidadania, a justiça social e o reconhecimento das múltiplas formas de existência. Como destaca Figueiró (2006), a educação sexual deve ser espaço de escuta, reflexão crítica e construção de valores éticos, e não um instrumento de doutrinação ou imposição de normas. Trata-se de criar ambientes nos quais crianças, adolescentes e jovens possam compreender a si mesmos, aos outros e aos contextos em que vivem, desenvolvendo autonomia, respeito e responsabilidade em suas relações.

Nesse horizonte de compromisso com a pluralidade e a justiça social, é fundamental recorrer a perspectivas teóricas que problematizam as construções históricas e discursivas que atravessam gênero e sexualidade. Segundo Joan Scott (1995, p. 1067), "o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos. O gênero é também uma forma primária de dar significado às relações de poder". Dessa forma, compreende o gênero como uma categoria útil de análise histórica, evidenciando como as diferenças entre os sexos não são naturais, mas produzidas por relações de poder.

Ao refletir sobre os sentidos da educação sexual e a necessidade de construir práticas pedagógicas comprometidas com o respeito à diversidade, é essencial recorrer aos aportes teóricos que possibilitam problematizar as próprias categorias de gênero e sexualidade. Nesse campo, a contribuição de Joan Scott é incontornável. Em seu artigo "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" (1991), a autora propõe que o gênero deve ser compreendido não apenas como uma identidade ou atributo individual, mas como uma categoria analítica que permite interrogar as formas como o poder opera na produção das diferenças e sustentam desigualdades sociais.

Compreender o gênero como categoria analítica implica reconhecê-lo não como uma característica inerente, natural ou biológica dos sujeitos, mas como uma construção social e histórica que organiza simbolicamente as relações entre os sexos. Scott (1991) destaca que o gênero deve ser entendido simultaneamente como um elemento constitutivo das relações sociais

a todos os estudantes da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Sua função é orientar a elaboração dos currículos das redes de ensino e das propostas pedagógicas das escolas, assegurando a equidade e a qualidade da educação em âmbito nacional.

baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de significação das relações de poder. Em outras palavras, não se limita a descrever distinções entre homens e mulheres, mas a evidenciar como tais distinções são historicamente construídas, legitimadas e naturalizadas por meio de discursos, instituições, práticas culturais e políticas.

Ao ser mobilizado como categoria analítica, o conceito de gênero permite a desnaturalização das relações de dominação que historicamente posicionaram o masculino como referência normativa e o feminino como desvio. Para além dessa crítica à hierarquização binária, possibilita compreender como tais construções de gênero se articulam interseccionalmente com outras categorias sociais, como classe, raça, etnia e sexualidade, produzindo experiências diversas, desiguais e muitas vezes marcadas pela exclusão e marginalização.

Nesse contexto, o gênero não se reduz a objeto de estudo, mas como chave interpretativa para a leitura crítica da realidade social. Tal perspectiva possibilita tornar visíveis os mecanismos de exclusão, silenciamento e normatização que atravessam diferentes esferas da vida social, incluindo a escola, os currículos e as práticas pedagógicas. A incorporação dessa abordagem crítica é, portanto, indispensável para a construção de uma educação sexual plural e múltipla em perspectivas.

Entretanto, a consolidação de uma abordagem crítica do gênero na educação é permeada por resistências expressivas, decorrentes de disputas ideológicas e políticas profundas. A expressão “ideologia de gênero”, amplamente mobilizada em discursos conservadores desde a década de 1990, tem sido utilizada como instrumento retórico para deslegitimar os estudos e debates sobre gênero e sexualidade, representados como ameaças à família tradicional, à moral vigente e à infância.

Essa construção discursiva, conforme Marco Aurélio Prado (2021), funciona como um “significante vazio”, permitindo sua apropriação para diversos fins conservadores e discriminatórios, incluindo associações indevidas com práticas como pedofilia, comunismo ou homossexualidade. Tal indefinição proposital potencializa seu uso como mecanismo de pânico moral e instrumentalização política, que culmina na censura e na restrição da discussão sobre gênero no âmbito educacional.

Segundo Prado (2021), “o termo ‘ideologia de gênero’ não designa um conjunto coerente de ideias, mas um dispositivo político e discursivo que serve para deslegitimar e criminalizar o ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas, criando um clima de medo e censura”, destacando que a propagação dessa narrativa tem sido amplificada por instituições políticas e meios de comunicação, resultando em um ambiente de intimidação que desencoraja

educadores/as e gestores/as escolares a abordar temas relacionados ao gênero, por receio de retaliações legais e sociais.

Em suas análises sobre as ofensivas antigênero, o autor evidencia que tais discursos integram campanhas organizadas, tanto em âmbito nacional quanto transnacional, que visam a exclusão desses conteúdos dos currículos escolares, reforçando a hegemonia da heteronormatividade e perpetuando estruturas de poder excludentes.

A narrativa da "ideologia de gênero", conforme articulada por Marco Aurélio Prado (2021), constitui um dispositivo discursivo que, ao desarticular e criminalizar o ensino sobre gênero e sexualidade, inaugura um regime de verdade que busca restringir o campo do saber legitimado na escola.

Esse fenômeno, longe de ser uma simples controvérsia pedagógica, inscreve-se no cerne das disputas epistemológicas que atravessam o projeto moderno de escolarização, revelando como a regulação do conhecimento acerca da sexualidade é, simultaneamente, uma operação política de controle social.

Foucault (1976) já apontava que a sexualidade é um campo privilegiado para o exercício do poder disciplinar, e o uso da retórica antigênero pode ser compreendido como uma reiteração contemporânea dessa tecnologia de normatização, que se ancora no medo e na exclusão para sustentar relações de dominação.

Nesse contexto, a educação sexual escolar deve ser pensada como espaço de contestação e produção de subjetividades, para além da mera transmissão de saberes, no qual o conhecimento sobre gênero e sexualidade emerge como ferramenta crítica para desnaturalizar categorias essencialistas e desconstruir hierarquias simbólicas.

Nessa linha, autores/as como Butler (1990) oferecem uma base teórica fundamental ao problematizar a fixidez dos corpos e das identidades de gênero, permitindo que a escola assuma seu papel emancipatório na promoção de práticas pedagógicas que desconstruam as normatividades e acolham a multiplicidade de vivências. Assim, a resistência contra o "dispositivo ideologia de gênero" pode ser entendida como um compromisso com a produção de um ambiente educacional plural, que desafie a reprodução acrítica de paradigmas hegemônicos e estimule a reflexão ética e política sobre as diferenças.

Ademais, a instrumentalização política desse discurso para silenciar debates sobre sexualidade e gênero revela uma interseção complexa entre o campo educacional e as dinâmicas sociais mais amplas de poder e exclusão. Como argumentam Luhmann (1985) e Bourdieu (1999), as instituições educacionais operam como campos de luta simbólica, nos quais saberes legitimados refletem e reproduzem as configurações de poder vigentes. Portanto, a

marginalização do ensino sobre gênero não é um mero reflexo de controvérsias públicas, mas uma estratégia de manutenção das assimetrias sociais, que se manifesta por meio da censura, da desinformação e da estigmatização.

A análise de Marco Aurélio Prado (2021) sobre a função política da "ideologia de gênero" como mecanismo de silenciamento do ensino sobre sexualidade e gênero dialoga com a obra "O Corpo Educado" (2003), de Guacira Lopes Louro, que propõe um deslocamento epistemológico que desnaturaliza a corporalidade enquanto dimensão fixa e biologicamente determinada. A autora afirma que "o corpo não é uma entidade natural e estanque, mas um campo de práticas sociais, modos de vida e relações de poder" (Louro, 2003, p. 41).

Essa perspectiva expande o debate ao deslocar o foco da mera anatomia para a construção social e política dos corpos educados, revelando a centralidade das práticas pedagógicas na normatização das identidades e sexualidades. Deste modo, o dispositivo da "ideologia de gênero", como descrito por Prado (2021), atua justamente no campo do corpo como espaço simbólico de disputa, em que a educação sexual pode ser tanto um instrumento de reprodução da norma quanto um potencial *lócus* de resistência.

Na continuidade dessa reflexão, em "Gênero, Sexualidade e Educação" (2012), Louro aprofunda o conceito de gênero como categoria indissociável da experiência social e educacional, evidenciando que a educação sexual deve problematizar as relações de poder inscritas nas práticas escolares, que frequentemente operam para "tornar invisíveis as diferenças e negar a multiplicidade das identidades" (Louro, 2012, p. 67).

Essa invisibilização, como também assinala Prado (2021), está enraizada em estratégias discursivas que legitimam o medo e a exclusão, dificultando o acesso dos sujeitos a saberes que os ajudem a compreender as complexidades da sexualidade e da identidade. Sob essa perspectiva, a educação sexual deixa de ser compreendida apenas como um conjunto de conteúdos escolares e passa a ser entendida como um campo de disputas em torno da produção de conhecimentos, da legitimidade das diferenças e das formas pelas quais corpos, identidades e sexualidades são reconhecidos ou silenciados no contexto educacional.

Louro (2012, p. 73) argumenta ainda que "educar para o gênero é educar para a possibilidade da diferença, para o questionamento dos saberes normativos e para a abertura a experiências diversas que desafiem a ordem hegemônica", colocando a educação sexual como espaço de produção política e ética. Nessa direção, essa interlocução entre Prado (2021) e Louro (2012) evidencia que o embate em torno da "ideologia de gênero" ultrapassa um conflito discursivo, revelando o papel da escola na reprodução ou subversão das estruturas de poder. Como ressalta Louro (2003, p. 82), "a educação do corpo e das sexualidades precisa se

desvincular da função disciplinar e normativa para se constituir numa experiência crítica que fomente a autonomia e a multiplicidade de sentidos".

A educação sexual, portanto, longe de ser um campo neutro, inscreve-se nas dinâmicas complexas da produção do sujeito, desafiando a hegemonia do saber dominante e ampliando os horizontes da experiência humana. A escola deve ser compreendida como espaço potencial de resistência e transformação, em que práticas pedagógicas críticas possam contribuir para a desconstrução de normatividades e para o reconhecimento da multiplicidade de vivências.

Nessa direção, é fundamental reiterar que a educação sexual deve ser emancipatória, interligada à transformação pessoal e social, instigando o indivíduo a ser autônomo e compreensivo sobre valores e comportamentos que permeiam a sexualidade, isentando-se da culpa e libertando-se da repressão, contribuindo para que preconceitos sejam anulados (Brittos; Santos; Gagliotto, 2013).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) afirmavam que a educação sexual nas escolas visa:

> Propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa. Seu desenvolvimento deve oferecer critérios para o discernimento de comportamentos ligados à sexualidade que demandam privacidade e intimidade, assim como reconhecimento das manifestações de sexualidade passíveis de serem expressas na escola. Propõem-se três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (Brasil, 2000, p. 70).

Ao se analisar a abordagem da sexualidade na BNCC (Brasil, 2017) em comparação aos PCNs (Brasil, 2000), torna-se possível compreender as mudanças de direcionamento que ocorreram nesse campo. Conforme argumentam Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019), os PCNs (2000) foram elaborados em um contexto histórico e social marcado pelo aumento das ISTs e pelo crescimento significativo de casos de gravidez na adolescência. Nesse cenário, a inserção da orientação sexual no currículo escolar era compreendida como uma estratégia educativa voltada à prevenção e à promoção da saúde, baseada na disseminação de informações acessíveis aos estudantes.

Por outro lado, a BNCC (2017) foi concebida em um momento político conturbado, marcado por intensos embates ideológicos envolvendo valores morais, religiosos e conservadores. Tais disputas influenciaram diretamente o conteúdo do documento, resultando no enfraquecimento das ciências humanas e na consolidação de interpretações equivocadas, segundo as quais temas como sexualidade, política e religião não deveriam ser tratados no ambiente escolar (Silva; Brancaleoni; Oliveira, 2019).

Apesar desse cenário de tensões e retrocessos, os desafios sociopolíticos contemporâneos suscitam a retomada da discussão sobre a inclusão da educação sexual nos currículos escolares. É preciso reconhecer que essa dimensão formativa ultrapassa os limites dos conteúdos didáticos tradicionais, da explicação anatômica e das discussões sobre gênero: ela contribui para a formação integral dos estudantes enquanto sujeitos críticos, autônomos e conscientes de seus direitos, afetos e relações sociais.

A educação sexual é um processo mais complexo e vai além de preparar o indivíduo para que aprenda as informações que lhe possibilitem viver bem a sua sexualidade. Tem a ver, também, com a formação do cidadão como participante da construção de uma vivência mais digna da sexualidade para todos, sendo capaz de ajudar a superar os preconceitos e tabus, a combater a violência e a opressão sexual e transformar os valores e normas repressoras. Tem a ver com educar a pessoa por inteiro, enquanto ser aberto ao relacionamento e à interação humanizadora com o outro. Educar sexualmente uma criança ou um jovem deve ter como meta maior a educação para a felicidade. É tarefa, não apenas da família, mas também da escola (Figueiró, 2009).

Nessa direção, Eliane Maio (2011, p. 96) lembra que o termo envolve várias polêmicas e designações: “Educação Sexual, Orientação sexual, Educação da Sexualidade, Educação para a Sexualidade”. Maio, Oliveira e Peixoto (2018, p. 60) defendem que a educação para a sexualidade deve permitir que “as pessoas percebam que há várias maneiras de vivenciar a sexualidade e as muitas identidades”.

Na acepção desses estudiosos, a escola desempenha um papel nesse processo, o que implica a desconstrução do discurso de uma sexualidade dita “normal” e que “é construída com base nas regras sociais”. Trata-se, pois, de uma abordagem que envolve “ir além das questões corporais e trabalhar ainda as combinações entre sexo, identidades e orientações sexuais possíveis entre os seres humanos, sob a ótica da sexualidade enquanto constructo social, cultural, político que se completa nas experiências humanas” (Maio; Oliveira; Peixoto, 2018, p. 59). Ainda segundo eles, a educação para a sexualidade no Brasil,

> reconhecida sua importância nas ações das políticas públicas e da legislação, somente vem se configurar como proposta de currículo, tardiamente, no final do século XX, após a aprovação da LDBEN 9.394/96, quando se tem uma fundamentação legal para que a escola em colaboração com outras instâncias seja a precursora, uma tarefa que não é fácil e que possui seus limites e entraves (Maio; Oliveira; Peixoto, 2018, p. 59).

Os autores apontam que a publicação dos PCNs, em 1997, incorporou a orientação sexual como tema a ser abordado na escola de modo interdisciplinar, ou seja, entrelaçando as distintas áreas do currículo. De acordo com eles:

> A proposta elencada pelos PCN (Brasil, 1997) se apresenta com objetivo de promover reflexões e discussões de técnicos/as, professores/as, equipes pedagógicas, pais/mães e responsáveis e a comunidade externa no sentido de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questões pertinentes aos conhecimentos escolares, no que diz respeito à sexualidade. A escola nesse sentido não é o espaço final para esse trabalho e sim uma aliada de outros/as entes que podem contribuir para o seu sucesso (Maio; Oliveira; Peixoto, 2018, p. 59-60).

Contudo, ao que parece, passados quase 30 anos desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais que sugeriram a transversalização[6] da temática da sexualidade nas escolas (referida como orientação sexual), é possível supor que essa proposta não foi efetivamente implementada e, além disso, a educação sexual não ganha o devido espaço na proposta curricular atual, a BNCC.

Em entrevista concedida à Rede TVT, em 2017, o educador Gilberto Alvarez refletiu sobre os impactos da exclusão da orientação sexual do currículo escolar, destacando que tal retirada inviabiliza o debate de questões centrais relacionadas à sexualidade, especialmente aquelas ligadas a dimensões sociais, como a homofobia e a violência de gênero. Ao silenciar esses temas, compromete-se a formação cidadã dos estudantes e dificulta-se o desenvolvimento do respeito às diferenças no ambiente escolar.

A ausência de objetivos claros relacionados à sexualidade na Base Nacional Comum Curricular pode contribuir para o apagamento da temática nas práticas pedagógicas, gerar o afastamento de estudantes que não se sentem acolhidos e evidenciar lacunas na formação docente. Sem respaldo explícito da BNCC, muitos/as educadores/as deixam de ter segurança institucional para abordar tais conteúdos, evitando enfrentamentos políticos e morais que frequentemente emergem nesses debates, o que resulta em um ciclo contínuo de omissão.

Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019) apontam que a BNCC trata a sexualidade de forma fragmentada, ora de maneira explícita, ora implícita, dividindo-a em três eixos temáticos: a dimensão biológica da sexualidade, o silenciamento das questões de gênero e o tratamento superficial dos direitos humanos. Os autores destacam, ainda, que as referências à sexualidade estão concentradas, sobretudo, na disciplina de Ciências, com maior evidência nos conteúdos voltados ao 8º ano do Ensino Fundamental. Nessa etapa, o tema é abordado a partir de

[6] Diz respeito à abordagem transversal desta temática nas distintas áreas do currículo escolar, ou seja, trata-se de tema que atravessa todas as disciplinas, devendo ser abordado por todos os docentes.

habilidades como EF08CI07[7], EF08CI08[8], EF08CI09[9], EF08CI10[10] e EF08CI11[11], que envolvem aspectos relacionados à puberdade, reprodução e prevenção de ISTs.

No entanto, ao analisar tais habilidades, percebe-se que a BNCC não oferece orientações pedagógicas aprofundadas aos docentes para o trato dessas temáticas. A ausência de diretrizes claras, somada à deficiência na formação inicial e continuada dos professores, acarreta dificuldades significativas na implementação de uma proposta de Educação Sexual crítica e abrangente. Como observam os mesmos autores, a escola carece de subsídios curriculares que deem suporte à construção de práticas educativas sensíveis à diversidade sexual e de gênero.

Em comparação com os PCNs (Brasil, 2000), que apresentavam orientações mais diretas sobre os conhecimentos considerados essenciais e ofereciam sugestões metodológicas ao corpo docente (Silva, 2019), a BNCC (Brasil, 2017) adota um modelo mais restritivo, o que limita a autonomia dos educadores e o potencial transformador da educação.

Diante da amplitude de temas que podem ser abordados a partir da educação sexual, torna-se urgente expandir a formação dos professores e de todos os profissionais envolvidos nos processos educacionais. É fundamental desconstruir o tabu que associa o debate sobre sexualidade à indução precoce de comportamentos sexuais. Como afirmam Brittos, Santos e Gagliotto (2013), a Educação Sexual deve ser compreendida como um instrumento de promoção do respeito e da construção de sujeitos conscientes, e não como ameaça à infância ou juventude.

1.2 O corpo nas telas: mídias digitais e práticas de (des)educação sexual entre jovens

> O fenômeno *sexting* entre adolescentes coloca em prática trocas de conteúdos eróticos por meio de dispositivos digitais, configurando-se como espaço de aprendizagem sexual, mas simultaneamente de exposição e vulnerabilidade (Figueiredo; Melo, 2016, p. 143).

O presente tópico analisa como os meios digitais, especialmente as redes sociais, influenciam a construção de saberes e percepções sobre sexualidade entre adolescentes. Aborda

[7] Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.
[8] Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.
[9] Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).
[10] Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.
[11] Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

práticas de exposição, *sexting*, consumo de conteúdo erotizado e reprodução de padrões normativos mediados por algoritmos. A discussão foi desenvolvida a partir de um referencial teórico plural, reunindo contribuições de Michel Foucault, Shoshana Zuboff, Valeska Zanello e de autores/as que investigam as juventudes, a educação sexual e as culturas digitais.

As juventudes contemporâneas constroem grande parte de suas experiências e referências por meio da mediação digital. Com a popularização dos *smartphones* e a consolidação de redes sociais, os modos de se relacionar, comunicar afetos e performar identidades passaram a operar em novas dinâmicas, atravessadas por imagens, algoritmos e interações em tempo real. O *Instagram*, em particular, consolidou-se como uma plataforma de forte apelo visual, na qual a exposição de si se tornou moeda social. Nele, os corpos não são apenas vistos – são moldados, filtrados, performados e, muitas vezes, julgados segundo padrões idealizados de beleza, sucesso e felicidade.

Para os jovens, esse ambiente digital funciona como uma extensão da vida social, afetiva e até mesmo escolar. Segundo Dayrell (2003), a juventude deve ser compreendida não como uma fase biológica ou homogênea, mas como uma construção social e histórica, marcada por disputas simbólicas, pertencimentos e exclusões. Os sentidos de ser jovem são plurais e se constituem no entrelaçamento das trajetórias pessoais com os contextos culturais, territoriais e econômicos nos quais esses sujeitos estão inseridos. Nesse processo, a escola, a família, a religião, o território e, hoje, com grande força, as redes sociais, são espaços de produção de subjetividades juvenis.

Ainda de acordo com Dayrell (2003), os jovens sofrem os efeitos das estruturas sociais, mas também produzem cultura, sentido e resistência. São sujeitos ativos, capazes de reinterpretar e ressignificar os discursos que os atravessam. No entanto, quando se trata de sexualidade, os discursos que circulam nas mídias digitais nem sempre abrem espaço para essa autonomia; ao contrário, frequentemente impõem padrões normativos de gênero, desejo e comportamento, que reforçam a exclusão de vivências dissidentes e a culpabilização de corpos que fogem do ideal midiático.

É nesse ambiente que se dissemina a figura das chamadas *esposas-troféus*, muitas vezes associadas à estética *tradwife* (abreviação de *traditional wife*, ou "esposa tradicional")[12]. Essas mulheres, geralmente jovens, magras, brancas e hipercuidadas, são representadas como esposas perfeitas: discretas, obedientes, maternais e voltadas para o bem-estar do marido. A lógica da

[12] O termo *Tradwife* refere-se a mulheres que adotam um estilo de vida centrado em papéis de gênero conservadores. Elas priorizam o cuidado com o lar, os filhos e a dedicação exclusiva ao marido, que atua como provedor financeiro (Cambridge Dictionary, 2025).

“esposa-troféu” resgata uma moralidade conservadora sobre o papel da mulher na sociedade e projeta, por meio da estética digital, um ideal de feminilidade passiva, moldado para agradar e servir.

> Influenciadoras em plataformas como YouTube e Instagram utilizam o estilo para atrair visualizações e se identificarem com uma comunidade. [...] Uma comunidade crescente da alt-right (extrema-direita) no YouTube, conhecida como esposas tradicionais ou ‘tradwives’, produz vídeos sobre feminilidade, beleza e relacionamentos. No entanto, espectadores que buscam esses canais por dicas de vestuário ou penteado acabam recebendo outro tipo de ‘estilo’: mensagens populistas que retratam o feminismo como uma ameaça elitista à ‘verdadeira’ feminilidade das mulheres comuns (Zahay, 2022, p. 175).

Essas narrativas, embora apresentadas como escolha ou estilo de vida, reforçam estruturas de gênero profundamente desiguais. Conforme Cláudia Maia (2007), há uma atualização simbólica do mito da “solteirona”, figura historicamente marcada por estigmas de fracasso, egoísmo e amargura, que agora aparece nas redes como uma espécie de ameaça às mulheres que se recusam a se submeter aos papéis tradicionais. A mulher que prioriza a carreira, que decide não ser mãe ou que assume sua autonomia afetiva e sexual é frequentemente retratada como infeliz e incompleta.

Dialogando com essa perspectiva, Valeska Zanello (2020) também contribui para esse debate com a metáfora da “prateleira do amor”, que revela essa lógica de avaliação, ranqueamento e descartes das mulheres nas relações heteronormativas.

> Nós, mulheres, desenvolvemos uma relação conosco mesmas mediadas pelo olhar de um homem que nos escolhe. Terceirizamos nossa autoestima e aprendemos que só somos desejáveis se tiver alguém nos desejando. É muito comum, na clínica, ver mulheres dizendo: ‘nossa, tem dois anos que nenhum homem se interessa por mim. Tô feia, tô velha, tô acabada’. Aí vem todos os valores relacionados ao ideal de feminilidade e de beleza (Zanello, 2023, s.p).

A esse processo somam-se os discursos propagados pelos grupos *Redpill*, que ganham força em canais do *YouTube*, fóruns e perfis no *Instagram* e *TikTok*. Inspirados em uma metáfora do filme *Matrix*, os *Redpills* afirmam ter “despertado” para uma suposta verdade sobre as mulheres e o feminismo, a quem culpam por todas as disfunções nas relações afetivas. Eles promovem uma visão de mundo na qual os relacionamentos são vistos como jogos de poder e manipulação, e as mulheres, como seres interesseiros, hipergâmicos e emocionalmente instáveis. O amor é convertido em troca, o afeto em estratégia e o respeito, considerado fraqueza.

Trata-se de um discurso que reforça a objetificação feminina e alimenta uma cultura de violência simbólica e material contra as mulheres. Ao promoverem a ideia de que os homens

estão em desvantagem no cenário atual e que precisam “recuperar o controle”, os *Redpills* naturalizam o controle sobre os corpos e as decisões femininas, criando terreno fértil para práticas de dominação, abuso e silenciamento (Bourdieu, 1999)

Como afirma Judith Butler (1990), as normas de gênero são reiteradas cotidianamente por meio de performances que parecem naturais, mas que são fruto de imposições históricas. Quando essas normas são romantizadas nas redes e disseminadas como verdades “biológicas” ou “de mercado”, o que ocorre é uma reatualização dos dispositivos de controle sobre a sexualidade e a liberdade das mulheres.

Esse cenário evidencia como plataformas digitais, especialmente o *Instagram*, configuram-se como arenas simbólicas nas quais ocorrem disputas sobre os significados da sexualidade e da identidade (Foucault, 1976). Nos espaços virtuais, os jovens experienciam processos de aprendizagem e desaprendizagem sobre si e sobre os outros, muitas vezes sem uma mediação crítica que lhes permita refletir sobre os discursos que atravessam esses ambientes (Zanello, 2023).

A ausência dessa mediação se torna ainda mais preocupante diante da proliferação de conteúdos misóginos, *redpill* e antifeministas, especialmente em perfis que utilizam uma estética polida e um discurso aparentemente “motivacional” ou “tradicional”. Publicações que abordam temas como “valores familiares”, “comportamento feminino ideal” ou “relacionamentos saudáveis” frequentemente são acompanhadas de comentários como: “Mulher de verdade sabe o seu lugar”, “O feminismo estragou as mulheres”, ou ainda “Homem de alto valor quer uma mulher submissa, não uma empoderada”.

Essas falas, comuns em perfis como @masculinidadealfa, @feminilidadebiblica ou canais do *YouTube* que se autointitulam *redpill*, não apenas reforçam papéis de gênero hierárquicos, mas também transformam a misoginia em conteúdo de fácil consumo, embalado por vídeos curtos, trilhas leves e frases de efeito visualmente atrativas.

Em alguns casos, o discurso é mais direto, como em comentários observados em postagens de influenciadoras ou páginas de “valores tradicionais”, onde se lê: “Por isso os homens estão preferindo estrangeiras”, “A submissão é a verdadeira força feminina”, ou “Você quer um príncipe, mas age como feminista rebelde”. Essas mensagens não são isoladas: formam um repertório recorrente que romantiza a desigualdade e reposiciona o antifeminismo como bom senso.

Além disso, comunidades internacionais, como as analisadas por Nagle (2017) e Massanari (2015), evidenciam que esse discurso ganha força ao se disfarçar de “resgate moral”

ou “crítica à modernidade”. Em fóruns como o *Reddit*[13], por exemplo, usuários descrevem mulheres que aderem a esse ideal como aquelas que “sabem se comportar”, defendendo frases como “seja submissa para evitar ser ferida” ou “as mulheres não amadurecem além dos 18”, reforçando uma lógica de infantilização e deslegitimação da autonomia feminina.

Nesse contexto, a educação sexual deve assumir um papel central na cultura digital, permeando o cotidiano das juventudes e disputando os sentidos relacionados ao corpo, ao prazer, ao amor e à dignidade. Não se trata de demonizar as redes sociais, mas de reconhecê-las como espaços ambíguos, que, ao mesmo tempo, promovem visibilidade e pertencimento e reproduzem opressões e desigualdades (Zanello, 2023). Portanto, é fundamental que a escola construa ferramentas pedagógicas que capacitem os jovens a navegar por esses ambientes digitais com mais segurança.

1.3 Nostalgia e submissão: juventudes, valores tradicionais e algoritmos de conforto

Esta seção reflete sobre o avanço de discursos conservadores entre jovens, articulando tradição, afetos e tecnologia. Para essa discussão, mobilizou-se as contribuições de Zygmunt Bauman (2001;2017), Angela McRobbie (2019), Karl Marx (2011), Gabriel Feltran (2011) e Stuart Hall (2000), entre outros autores. A partir desse referencial, analisou-se como os algoritmos de plataformas digitais potencializam a circulação de discursos que romantizam papéis tradicionais de gênero, como aqueles difundidos pelo movimento *tradwives*, e como tais narrativas podem favorecer a adesão ao conservadorismo como resposta afetiva às incertezas e à crise das perspectivas de futuro.

O retorno ao lar, a exaltação de valores tradicionais e a romantização da submissão feminina vêm ganhando espaço entre jovens da Geração Z[14] em redes sociais de nicho. Longe de constituírem apenas resgates conservadores, esses discursos oferecem indícios sobre os anseios de uma juventude marcada pela incerteza. Diante de um futuro percebido como precário e inviável, o apego ao passado – com seus papéis definidos e afetos previsíveis – se apresenta como uma forma de conforto moral e emocional. Seria essa idealização do passado uma

[13] *Reddit* é uma plataforma digital de fóruns e comunidades *online*, criada em 2005, onde usuários podem compartilhar textos, *links*, imagens e participar de discussões organizadas em “*subreddits*” temáticos, sendo considerada uma das maiores redes sociais de debate do mundo.

[14] Entende-se por Geração Z o grupo de indivíduos nascidos, em geral, entre meados da década de 1990 e o início da década de 2010, cuja socialização ocorreu em um contexto marcado pela expansão das tecnologias digitais, da internet e das redes sociais. Nesse sentido, trata-se de uma geração cujas formas de comunicação, aprendizagem e interação social são atravessadas pelas culturas digitais e pela conectividade, configurando novas maneiras de produzir e compartilhar conhecimentos (Santaella, 2013).

expressão ideológica que mascara as contradições do presente, oferecendo à juventude uma falsa sensação de estabilidade enquanto naturaliza a reprodução de papéis sociais opressores?

O conservadorismo entre os jovens contemporâneos extrapola os domínios da política ou da religião. Manifesta-se nas estéticas adotadas nas redes sociais, nos discursos sobre moralidade, nos relacionamentos afetivos e nas formas de performar gênero e subjetividade. Para alguns, trata-se de um suposto resgate de valores "perdidos", em uma tentativa de reancorar identidades em tempos líquidos (Bauman, 2001). Para outros, é uma resposta ideológica à exaustão emocional gerada por um presente marcado pela precariedade, pela crise climática e pela insegurança estrutural (Han, 2015; Zanello, 2023).

Nesse cenário, a tradição assume papel de alívio simbólico, enquanto a esperança se torna um bem escasso, deslocando-se do futuro para o passado, pois "quando o presente se mostra inóspito e o futuro incerto, o passado tende a parecer um lugar mais acolhedor" (Bauman, 2017, s.p).

Essa idealização do passado, no entanto, não deve ser compreendida como simples saudosismo, mas como sintoma social, como afirma Bauman (2017). Em contextos de instabilidade, a promessa reconfortante de papéis fixos, valores imutáveis e estruturas tradicionais oferece alívio simbólico. Para Bauman (2017), trata-se de uma *retrotopia*: um deslocamento do desejo coletivo, antes voltado ao progresso, para uma reconstrução idealizada de um tempo anterior, ainda que esse tempo jamais tenha existido como tal.

Sob uma perspectiva materialista, esse retorno à tradição também pode ser interpretado como um efeito das contradições do capitalismo tardio. A precarização da vida, a crise estrutural do trabalho e o esvaziamento das utopias sociais produzem sujeitos que buscam pertencimento em espaços nos quais ele é mais facilmente encontrado: na moral familiar, na autoridade patriarcal e na estética da obediência. Como Marx já advertia, em momentos de crise, velhas ideologias tendem a ressurgir como formas de manter a ordem social intacta, mesmo que sob novas aparências: "A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos" (Marx, 1852, p. 25).

Entre os jovens, esse processo ganha contornos ainda mais complexos. A juventude, que historicamente simboliza o novo, o porvir e a ruptura, passa a ser interpelada por discursos de restauração e disciplina. Para Gabriel Feltran (2011), a juventude brasileira tem lidado com a destruição das expectativas de mobilidade social e autonomia, enfrentando o colapso de qualquer projeto coletivo de futuro. O conservadorismo, nesse caso, opera como uma linguagem possível frente ao esvaziamento de alternativas materiais e simbólicas.

Assim, o fenômeno *tradwife* e seus correlatos não devem ser lidos como mera escolha estética ou moral, mas como respostas ideologicamente moldadas às tensões de um tempo em que esperança virou mercadoria e a tradição, ainda que opressiva, parece oferecer alguma estabilidade.

Como argumenta Angela McRobbie (2009), o neoliberalismo opera por meio de uma "re-regulação invisível" que transforma antigas formas de dominação em escolhas aparentemente livres. No caso das jovens mulheres, a valorização da performance feminina "tradicional" (bela, recatada e do lar) se apresenta como empoderamento individual, quando, na verdade, reforça papéis de gênero historicamente subordinados.

A figura da *tradwife,* assim, exemplifica o que McRobbie (2009) chama de "complexo pós-feminista": um retorno disfarçado à submissão, mediado pelo consumo e pelo desejo de reconhecimento. Nas redes sociais, influenciadoras *tradwives* costumam compartilhar vídeos preparando refeições para o marido, organizando a casa, cuidando dos filhos e defendendo a ideia de que a felicidade feminina estaria na dedicação à família e ao espaço doméstico.

O problema não está necessariamente nessas atividades em si, mas na forma como são apresentadas como destino natural das mulheres ou como único modelo legítimo de realização feminina. Nesse contexto, valores tradicionais de gênero reaparecem como tendência, estilo de vida ou escolha individual, tornando menos visíveis as relações de poder e as desigualdades que historicamente limitaram a autonomia feminina.

Essa lógica é especialmente sedutora para a juventude, pois se ancora em afetos: segurança, pertencimento e aprovação. Em um mundo onde as garantias materiais ruíram, como já apontavam Marx (1852) e Bauman (2017), o afeto se torna um campo de disputa ideológica. O que está em jogo, portanto, não é apenas o gosto por saias rodadas e bolos caseiros (Friedan, 1963), mas a normalização de um regime emocional conservador, moldado por algoritmos e crises sistêmicas, que captura o desamparo juvenil e o redireciona para formas de subjetivação.

A atual adesão conservadora entre jovens não nasce somente de convicções políticas explícitas, mas emerge de um ecossistema digital que estetiza a ordem e transforma ideologia em afeto compartilhável. Como mostra Shoshana Zuboff (2019), os algoritmos das grandes plataformas não são neutros: eles capturam traços emocionais da experiência *online* e os convertem em oportunidades de modulação de comportamento. Assim, conteúdos que oferecem narrativas claras, polarizações morais e símbolos de estabilidade têm maior probabilidade de visibilidade. A tradição, nesse contexto, não aparece como imposição, mas como "refúgio emocional", funcionando como *mercadoria afetiva* de fácil circulação.

Byung-Chul Han (2014) descreve esse processo como um deslocamento do poder disciplinar para formas mais sutis de autoexploração e conformismo. Não se trata mais de uma coerção direta, mas de uma interiorização voluntária dos valores hegemônicos, apresentados como liberdade de escolha. O conservadorismo juvenil contemporâneo, portanto, não é um simples retorno ao passado, mas a sua reedição subjetiva mediada por plataformas tecnológicas, em que ser tradicional pode significar estar em alta, ser engajável, monetizável e, consequentemente, desejável.

Nas redes, valores como submissão feminina, obediência moral e distinções rígidas de gênero são muitas vezes reapresentados com uma estética "*clean*" e aspiracional, promovendo a ideia de que o lar, a domesticidade e a feminilidade dócil são escolhas livres e empoderadoras. Como discutido anteriormente, Angela McRobbie (2009) chama isso de "complexo pós-feminista": uma lógica em que antigas estruturas patriarcais se reapresentam sob a linguagem da autonomia neoliberal, não mais como opressão, mas como *lifestyle*.

Essa ressignificação do conservadorismo se ancora no vazio de projetos coletivos de futuro. Gabriel Feltran (2011) aponta que juventudes submetidas à precarização da vida material, especialmente nas periferias, experienciam o colapso das promessas de emancipação. Em vez de radicalizar o presente, muitas vezes o desejo se orienta para a estabilização simbólica do passado. Como também indica Stuart Hall (2000), em tempos de crise, identidades fixas funcionam como ancoragens simbólicas: são menos sobre verdade e mais sobre segurança.

Nesse cenário, a tradição se torna um afeto reacionário, não por representar um projeto político estruturado, mas por oferecer alívio em meio ao caos. A juventude conservadora, portanto, não se estrutura apenas por adesão ideológica, mas por uma captura algorítmica do desejo, que reorganiza frustrações em torno de narrativas nostálgicas e moralmente estáveis.

1.4 Entre a tela e a sala de aula: algoritmos, conservadorismo digital e os entraves à educação sexual

> Talvez nenhum outro tipo de sociedade jamais tenha acumulado, e num período histórico relativamente tão curto, uma tal quantidade de discurso sobre o sexo (Foucault, 2014, p. 37).

Este tópico reflete brevemente como os discursos conservadores, mediados digitalmente, afetam o cotidiano escolar, especialmente em relação à resistência à educação sexual crítica. Dialoga com bell hooks, Butler, Giroux e Carla Akotirene para refletir sobre os desafios enfrentados por educadores/as diante de estudantes influenciados/as por discursos de ódio, machismo e desinformação.

O avanço do conservadorismo digital não se limita ao ambiente online – seus efeitos reverberam nas dinâmicas escolares, especialmente no campo da educação sexual. Plataformas como *TikTok*, *YouTube* e *Instagram*, guiadas por algoritmos que priorizam o engajamento emocional, têm amplificado conteúdos que associam feminismo à ameaça, educação sexual à "ideologia de gênero" e masculinidade à dominação. O que emerge não é somente desinformação, mas uma cultura de hostilidade moral que mina práticas educativas voltadas para a equidade de gênero, a autonomia corporal e o respeito à diversidade.

Ao serem expostos cotidianamente a influenciadores misóginos, discursos antifeministas e estéticas de submissão feminina apresentadas como empoderamento, muitos adolescentes (especialmente meninos) internalizam valores que naturalizam o controle sobre o corpo feminino, a ridicularização do consentimento e o desprezo pela pluralidade sexual. Como observa bell hooks (2004), o patriarcado ensina os homens, desde cedo, que amor e dominação podem coexistir – uma ideia que encontra terreno fértil nas lógicas algorítmicas atuais, que reforçam justamente narrativas violentas com aparência de verdade "natural".

Na escola, esses conteúdos se manifestam como resistência à abordagem crítica da sexualidade: professores e professoras enfrentam reações agressivas ao propor debates sobre gênero; meninas são silenciadas ou hipersexualizadas por colegas; e práticas pedagógicas emancipadoras são associadas à doutrinação. Esse cenário cria uma tensão constante entre o projeto de uma educação libertadora, como propunha Paulo Freire (1996), e a reprodução de discursos de ódio que, embora gestados nas redes, são performados no cotidiano escolar.

A educação sexual, nesse contexto, deixa de ser apenas um conteúdo programático e passa a ser um campo de disputa política e epistemológica: entre o desejo de formar sujeitos críticos e a força de um conservadorismo que se atualiza via tecnologia, afeto e estética. Como lembra Butler (2004), a sexualidade é um lugar onde se joga o controle social sobre os corpos, e os algoritmos hoje são parte ativa nesse jogo, filtrando o que pode ser dito, desejado e aprendido.

CAPÍTULO 2 – JUVENTUDES E EDUCAÇÃO SEXUAL NA PESQUISA EDUCACIONAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ANAIS DA ANPEd

> A Educação Sexual brasileira possui uma história de retrocessos e avanços e, dada a relevância da sexualidade na construção das subjetividades, das identidades individuais e coletivas, essa história necessita constantemente ser revisitada, senão reescrita, a fim de que este processo possa ser sempre atualizado sob novas perspectivas, com vieses críticos e construtivos (Diniz; Talamoni; Maio, 2024**, s.**p).

Este capítulo escrutina a produção acadêmica recente sobre juventudes e educação sexual presente nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)[15]. A partir de um levantamento sistemático de trabalhos apresentados nos Grupos de Trabalho (GTs) da área de educação, busca-se mapear as principais temáticas abordadas, as lacunas teóricas e metodológicas e as tendências na abordagem da sexualidade no contexto escolar. O objetivo é compreender como a pesquisa educacional brasileira tem (ou não) incorporado os debates sobre juventudes, gênero, diversidade e educação sexual crítica, evidenciando tensões, silenciamentos e potencialidades que atravessam esse campo.

Na seção anterior, evidenciou-se que a educação sexual se constitui como um campo marcado por diferentes perspectivas analíticas, históricas, políticas e discursivas, bem como por disputas em torno dos modos de interpretação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades. Essas disputas, entretanto, não se restringem ao plano teórico, mas atravessam as políticas educacionais, as práticas escolares e a própria produção do conhecimento. Desse modo, examinar a produção acadêmica permite compreender como tais debates vêm sendo incorporados, tensionados ou silenciados no campo da educação, evidenciando os referenciais teóricos mobilizados, os temas privilegiados e as lacunas que ainda persistem.

Ao compreender a sexualidade como uma construção social e histórica, imbricada às relações de poder, este estudo dialoga com as formulações de Michel Foucault (1988), para quem a sexualidade deve ser analisada como um dispositivo historicamente produzido por múltiplos saberes e práticas. Nessa mesma direção, Guacira Lopes Louro (1997; 2000) contribui ao evidenciar o papel da escola na produção, normalização e contestação das diferenças,

[15] A ANPEd é uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação stricto sensu em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área. Ela tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social. Dentre seus objetivos destacam-se: fortalecer e promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação, procurando contribuir para sua consolidação e aperfeiçoamento, além do estímulo a experiências novas na área; incentivar a pesquisa educacional e os temas a ela relacionados; promover a participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do País, especialmente no tocante à pós-graduação (ANPEd, s.d.).

particularmente no que se refere às normas de gênero e sexualidade que atravessam os sujeitos em processos educativos.

Considerando esse contexto teórico, a escola se apresenta como um espaço atravessado por diferentes perspectivas em torno da abordagem da sexualidade, ao mesmo tempo em que a produção acadêmica se constitui como um campo privilegiado para compreender como tais disputas são apropriadas, ressignificadas ou silenciadas.

Nesse sentido, estudos como os de Marília Pinto de Carvalho (2004) e Dagmar Meyer (2012) demonstram que a incorporação das discussões de gênero e sexualidade na educação brasileira ocorre de forma desigual, revelando tanto avanços quanto resistências no interior das instituições formativas.

Diante disso, os Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), configuram-se como uma fonte relevante para examinar os caminhos percorridos por essas discussões no campo educacional, uma vez que constituem um dos principais espaços de circulação e legitimação da pesquisa em educação no Brasil.

Entre os diferentes espaços que compõem a estrutura da ANPEd, destaca-se o Grupo de Trabalho 23: Gênero, Sexualidade e Educação (GT 23), que se constitui como uma instância central para a consolidação dessas temáticas no campo educacional. Sua origem remonta ao início dos anos 2000, quando, a partir da articulação de pesquisadoras/es vinculadas/os a um grupo de estudos, emergiu a necessidade de institucionalizar um espaço específico para o debate sobre gênero e sexualidade na educação. Esse movimento resultou, em 2005, na criação do GT 23, marcando um momento de reconhecimento acadêmico dessas agendas e de fortalecimento de uma rede de pesquisadoras/es comprometidas/os com a produção de conhecimento crítico nesse campo (ANPEd, 2005).

Ao longo de sua trajetória, o GT 23 tem desempenhado um papel fundamental na expansão e diversificação das pesquisas que articulam gênero, sexualidade e educação, incorporando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Nesse percurso, observa-se a ampliação dos debates para além das questões identitárias, incluindo discussões sobre políticas públicas, currículo, formação docente e interseccionalidades, em diálogo com autoras como Judith Butler (2003) e Nilma Lino Gomes (2017). Além disso, pesquisadores/as como Eliane Rose Maio (2011) têm contribuído significativamente para o fortalecimento do grupo, especialmente no que se refere às articulações entre gênero, sexualidade e educação, atuando de forma expressiva na consolidação de suas atividades no âmbito da ANPEd.

É a partir desse enquadramento que desenvolveu-se a análise da produção acadêmica recente sobre juventudes e educação sexual nos anais da ANPEd, com foco nos trabalhos

apresentados no GT 23. Por meio de um levantamento sistemático das produções apresentadas nas Reuniões Nacionais entre 2017 e 2025, buscou-se mapear as principais temáticas abordadas, identificar lacunas teóricas e metodológicas e compreender as tendências que atravessam a abordagem da sexualidade na educação brasileira.

Para tanto, este capítulo está organizado em três seções articuladas. Inicialmente, apresenta-se o delineamento teórico-metodológico da investigação, explicitando os critérios de seleção e análise dos trabalhos. Em seguida, discute-se a (não) articulação entre juventudes e educação sexual nas produções do GT 23, a partir das hipóteses analíticas que orientam a leitura do *corpus.* Posteriormente, apresenta-se um panorama dos trabalhos analisados no universo do GT 23 entre 2017 e 2025, evidenciando as presenças, as ausências e os tensionamentos relacionados às juventudes e à educação sexual, bem como as principais tendências e lacunas da produção recente, de modo a explicitar desafios e possibilidades para a consolidação de uma educação sexual crítica no contexto escolar.

2.1 Delineamento teórico-metodológico da investigação

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter documental, voltado à análise da produção acadêmica sobre juventudes e educação sexual no solo educacional brasileiro. Parte-se do entendimento de que os documentos científicos, como artigos, trabalhos em anais e demais produções acadêmicas, constituem fontes relevantes para a compreensão das dinâmicas de produção do conhecimento, permitindo identificar tendências, recorrências, deslocamentos e lacunas em determinados campos investigativos, conforme aponta José Luis Bonin (2022). A partir dessa perspectiva, os textos analisados não são compreendidos como registros neutros, mas como produções situadas, atravessadas por disputas teóricas, políticas e epistemológicas.

Nessa esteira, a investigação caracteriza-se como uma pesquisa documental, tendo como *corpus* os trabalhos publicados nos Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), especificamente aqueles vinculados ao Grupo de Trabalho 23 – Gênero, Sexualidade e Educação.

Para a constituição e análise desse conjunto documental, adotaram-se como referência metodológica as etapas propostas por Galvão, Sawada e Trevizan (2004), compreendendo a construção do protocolo de pesquisa, a definição da questão investigativa, a busca e seleção dos documentos, a avaliação crítica, a coleta, a organização e a síntese dos dados.

A utilização dessas etapas possibilitou maior sistematicidade e transparência ao percurso investigativo, orientando desde a delimitação do *corpus* documental até a análise e interpretação dos resultados apresentados nas seções subsequentes. As etapas desenvolvidas neste estudo são apresentadas a seguir.

(a) Construção do percurso metodológico: nesta etapa, estruturou-se o delineamento da investigação, considerando o problema de pesquisa, o recorte empírico, os critérios de seleção dos trabalhos, bem como os procedimentos de leitura, organização e análise dos dados. Esse movimento foi orientado pela compreensão de que a produção acadêmica constitui um espaço de disputas e construção de sentidos, exigindo um olhar analítico atento às suas regularidades e descontinuidades;

(b) Definição da questão investigativa: a pesquisa foi orientada pela seguinte questão: "*Como se configuram as relações entre juventudes e educação sexual na produção acadêmica apresentada no GT 23 da ANPEd e quais são as tendências, ausências e formas de articulação presentes nesse campo?"*;

(c) Levantamento dos trabalhos: o mapeamento das produções foi realizado nos anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), considerando exclusivamente os trabalhos vinculados ao Grupo de Trabalho 23: Gênero, Sexualidade e Educação, apresentados nas Reuniões Nacionais realizadas entre 2017 e 2025;

(d) Seleção do *corpus*: para a constituição do *corpus* analítico, foram considerados todos os trabalhos disponíveis nos anais do GT 23 no período delimitado. Posteriormente, procedeu-se à identificação daqueles que dialogavam com as temáticas de interesse da pesquisa, a partir da leitura de títulos, resumos e, quando necessário, dos textos integrais. Como critério de inclusão, consideraram-se produções que abordassem, direta ou indiretamente, as categorias "sexualidade", "educação sexual" e "juventudes". Não foram estabelecidos critérios de exclusão rígidos a priori, uma vez que a própria ausência ou baixa incidência dessas articulações constitui elemento relevante para a análise;

(e) Leitura e avaliação analítica dos trabalhos: os textos selecionados foram submetidos a uma leitura integral, orientada por um duplo movimento: (i) identificação das temáticas centrais e dos referenciais mobilizados; e (ii) análise das formas de abordagem da sexualidade e das juventudes, atentando para sua presença, ausência ou articulação. Também foram considerados aspectos como o lugar ocupado pelos sujeitos nas análises, os modos de construção dos argumentos e as relações estabelecidas entre teoria e empiria;

(f) Organização e sistematização dos dados: após a leitura dos trabalhos, procedeu-se à organização das produções em eixos analíticos, construídos progressivamente a partir do

contato com o material empírico. Esses eixos contemplam: (i) trabalhos centrados em gênero e sexualidade; (ii) produções que abordam juventudes; e (iii) pesquisas que articulam, ainda que de forma incipiente, juventudes e educação sexual;

(g) Análise e síntese interpretativa: considerando o caráter qualitativo da investigação, os dados foram analisados de maneira interpretativa, buscando evidenciar padrões, recorrências, deslocamentos e silenciamentos presentes na produção acadêmica. A análise foi orientada por referenciais dos estudos de gênero e sexualidade, em diálogo com autoras como Judith Butler, Joan Scott e Guacira Lopes Louro, bem como por perspectivas que compreendem o campo científico como espaço de disputas, permitindo problematizar não apenas o que é produzido, mas também aquilo que permanece à margem.

O recorte temporal da pesquisa compreende as Reuniões Nacionais realizadas entre 2017 e 2025, correspondentes à 38ª, 39ª, 40ª, 41ª e 42ª edições do evento. Tal delimitação permite acompanhar a produção mais recente do campo, possibilitando identificar permanências e deslocamentos nas abordagens sobre sexualidade, juventudes e educação.

Importa destacar que esse período coincide com um contexto sociopolítico marcado por intensas disputas em torno das questões de gênero e sexualidade no Brasil, especialmente nos anos que antecedem e sucedem a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Nesse cenário, identifica-se a intensificação de discursos conservadores e a disseminação de narrativas de pânico moral associadas à chamada “ideologia de gênero”, frequentemente mobilizadas no debate público e educacional, com impactos diretos sobre as políticas e práticas escolares.

No que diz respeito aos procedimentos de levantamento e análise, realizou-se inicialmente um mapeamento dos trabalhos disponíveis nos anais do GT 23, seguido, quando necessário, da leitura integral dos textos selecionados. A identificação das produções pertinentes foi orientada por descritores previamente definidos, a saber: educação sexual, discursos de jovens e juventudes, considerados tanto na leitura dos títulos e resumos quanto na análise do conteúdo dos trabalhos. Esse movimento permitiu a organização dos estudos em categorias analíticas, contemplando: (i) produções centradas na temática da educação sexual; (ii) trabalhos que abordam juventudes; e (iii) pesquisas que articulam, ainda que de forma incipiente, juventudes e educação sexual.

A análise dos documentos foi desenvolvida de maneira gradual, em constante diálogo com o *corpus* da pesquisa. Em vez de partir de categorias previamente definidas, buscou-se permitir que os próprios trabalhos analisados indicassem temas, recorrências, aproximações e especificidades relevantes para a investigação. Desse modo, as categorias analíticas foram

construídas ao longo do processo de leitura, sistematização e interpretação dos dados, emergindo das relações estabelecidas entre o problema de pesquisa e o material empírico.

Essa perspectiva aproxima-se das contribuições de Bardin (2011), ao compreender a análise de conteúdo como um processo de organização e interpretação dos sentidos presentes nos documentos, bem como das abordagens qualitativas discutidas por Denzin (2006), que reconhecem o caráter interpretativo da produção do conhecimento.

Cabe destacar que os descritores e as categorias desempenharam funções distintas no percurso metodológico. Os descritores foram definidos a partir dos objetivos da pesquisa e utilizados como ferramentas para localizar e selecionar os trabalhos que compuseram o *corpus* documental. Já as categorias foram construídas posteriormente, durante a análise dos textos selecionados. Assim, mais do que verificar a presença de determinados termos, buscou-se compreender como as discussões sobre juventudes e educação sexual foram produzidas, articuladas e desenvolvidas no âmbito do GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd. Esse movimento permitiu identificar temas recorrentes, lacunas, silenciamentos e aspectos que, por vezes, permanecem pouco visíveis na produção acadêmica analisada.

A opção pela análise dos anais de eventos científicos também se justifica pelo reconhecimento desses espaços como instâncias relevantes de circulação e legitimação do conhecimento. Conforme argumentam Nilda Alves (2001) e Vera Maria Candau (2008), os eventos acadêmicos desempenham papel central na constituição de comunidades científicas, ao possibilitarem a divulgação de pesquisas em andamento e a consolidação de agendas investigativas. Dessa forma, a análise dos trabalhos apresentados no GT 23 permite compreender não apenas o que tem sido produzido, mas também quais temas ganham visibilidade e quais permanecem à margem do debate.

Cabe assinalar que o levantamento e a análise da produção acadêmica no âmbito do GT 23 constituem uma das etapas desta pesquisa. Esse movimento articulou-se a um segundo momento investigativo, desenvolvido no capítulo seguinte, que consistiu na realização de um grupo focal com jovens estudantes da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, buscando compreender como as questões relacionadas à educação sexual são vivenciadas e significadas em seus contextos cotidianos. A combinação dessas duas etapas, análise documental da produção acadêmica e produção de dados empíricos, permitiu aproximar o debate acadêmico das experiências concretas dos sujeitos, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do fenômeno investigado.

A partir dessa articulação, tornou-se possível tensionar as relações entre o que é produzido no campo acadêmico e as experiências concretas vividas pelos sujeitos, evidenciando

aproximações, distanciamentos e possíveis descompassos. Esse movimento analítico permitiu problematizar em que medida as discussões sobre juventudes e educação sexual têm sido efetivamente incorporadas pela pesquisa educacional brasileira, bem como identificar os limites e as potencialidades dessas abordagens.

Além disso, ao colocar em diálogo a análise documental com os dados produzidos por meio do grupo focal, a pesquisa buscou superar uma leitura descritiva da produção acadêmica, avançando em direção a uma compreensão mais complexa do fenômeno investigado. Trata-se de uma estratégia metodológica que reconhece a importância de articular diferentes fontes e perspectivas, ampliando as possibilidades interpretativas e fortalecendo a análise.

Por conseguinte, o percurso metodológico orientou-se pela construção de uma leitura crítica, comprometida com a problematização das ausências, dos silenciamentos e das disputas que atravessam o campo da educação sexual e das juventudes. Ao evidenciar esses elementos, buscou-se contribuir para o avanço das discussões no campo educacional, indicando caminhos possíveis para a consolidação de abordagens mais críticas, plurais e comprometidas com a diversidade. Desse modo, tornou-se possível problematizar não apenas o que é dito, mas também aquilo que é silenciado na educação.

A partir disso, a seção seguinte dedicou-se a examinar as configurações da produção acadêmica recente, com o objetivo de apreender os movimentos que estruturam o campo, as ênfases que orientam as investigações e as lacunas presentes nos trabalhos analisados.

2.2 A (não) articulação entre juventudes e educação sexual nas produções do GT 23

Antes da apresentação dos dados, esta seção tem como objetivo explicitar as hipóteses analíticas que orientam a leitura do *corpus*. A partir do levantamento e da análise dos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho: Gênero, Sexualidade e Educação (GT 23), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período compreendido entre 2017 e 2025, foi possível identificar um conjunto de produções que abordam as temáticas de gênero e sexualidade na educação. Entretanto, ao se analisar especificamente a articulação entre juventudes e educação sexual, evidencia-se um cenário marcado por descontinuidades, deslocamentos e, sobretudo, pela ausência de um diálogo mais sistemático entre essas dimensões[16].

[16] Cabe destacar que a ANPEd não possui um Grupo de Trabalho específico voltado às Juventudes. As pesquisas sobre o tema encontram-se distribuídas entre diferentes GTs, especialmente o GT18 (Educação de Pessoas Jovens e Adultas) e o GT03 (Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos).

Contudo, ao concentrar a análise no GT 23, observa-se que, embora as discussões sobre gênero e sexualidade ocupem um lugar já consolidado nesse espaço, a presença das juventudes como categoria analítica e, sobretudo, sua articulação com a educação sexual aparece de forma mais pontual e, em muitos casos, secundária. Esse dado chama atenção na medida em que, como apontam Juarez Dayrell (2007) e Regina Novaes (2006), as juventudes constituem sujeitos centrais das experiências escolares e das vivências relacionadas à sexualidade, o que tornaria esperada uma presença mais consistente dessas articulações na produção acadêmica.

Ao mesmo tempo, ainda que o campo de estudos sobre gênero e sexualidade na educação tenha se consolidado nas últimas décadas, conforme discutido por Guacira Lopes Louro (2003), constata-se que essas temáticas nem sempre se articulam de forma integrada às discussões sobre juventudes. Essa dinâmica indica que os temas aparecem, muitas vezes, de forma dissociada, o que pode ser interpretado como um indício de fragmentação no interior do campo, entendido aqui, em diálogo com Pierre Bourdieu (1999), como um espaço de disputas e delimitações que influenciam os modos de produção do conhecimento.

> O campo científico é o lugar de uma luta competitiva que tem por objeto específico o monopólio da autoridade científica, definida de maneira inseparável como capacidade técnica e poder social; ou, se preferirmos, o monopólio da competência científica, entendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade) em matéria de ciência (Bourdieu, 1999, p. 20).

Compreendendo essa perspectiva, é possível avançar na análise ao considerar que as disputas no campo científico não se dão de forma isolada, pois estão profundamente imbricadas com dinâmicas sociais, políticas e morais mais amplas. Nesse sentido, a produção e a circulação de discursos de pânico moral, segundo Stanley Cohen (2011), operam também como elementos que tensionam o campo, influenciando a definição dos objetos legítimos de investigação e os modos pelos quais determinadas temáticas são abordadas.

No contexto brasileiro recente, tais processos se materializam de maneira emblemática na fabricação e circulação do chamado “kit gay”, que, como analisa Renan Quinalha (2019), atuou como um artefato político central na produção de medo e na mobilização de discursos em defesa da infância e das juventudes. Ao articular cruzadas antipedofilia, conforme discutido por Laura Lowenkron (2013; 2015), e ofensivas antigênero, essas narrativas contribuíram para a construção de inimigos morais e para a deslegitimação de propostas educativas voltadas à diversidade de gênero e sexualidade.

Inseridos nesse contexto, os processos de produção do conhecimento na educação não permanecem imunes a disputas. Ao contrário, são atravessados por elas, o que pode contribuir

para explicar por que determinadas articulações, como aquelas entre juventudes e educação sexual, aparecem de forma fragmentada ou pouco desenvolvida na produção acadêmica analisada. Assim, a dissociação entre esses temas não deve ser compreendida apenas como uma lacuna, mas como um efeito das próprias condições de possibilidade que a estruturam, marcadas por disputas simbólicas, pressões políticas e regimes de visibilidade que definem o que pode ou não ser pesquisado.

A circulação desses discursos pode ser ilustrada por episódios amplamente difundidos no cenário político brasileiro, como a exposição pública, por Jair Bolsonaro, então filiado ao Partido Liberal (PL), de materiais didáticos apresentados de forma descontextualizada como evidência de uma suposta "sexualização precoce" nas escolas. Em entrevista ao *Jornal Nacional*, em 2019, o então candidato exibe o livro *Aparelho Sexual & Cia*, associando-o a políticas educacionais e reforçando narrativas de ameaça à infância. No entanto, trata-se de uma obra de caráter informativo, voltada à educação sexual de jovens, cuja circulação no contexto do debate político foi marcada por distorções e simplificações.

Esse tipo de estratégia evidencia como determinados artefatos são mobilizados na produção de pânicos morais, operando por meio da desinformação e da construção de inimigos simbólicos, conforme discutido por Stanley Cohen (2004). Ao deslocar o sentido de materiais educativos e inseri-los em narrativas alarmistas, esses discursos contribuem para a deslegitimação da educação sexual no espaço público e escolar. Esses processos ajudam a compreender as condições sociopolíticas nas quais a produção acadêmica recente tem sido desenvolvida, oferecendo elementos para interpretar a fragilidade das articulações entre juventudes e educação sexual identificadas no GT 23.

A análise dos trabalhos apresentados no GT 23 (2017–2025) evidencia que, embora as discussões sobre gênero e sexualidade estejam consolidadas no campo educacional, as juventudes ainda ocupam uma posição periférica nas investigações analisadas. Em muitos casos, os jovens aparecem apenas como sujeitos indiretos das políticas e práticas escolares, sem que suas experiências, percepções e formas de significar a sexualidade sejam efetivamente incorporadas aos estudos. Tal constatação sugere a permanência de abordagens marcadas por perspectivas adultocêntricas, nas quais a sexualidade juvenil é frequentemente tratada a partir de lógicas de controle, prevenção ou normatização, e não como dimensão constitutiva das experiências sociais e culturais das juventudes.

A partir desse enquadramento, demanda-se examinar de forma mais detida como essas dinâmicas se materializam na produção acadêmica. Para isso, apresenta-se, a seguir, um panorama dos trabalhos analisados no universo do GT 23, entre 2017 e 2025, buscando

evidenciar sua distribuição ao longo das Reuniões Nacionais consideradas e as primeiras tendências observadas no conjunto investigado.

2.3 Um panorama das discussões sobre educação sexual presentes na produção acadêmica no GT 23 da ANPEd (2017–2025)

Dando continuidade ao percurso metodológico delineado na seção anterior, apresentam-se e analisam-se os dados obtidos a partir do levantamento das produções acadêmicas vinculadas ao Grupo de Trabalho 23 (GT 23) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Conforme explicitado anteriormente, o *corpus* foi constituído com base nos trabalhos publicados nos anais das Reuniões Nacionais da ANPEd, considerando o recorte temporal dos anos de 2017, 2019, 2021, 2023 e 2025. Essa delimitação permitiu a sistematização do material e a identificação de permanências e transformações nas formas pelas quais a educação sexual tem sido abordada.

Parte-se do entendimento de que a educação sexual, enquanto objeto de investigação, é atravessada por disputas políticas, morais e pedagógicas, sendo produzida em meio a relações de poder que definem o que pode ou não ser dito no espaço escolar, conforme problematizado por Michel Foucault (1979). Além disso, ao considerar o gênero como categoria analítica, de acordo com Joan Scott (1995), e as contribuições de Guacira Lopes Louro (1997) acerca das normatizações presentes na educação, torna-se possível compreender como esses trabalhos se inserem em um campo de produção de saberes que tensiona normas e discursos hegemônicos.

Nessa direção, as reflexões de Louro (1997) contribuem para compreender o papel da escola na produção e na regulação das diferenças de gênero e sexualidade:

> A escola é, sem dúvida, um dos lugares onde as distinções de gênero e sexualidade são produzidas e reiteradas de forma mais vigorosa. Através de seus currículos, de suas normas de conduta, da organização de seus espaços e tempos, a instituição escolar não apenas transmite conhecimentos, mas fabrica sujeitos, definindo o que é considerado ‘normal’, ‘desejável’ ou ‘aceitável’ em relação aos corpos e às identidades (Louro, 1997, s,p**).**

As considerações da autora evidenciam que a escola não atua apenas como espaço de transmissão de conhecimentos, mas também como instância de produção de normas e subjetividades. Essa compreensão é relevante para a análise dos trabalhos do GT 23, uma vez que grande parte das pesquisas investigadas problematiza justamente os modos pelos quais a instituição escolar participa da construção de discursos sobre gênero e sexualidade.

No que se refere à distribuição dos trabalhos do GT 23, observa-se uma variação no número de pesquisas ao longo do período analisado. A Tabela 1 explicita a quantidade de trabalhos aprovados e apresentados em cada uma das Reuniões Nacionais:

Tabela 1 – Número de trabalhos apresentados no GT 23 (2017–2025)

Ano	Número de trabalhos apresentados no GT 23
2017	25
2019	22
2021	27
2023	31
2025	40

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Em 2017, foram apresentados 25 trabalhos; em 2019, 22; em 2021, 27; em 2023, 31; e, em 2025, 40 trabalhos. Para a realização do levantamento, foram inicialmente definidas como palavras-chave de busca as expressões “educação sexual”, “juventudes” e “discursos de jovens”, em consonância com os objetivos desta pesquisa. No entanto, ao longo da exploração dos anais do GT 23, observou-se que tais descritores resultaram em um número reduzido ou, em alguns casos, inexistente, de trabalhos diretamente relacionados ao recorte proposto. Diante dessa limitação, optou-se pela ampliação dos termos de busca, incorporando a categoria “sexualidade”, de modo a abarcar produções que, embora não utilizassem explicitamente a expressão “educação sexual”, dialogassem com esse campo e contribuíssem para a compreensão das temáticas investigadas. Essa decisão metodológica possibilitou a constituição de um *corpus* mais abrangente, sem perder de vista o foco analítico da pesquisa.

No que se refere ao ano de 2017, dos 25 trabalhos apresentados no GT 23, apenas dois abordam diretamente a educação sexual, o que sugere uma inserção ainda pouco expressiva no conjunto das produções. O Quadro 1 apresenta os trabalhos identificados nesse recorte.

Quadro 1 – Trabalhos que abordam a educação sexual no GT 23 (2017)

Título do trabalho	Autor/as
As diversidades sexuais na escola	Lisiane Goettems; Maria Simone Vione Schwengber; Rudião Rafael Wisniewski
Transexperiências: pedagogias religiosas no combate à ‘ideologia de gênero’	Roney Polato de Castro

Fonte: Elaboração própria, 2026.

O primeiro toma como eixo a discussão das diversidades sexuais no contexto escolar, compreendendo a educação sexual como uma dimensão fundamental na problematização das normas que regulam corpos e identidades, operando no enfrentamento à homofobia e na construção de práticas pedagógicas orientadas pela inclusão. Nessa perspectiva, a escola é

tensionada como espaço atravessado por relações de poder que produzem e regulam diferenças, conforme indicam as discussões dos estudos de gênero e sexualidade.

O segundo trabalho, por sua vez, analisa a educação sexual a partir da incidência de discursos religiosos, evidenciando como tais discursos participam da produção e legitimação de determinados modelos de família, marcados por uma matriz heteronormativa e conservadora. Ao situar a escola como um campo de disputa entre diferentes regimes de verdade, o estudo explicita as tensões que emergem quando saberes de caráter religioso e perspectivas educacionais críticas entram em confronto, revelando os limites e as possibilidades da instituição escolar na abordagem da sexualidade, enquanto espaço de produção de saberes e de constituição de subjetividades.

No que se refere aos demais trabalhos apresentados em 2017, a análise revela que, dos 23 que não abordam diretamente a educação sexual, 11 mobilizam, em alguma medida, a categoria "sexualidade". O Quadro 2 apresenta essas produções.

Quadro 2 – Trabalhos apresentados no GT 23 (2017)

Título do trabalho	Autor/as
O corpo "fala" politicamente: as performatividades das/nas ocupações secundaristas do Paraná	Marcielly Cristina Moresco
Experiências de identidades de gênero: corpo brincante em espaços institucionais	Renata Aparecida Carbone Mizusaki; Cleomar Ferreira Gomes
Docências Trans*: entre a decência e a abjeção	Dayana Brunetto Carlin dos Santos
O ataque à discussão de gênero na escola	Marcos Vinicius Pereira Monteiro
Amor, Cuidado e Competência	Renata Porcher Scherer; Maria Cláudia Daligna
Barbie, Max Steel e os heróis que estão em você	Angelica Silvana Pereira
Decifra-me! Não me devore!	Sirlene Mota Pinheiro da Silva
Autorrepresentações e subalternidades	Paulo Melgaço da Silva Junior; Ana Ivenicki
Transexperiências	Sandro Prado Santos
Pedagogias religiosas no combate à 'ideologia de gênero'	Roney Polato de Castro
Proposições educacionais em gênero-sexualidade	Fernando Seffner
"Coisas de meninos e coisas de meninas"	Francisca Jocineide da Costa E Silva; Adenilda Bertoldo Alves de Morais
Os efeitos do pânico moral sobre o Movimento Feminista	Carolina Langnor E Sousa Lisboa
Gênero, Sexualidade e Envelhecimento	Fernando Altair Pocahy; Priscila Gomes Dornelles
A cultura do fitness nos memes	Caterine de Moura Brachtvogel
As diversidades sexuais na escola	Lisiane Goettems; Maria Simone Vione Schwengber; Rudião Rafael Wisniewski
Políticas para mulheres e os desafios da institucionalidade	Eunice Lea de Moraes; Lúcia Isabel da Conceição Silva
Violência sexual contra meninos em uma cidade do interior do Brasil	Samuel da Silva Souza
As distâncias sociais entre escola e sujeitos homossexuais	Felipe Bastos

Corpos escalpelados na escola	Edwana Nauar de Almeida
Educação para mulheres na América Latina	Adriane Raquel Santana de Lima
A ideologia de gênero e seus desdobramentos na educação brasileira	Rogério Diniz Junqueira
A produção generificada do Brinquedo de Miriti	Joyce Otânia Seixas Ribeiro
Da importância de rir com Inês Brasil	Tiago Duque
Impactos da 'ideologia de gênero' na geração de políticas educacionais	Jasmine Moreira

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Esse dado revela a presença da temática no conjunto das produções analisadas, mas também evidencia um modo específico de inscrição da sexualidade, que tende a se manter em planos mais gerais de reflexão, frequentemente vinculados a discussões identitárias ou a abordagens teóricas mais amplas. Nesses casos, a sexualidade aparece como horizonte de problematização, mas não necessariamente como objeto de intervenção pedagógica ou como dimensão a ser trabalhada de forma sistemática nos processos educativos.

Esse deslocamento é significativo, pois sugere que, mesmo quando a sexualidade é reconhecida como dimensão relevante da experiência social, sua tradução em termos educativos não se realiza de forma imediata ou evidente. Há, portanto, uma espécie de intervalo entre reconhecer a sexualidade como questão e assumi-la como prática educativa, intervalo esse que pode estar relacionado tanto a limites teórico-metodológicos quanto a tensões mais amplas que atravessam esse terreno.

No conjunto dos trabalhos apresentados em 2019, observa-se uma diversificação dos objetos investigados e uma ampliação dos espaços a partir dos quais as discussões sobre sexualidade são produzidas. Se, em anos anteriores, a atenção estava concentrada, sobretudo, nas disputas em torno da legitimidade das temáticas de gênero e sexualidade na escola, as pesquisas desse período passam a incorporar, de maneira mais expressiva as experiências dos sujeitos, os processos de formação identitária e os diferentes contextos sociais nos quais essas vivências são construídas.

Chama atenção o crescimento de investigações voltadas para as trajetórias de estudantes LGBTQIA+, para as experiências de pessoas trans, para as formas de violência dirigidas a sujeitos dissidentes e para os modos pelos quais normas de gênero atravessam a vida escolar. Tal movimento sugere um deslocamento do foco analítico das estruturas e políticas educacionais para os efeitos concretos que essas dinâmicas produzem nos cotidianos escolares. Como afirma Guacira Lopes Louro (2003):

> Não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre

> elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (Louro, 2003, p. 25).

Sob essa perspectiva, os trabalhos analisados evidenciam um interesse crescente pelas formas como os sujeitos produzem sentidos sobre si mesmos e negociam suas experiências em contextos marcados por normas e relações de poder. O Quadro 3 apresenta o conjunto dos trabalhos identificados no GT 23 no ano de 2019, permitindo visualizar a diversidade temática que caracteriza a produção desse período.

Quadro 3 – Trabalhos apresentados no GT 23 (2019)

Título do trabalho	Autor/as
Nas paredes da escola: histórias de estudantes gays inscritas de violências e subjetividades	Juliane Costa Silva
Dez noções subsunçoras à ideologia de gênero no discurso midiático-pedagógico: uma autoetnografia	Marcos Felipe Gonçalves Maia
Aspectos da História, Filosofia e Sociologia da Ciência (HFSC) em estudo de gênero na pesquisa em Educação em Ciência e Matemática	Mariana Fontana
Feminilidades na escola: uma discussão sobre gênero e desempenho escolar de meninas	Jaqueline Aparecida Barbosa
Gênero e educação sob ataque	Elenita Pinheiro de Queiroz Silva
Mulheres rurais e as condições de lazer esportivo	Cauana Peyrot Conceição
Gênero na formação de pedagogas: os percalços na inserção da temática nos percursos curriculares	Carolina Castro Silva
A violência sofrida por professores(as) homossexuais na escola: apontamentos contemporâneos	Maria Edilene Araújo Silva; Antonia Solange Pinheiro Xerez
Cartografias das experiências de pessoas trans com os territórios da Educação em Biologia	Sandro Prado Santos
Problematizando o ódio à diferença nas tramas da cibercultura: rastros e restos do (in)humano	Felipe da Silva Ponte de Carvalho; Fernando Altair Pocahy
“Bailarina é delicada. Bailarino é forte”? gênero e sexualidade na educação de corpos de bailarinos/as	Jeane Félix da Silva; José Rodolfo do Nascimento Pereira
Educação e violência sexual: fragilidades da rede de proteção	Flávio Corsini Lirio
Juventudes em biopolíticas contemporâneas	Carin Klein; Juliana Ribeiro de Vargas
Educação feminina e os devires da sexualidade em “Antônia Cudefacho”	Regiane Farias Neves
“Todo o mundo vai aplaudir as bichas”: produção das diferenças e reconhecimento a partir das fanfarras escolares da fronteira Brasil-Bolívia	Tiago Duque
Pesquisar a masculinidade na educação: sobre o potencial performativo do texto acadêmico	Leandro Teofilo de Brito; Miriam Soares Leite
Não é TV, mas é currículo: narrativas seriadas e produção de subjetividades generificadas	Evanilson Gurgel de Carvalho Filho; Marlécio Maknamara
“Escola sem Partido” e “Ideologia de Gênero” no GT 23 da ANPEd (2008–2017)	Yasmin Serra Lino
Gênero, sexualidade e produções midiáticas audiovisuais nas produções do GT 23 da ANPEd (2008–2017)	Victória Nobica Marques do Nascimento; Constantina Xavier Filha
Divisão sexual do trabalho e percepções de gênero para jovens mulheres estudantes de um curso técnico em informática de São Borja/RS	Aline Adams; Nara Vieira Ramos

Gênero, Quilombo, Raça e Geração: interfaces do cotidiano de mulheres quilombolas de Barrinha, Bom Jesus da Lapa, Bahia	Kleide Iraci Marques Silva
A chegada do discurso “ideologia de gênero” no contexto educacional brasileiro	Thais C. M. Gava

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Outro elemento que se destaca é a incorporação de discussões relacionadas à cultura digital e às produções midiáticas. Ainda que a educação sexual não figure como objeto central de parte desses estudos, percebe-se uma preocupação crescente em compreender como narrativas audiovisuais, ambientes virtuais e práticas comunicacionais participam da construção de percepções sobre corpos, afetos e sexualidades. Trata-se de uma inflexão relevante, pois amplia a compreensão dos processos educativos para além dos limites institucionais da escola, reconhecendo a existência de múltiplas instâncias formativas que disputam sentidos sobre gênero e sexualidade na contemporaneidade.

Embora a maior parte das pesquisas esteja voltada a discussões mais amplas sobre gênero e sexualidade, algumas produções estabelecem aproximações mais diretas com as temáticas da educação sexual e das juventudes. O Quadro 4 reúne os trabalhos que apresentam essa articulação de forma mais evidente.

Quadro 4 – Trabalhos que abordam educação sexual e juventudes no GT 23 (2019)

Título do trabalho	Autoras
Gênero na formação de pedagogas: os percalços na inserção da temática nos percursos curriculares	Carolina Castro Silva
Divisão sexual do trabalho e percepções de gênero para jovens mulheres estudantes de um curso técnico em informática de São Borja/RS	Aline Adams; Nara Vieira Ramos
Gênero, sexualidade e produções midiáticas audiovisuais nas produções do GT 23 da ANPEd (2008–2017)	Victória Nobica Marques do Nascimento; Constantina Xavier Filha

Fonte: Elaboração própria, 2026.

De modo geral, os trabalhos analisados em 2019 indicam um campo de pesquisa que passa a privilegiar cada vez mais as experiências concretas dos sujeitos e os contextos nos quais elas se produzem. Mais do que discutir a presença ou ausência da educação sexual nos currículos, as investigações voltam-se para compreender como as normas sociais relacionadas ao gênero e à sexualidade são vividas e ressignificadas nos diferentes espaços educativos.

Ao analisarmos os 27 trabalhos apresentados no GT 23 da ANPEd no ano de 2021, identificamos um conjunto de pesquisas que dialoga, de maneira direta ou indireta, com a temática da educação sexual. Em comparação aos anos anteriormente analisados, verifica-se um aprofundamento das investigações voltadas às experiências concretas dos jovens estudantes, bem como uma maior atenção aos processos de regulação dos corpos, às diferentes formas de

violência e às disputas em torno da produção de identidades de gênero e sexualidade nos espaços educativos.

Para visualizar o conjunto das produções apresentadas nesse período, apresenta-se o Quadro 5.

Quadro 5 – Trabalhos apresentados no GT 23 (2021)

Título do trabalho	Autor/as
Vida a dois: orientando mulheres para o relacionamento amoroso na rede social Adote um Cara	Juliana Ribeiro de Vargas; Nicoli Peroza Ramos
Violência sexual contra crianças e adolescentes: em discussão os Planos Municipais de Educação do Estado do Paraná	Márcio de Oliveira; Eliane Rose Maio
"Vocês são livres, mas eu lhes anuncio que Deus condena": pertencimento religioso e questões de gênero e sexualidade na escola	Antonio Jeferson Barreto Xavier
Ser mulher na computação: experiências de alunas em uma IFES nordestina	Mayanne Júlia Tomaz Freitas
Redes com gêneros e sexualidades cartografadas nos livros didáticos de Biologia: tecituras de uma educação em Biologia menor	Sandro Prado Santos
Políticas educacionais para a não discriminação de gênero no Brasil e Chile	Neiva Furlin
Olhares para gênero e sexualidade no currículo de Sergipe	Tássia Alexandre Teixeira Bertoldo; Lívia de Rezende Cardoso
Manifesta: notas para uma educação sem juízo	Késia dos Anjos R.; Alfrancio F. Dias
Masculinidades docentes na Educação Infantil	Diego Paiva Bahls; Jamil Cabral Sierra
Masculinidades negras: o que dizem as pesquisas apresentadas nos encontros da ANPEd (2012-2019)	Marcio Caetano; Paulo Melgaço da Silva Junior
Maternidades lésbicas e práticas de [res]existências na educação escolar	Luciene Celina Cristina Mochi; Hilda Aparecida Linhares da S. Micarello
Memórias de infância de mulheres: aprendizagens de performances de gênero, corpos educados e violados	Tatiane Coelho Antunes; Raquel Gonçalves Salgado
Gênero, classe, raça e formação educacional em Júlia Lopes de Almeida	Euridice Hespanhol Macedo Pessoa; Denize de Aguiar Xavier Sepulveda
Homofobia e docência no contexto da escola básica em Castanhal, Pará	Jardinelio Reis da Silva
Judicialização da educação: evasão ou expulsão?	Célia Ratusniak
Falas de jovens alunas sobre ser mulher	Paula Regina Costa Ribeiro; Juliana Ribeiro de Vargas
Em nome de DEUS: a luta trans/travesti cotidiana	Sara Wagner York; Denize de Aguiar X. Sepulveda; José Antonio M. Sepulveda
Do esquerdo-macho ao gay intelectualizado: sentidos das masculinidades no ativismo jovem estudantil	Leandro Teofilo de Brito
Corporeidades generificadas e Educação Física escolar	Thais Adriane Vieira de Matos; Claudia Madruga Cunha
Currículos-performance: práticas de desejos no Tinder	Alcidesio Oliveira da Silva Junior
Currículo toalha na cabeça: política amizade como êthos afeminado na escola	Gregory da Silva Balthazar
As sexualidades como manifestação da verdade	Marco Antonio Torres
Bichas em campo: regime de visibilidade e conhecimento disruptivo	Tiago Duque

A promoção da igualdade de gênero nos documentos curriculares para a Educação Infantil	Bruna Boldo Arruda
Aproximações e distanciamentos da interculturalidade ao campo da diversidade sexual e de gênero	José Damião Trindade Rocha; Lucélia de Moraes Braga Bassalo
Arpilleras, as linhas resistência	Fábia Roseana Souza
A militarização das escolas e as ocupações estudantis	Marcielly Cristina Moresco; Dayana Brunetto Carlin dos Santos

Fonte: Elaboração própria, 2026.

A leitura desse conjunto de trabalhos permite identificar algumas tendências recorrentes. Entre elas, destacam-se as pesquisas voltadas às experiências escolares, às relações entre gênero e currículo, às diferentes expressões das masculinidades, às vivências LGBTQIA+ e aos impactos das normas sociais sobre corpos e identidades. Observa-se, ainda, uma ampliação das discussões acerca das violências de gênero e sexualidade, bem como dos processos de resistência e produção de subjetividades.

Entre os estudos que mais se aproximam da temática da educação sexual, destacam-se aqueles voltados às experiências juvenis e às formas pelas quais gênero e sexualidade atravessam os cotidianos escolares. As investigações revelam que a escola permanece como um espaço de regulação dos corpos, das aparências e dos comportamentos, especialmente quando se trata das experiências femininas.

As narrativas produzidas por estudantes da educação básica evidenciam situações recorrentes de assédio, importunação sexual e vigilância dos corpos das meninas, demonstrando que normas aparentemente neutras continuam operando de maneira desigual sobre meninos e meninas. Tais achados apontam para a permanência de mecanismos de controle que responsabilizam as jovens pela gestão dos olhares e violências masculinas, enquanto determinadas práticas associadas aos estudantes do sexo masculino tendem a ser naturalizadas.

Considerando especificamente os trabalhos que articulam juventudes e educação sexual, foram identificadas as produções apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Trabalhos que abordam juventudes e educação sexual no GT 23 (2021)

Título do trabalho	Autor/as
Do esquerdo-macho ao gay intelectualizado: sentidos das masculinidades no ativismo jovem estudantil	Leandro Teofilo de Brito
Falas de jovens alunas sobre ser mulher: nas pistas de um dispositivo de feminilidade	Paula Regina Costa Ribeiro; Juliana Ribeiro de Vargas
Violência sexual contra crianças e adolescentes: em discussão os Planos Municipais de Educação do Estado do Paraná	Marcio de Oliveira; Eliane Rose Maio

Fonte: Elaboração própria, 2026.

As juventudes aparecem igualmente como protagonistas em pesquisas que buscam compreender os processos de construção das masculinidades em contextos contemporâneos. Nesse conjunto de trabalhos, as identidades masculinas são apresentadas não como categorias homogêneas, mas como experiências atravessadas por disputas simbólicas, engajamentos políticos e diferentes formas de performatização de gênero. Os estudos evidenciam que os espaços de participação estudantil e militância constituem territórios de produção de sentidos sobre o masculino, revelando deslocamentos em relação aos modelos tradicionais de masculinidade e indicando a emergência de novas formas de expressão identitária entre os jovens.

Outro aspecto refere-se às pesquisas que articulam educação sexual, proteção social e enfrentamento das violências. Nesse conjunto, o trabalho desenvolvido por Márcio de Oliveira e Eliane Rose Maio (2021) evidencia uma questão particularmente relevante para o campo educacional: a ausência ou a insuficiência de discussões sobre violência sexual contra crianças e adolescentes nos documentos orientadores das políticas públicas. Ao analisarem os Planos Municipais de Educação do Estado do Paraná, os autores demonstram que mais da metade dos documentos investigados não contempla ações específicas voltadas ao enfrentamento dessa problemática, revelando um preocupante processo de silenciamento institucional. A pesquisa chama a atenção para o fato de que a omissão dessas discussões pode limitar a construção de práticas pedagógicas preventivas e dificultar a identificação de situações de violência, evidenciando o papel da educação sexual na proteção, na garantia de direitos e no fortalecimento da autonomia de crianças e adolescentes.

Somam-se a esse conjunto estudos que investigam as relações entre pertencimento religioso, gênero e sexualidade no ambiente escolar. Os resultados indicam que os discursos religiosos continuam exercendo influência significativa na produção de valores, normas e interpretações sobre os corpos, os afetos e os comportamentos considerados legítimos. A relevância dessas pesquisas reside justamente em evidenciar que os debates sobre educação sexual não se restringem ao currículo formal, mas são atravessados por diferentes discursos sociais que participam ativamente da construção das experiências juvenis.

Em conjunto, os trabalhos apresentados em 2021 reforçam um movimento já identificado nos anos anteriores, mas agora direcionado de forma mais incisiva para os impactos concretos das normas de gênero e sexualidade na vida dos sujeitos. As pesquisas analisadas revelam uma crescente preocupação com os processos de violência, controle, pertencimento, resistência e construção identitária, contribuindo para consolidar a educação sexual como um

campo de investigação comprometido com a transmissão de conhecimentos e com a promoção dos direitos humanos, da dignidade e do reconhecimento das diferenças.

Ao analisarmos os 31 trabalhos apresentados no GT 23 da ANPEd em 2023, observamos uma configuração distinta daquela identificada nos anos anteriores. Embora as discussões sobre gênero e sexualidade permaneçam centrais no conjunto das produções, a temática da educação sexual aparece de forma menos explícita e menos frequente entre os trabalhos selecionados. Em vez de investigações diretamente voltadas às práticas de educação sexual no ambiente escolar, predominam estudos relacionados às trajetórias de sujeitos LGBTQIA+, às políticas afirmativas, às experiências trans, às disputas em torno do discurso antigênero e aos processos de reconhecimento e permanência educacional.

Nesse cenário, um conjunto reduzido de trabalhos estabelece interlocução mais direta com a educação sexual. Para melhor visualização dessas produções, apresenta-se o Quadro 1.

Quadro 7 – Trabalhos que dialogam com a educação sexual no GT23 (2023)

Título do trabalho	Autor/as
O que a escola do corpo tem a nos dizer? Currículos e implicações de gênero e sexualidades	Jeane Félix da Silva; José Rodolfo do Nascimento Pereira
Educação em Biologia: enredando miudezas e possíveis saídas inventivas com gêneros e sexualidades	Sandro Prado Santos
Prática educativa em um espaço LGBTQI+: sentidos de educadores sociais trans	Nilma Margarida de Castro Crusoé; Renata Malhado dos Santos

Fonte: Elaboração própria, 2026.

O primeiro desses estudos aproxima-se da temática ao discutir currículo e as formas pelas quais as questões de gênero e sexualidade são produzidas e tensionadas nos espaços escolares. Ainda que a educação sexual não constitua seu objeto central, a pesquisa evidencia a o papel das disputas curriculares na definição dos saberes considerados legítimos para serem abordados na escola, aspecto historicamente relacionado aos debates sobre sexualidade e formação humana.

O segundo trabalho volta-se ao ensino de Biologia, propondo reflexões sobre possíveis caminhos para o trabalho com gêneros e sexualidades na educação científica. Embora represente uma tentativa de inserção da temática no ensino de Ciências, o estudo ainda revela a centralidade das abordagens biomédicas e referenciais tradicionalmente associados à sexualidade, revelando permanências de perspectivas mais biologizantes no tratamento do tema.

Já o terceiro trabalho analisa práticas educativas desenvolvidas em um espaço LGBTQIA+, investigando as experiências de educadores sociais trans e os sentidos atribuídos aos processos formativos construídos nesse contexto. A pesquisa amplia a compreensão dos

espaços educativos para além da instituição escolar, evidenciando que a educação sexual também se produz em territórios comunitários, coletivos e movimentos sociais, nos quais questões relacionadas ao corpo, à identidade, aos afetos e aos direitos são continuamente discutidas e ressignificadas.

Em termos mais amplos, outro conjunto significativo de produções do ano de 2023 é apresentado no quadro a seguir.

Quadro 8 – Trabalhos apresentados no GT 23 (2023)

Título do trabalho	Autor/as
Somos parte da floresta e a floresta é uma parte da gente: identidade das mulheres da Floresta Nacional de Tefé	Marcela da Silva Barbosa
Transexualizando a educação: ações afirmativas para o acesso de estudantes travestis e transexuais no ensino superior	Amélia Tereza Santa Rosa Maraux
Travestis e transexuais: como a ideologia de gênero afeta a trajetória escolar das pessoas transgênero na cidade de Palmas-TO	Jessika Villalon Sousa Cruz
Uma discussão sobre a participação regional no GT 23 da ANPEd a partir dos trabalhos apresentados de 2004 a 2021	Jaqueline Aparecida Barbosa
Silêncio e criação nas linhas literárias de Clarice Lispector e Conceição Evaristo: sentidos à educação múltipla	Fabíola de Fátima Igreja
Políticas de enfrentamento à LGBTQIAP+fobia no ensino superior	Leonardo Lemos de Souza
Por uma transepistemologia feminista	Sara Wagner York
Prática educativa em um espaço LGBTQI+: sentidos de educadores sociais trans	Nilma Margarida de Castro Crusoé; Renata Malhado dos Santos
Pais do futuro: o que pensam jovens estudantes negros sobre paternidade?	Leandro Teófilo de Brito; Paulo Melgaço da Silva Junior
Para além dos muros do preconceito: uma análise quanto ao processo de escolarização de pessoas soropositivas	Rafael dos Santos Reis
O ovo de serpente: o discurso antigênero como elemento na disputa pela função social da escola	Thais C. M. Gava; Cláudia Pereira Vianna
O que a escola do corpo tem a nos dizer?	Jeane Félix da Silva; José Rodolfo do Nascimento Pereira
O que ensinam os erês? Intersecções entre infância divina, gênero e sexualidade	Adelson Cezar Ataide Costa Junior
O feminismo é a minha base: narrativas de futuras professoras feministas	Ana Daniele Mendes Carrera
Mulheres angoleiras: pedagogingas e arte-resistência na capoeira angola	Alessandra Ferreiras Marinho; Gilcilene Dias da Costa
Mulheres sertanejas: gênero, histórias de vida e artes de si	Iane Rocha Mendes; Ana Lucia Gomes da Silva
Na ginga da matriz cultural de terreiro Angola pela diversidade sexual e de gênero	Sueli S. Santos; Zuleide Paiva da Silva
Maternidades periféricas na série Sintonia	Carin Klein; Maria Elva de Jesus Matos; Juliana Ribeiro de Vargas
Memórias de sapatãs professoras de crianças	Anamaria Ladeira Pereira; Camila S. Pereira; Fernando Altair Pocahy
Eu apanhava dele – levava soco na cara: alunas da EJA de Manaus e a violência contra as mulheres	Débora Napoleão de Sena; Márcio de Oliveira; Máximo Soares de Sena

Giros de conversa de docentes heterodissidentes	Manoel Luiz Santos da Silva; Zuleide Paiva da Silva
Educação em Biologia: enredando miudezas e possíveis saídas inventivas com gêneros e sexualidades	Sandro Prado Santos
Educação e relações de gênero: desafios e possibilidades	Raimunda Gomes da Silva
Decolonialidade: uma possível interface com os marcadores de gênero, raça e deficiência	Simone Teixeira Barrios; Georgina Helena Lima Nunes
(Des)caminhos de gênero e sexualidade nos programas e ações educativas para a população idosa	Thalles Amaral
Discursividades das psicólogas escolares do Sisal sobre performatividades de gênero e sexualidades	Franciele Reis Messias
Corpos e subjetividades lésbicas e sapatão: entre invisibilidades, precariedades e resistências	Misaeli B. Lima; Gesiele Vargas; Dayana Brunetto Carlin dos Santos
Cadê o Zé-Gotinha?: aspectos currículo-pedagógicos das masculinidades no YouTube pós-Covid-19	Tiago Duque
Cartografias de devir-mulher no Programa Mulheres e Meninas nas Engenharias	Edileuza de Sarges Almeida
Ações e políticas afirmativas universitárias para estudantes LGBTI+	Leonardo Lemos de Souza
A educação e a proteção legal contra a violência sexual de criança e adolescente	Elivânia Lima da Silva; Flávio Corsini Lirio

Fonte: Elaboração própria, 2026.

No bojo geral, os trabalhos apresentados em 2023 sugerem um deslocamento do foco das pesquisas. Enquanto nos anos anteriores as discussões sobre educação sexual apareciam associadas com maior frequência às experiências escolares, às juventudes e às práticas pedagógicas, em 2023 observa-se uma ampliação do interesse por temas relacionados às políticas de inclusão, às experiências de sujeitos historicamente marginalizados e às disputas por reconhecimento social e educacional. Esse movimento não indica um enfraquecimento das discussões sobre sexualidade, mas sua incorporação a agendas mais amplas de diversidade, direitos humanos e justiça social

Se as produções analisadas em 2023 indicavam uma relativa dispersão da educação sexual entre diferentes agendas de pesquisa voltadas à diversidade, às políticas afirmativas e às experiências de sujeitos historicamente marginalizados, os trabalhos apresentados no GT 23 em 2025 sinalizam um movimento distinto. A análise revela uma retomada mais explícita da educação sexual como objeto de investigação, especialmente em pesquisas voltadas à formação docente, às disputas curriculares e às práticas pedagógicas relacionadas às questões de gênero e sexualidade. Esse deslocamento revela não apenas a permanência da temática no campo educacional, mas também a necessidade de responder aos desafios produzidos pelo avanço de discursos conservadores que têm incidido sobre a escola, os currículos e os processos formativos.

A fim de sistematizar o conjunto mais amplo das produções identificadas, apresenta-se o panorama dos trabalhos do GT 23 em 2025.

Quadro 9 – Trabalhos apresentados no GT 23 (2025)

Título do trabalho	Autor(es)
(TRANS)formando o Ensino Superior: estudantes travestis e transexuais na cena educacional	Amélia T. S. Rosa Maraux; Lizandra M. de Sousa; Zuleide P. da Silva
A divisão sexual e racial do trabalho no IFRS: os desafios de ser estudante no curso técnico em eletrônica	Thaiana Machado dos Anjos; Edla Eggert
A fotografia como fonte de pesquisa em educação: identidades, saberes e mulheres da floresta	Marcela da Silva Barbosa
A história das mulheres como conteúdo transversal no currículo da educação básica	Neiva Furlin Gisele Dall´Igna Dallorsoletta
A interdição do debate de gênero na formação continuada de professores nos estados brasileiros	Liliane Bordignon de Souz
Ativismos estudantis feministas brasileiros: uma resposta crítica ao neoconservadorismo e à violência de gênero na educação superior	Lina Paula Juliana Turturica; Maria Lúcia Monssão
Corpo transmasculino e (re)arranjos discursivos da escola	Raul A. Capistrano; Ezequias C. da Cunha Junior; Elenita P. de Queiroz S.
Discussões de gênero e relações étnico-raciais em trabalhos da ANPEd: um estado da arte	Mayu Carneiro Lira dos Santos; Camila Andrade Ferreira dos Santos
Do global ao local: movimentos da ofensiva antigênero nos Planos de Educação em Santa Catarina	Laura de Campos; Josimar Lottermann; Geovana M. L. Mendes
Do lodo à heresia: o que pode uma docência transviada no sertão baiano?	Gregory da Silva; Laécio Dias da Silva
Educação do campo e as relações de gênero e sexualidade no currículo: alguns apontamentos de pesquisas	Gerolina Neta Pereira Rodrigues
Educação sexual: um estudo sobre a prática docente em uma creche escola municipal na cidade de São Luís-Ma	Daniela Leite; Stefany Machado de Lima; Elisangela Santos de Amorim
Envelhecimento, educação e artefatos culturais: conversações sobre pesquisa, ensino e extensão	Késia dos Anjos Rocha
Gênero e educação na música gaúcha: as trajetórias das compositoras Berenice Azambuja e Jeanette Ferreira da Costa	Maria Simone Vione Schwengber; Fernando Jaime Gonzalez
Gênero e sexualidade na formação docente: um estudo a partir de Diretrizes Curriculares Nacionais recentes	Mônica Maria Teixeira Amorim; Renan de Souza Nascimento
Homofobia em ambientes virtuais no contexto escolar/acadêmico: impactos na trajetória educacional de pessoas LGBTQIA+	Fabio Castanheira
Homossurdofobia na vida de surdos LGBTQIAPN+: o invisível preconceito	Tiago Ruan Pereira; Waldir Ferreira de Abreu
Masculinidades e feminilidades amarelas: pedagogias midiáticas na intersecção gênero e raça em postagens nas redes sociais	Samilo Takara
Materialismo histórico-dialético, violência contra as mulheres e suas implicações na educação	Jefferson Araújo do Nascimento; Márcio de Oliveira
Movimento de nós e a resistência na universidade: educação frente às violências de gênero	Luiz de O. Auleriano; Rita de Cassia F. Machado; Hemily Pastanas Marinho
Narrativas maternas: significados atribuídos ao ser mulher na pandemia	Karine Luiza de Souza Miranda
Narrativas, memórias e constituição da identidade docente de professoras negras	Laiane A. da Conceição; Kelly A. de Oliveira; Thatiane Góes Santos

Neoconservadorismo: corpos normatizados e invisibilizados no cotidiano escolar	Eduarda Pereira Cardoso; Leila Maria Camargo; Raimunda Gomes da Silva
O corpo transmasculino na pós-graduação: trajetórias de pesquisadores trans	João Sol Ávila Mendonça
O papel da educação para a emancipação da mulher na obra Hibisco Roxo	Kliciane do Socorro Gonçalves Ramos Ferreira
Os trabalhos sobre gênero e sexualidade apresentados na ANPEd: elementos para o debate	Jaqueline Aparecida Barbosa
Pedagogias de masculinidades em contextos neoconservadores	Jamil Cabral Sierra; Edimauro Matheus Carriel Ramos
Políticas de equidade de gênero e sexualidade no IFSP	Elaine Alves Raimundo
Posicionamentos de estudantes do Ensino Médio sobre a presença de atleta trans no esporte	Francisco Dionleno Rodrigues Holanda
Posicionamentos do *self* dialógico de professoras em formação: corpo e feminilidade em debate	Marcella Suarez Di Santo
Processo de construção colaborativa de um caderno pedagógico sobre gênero, sexualidade e raça na educação pública	Manoel Luiz Santos da Silva; Ariane Confessor de Carvalho Ribeiro; Sueli S. Santos
Resistências e lutas: o que um projeto de pesquisa com a temática trans provoca nas escolas?	Juliana R. de P. R. Costa; Elenita P. de Q. Silva
Um currículo que emerge da precariedade: brisas de amor em Retablo (2017)	Alcidesio Oliveira da Silva Junior
Velhos e novos conservadorismos na universidade	Tito Loiola Carvalhal; Nanci Helena Rebouças Franco
Violência sexual contra crianças e adolescentes: o que tem a nos dizer as famílias amazonenses?	Francisca M. C. Cavalcanti; Márcio de Oliveira; Pedro T. Valente de Oliveira
Violências de gênero e possibilidades de enfrentamento nas universidades públicas brasileiras	Bruna Gabrielle; Dayana Brunetto Carlin dos Santos
Jagunço não se escabrêia com perdas nem derrotas: rompendo *scripts* de gênero nas veredas do sertão	Jaciel Alves dos Santos
“Nossa! mulher fazendo mestrado?”: assimetrias de gênero e perspectivas de docentes doutoras	Luma da Silva Gonçalves; Mariadna da Silva Costa
O cis’tema escolar diz para onde vou, e eu digo onde irei ficar	Victor Hugo Barbosa da Silva Oliveira
Praticar o que os meninos praticavam: narrativas e experiências trans/travesti na educação física	Jesyan Guimarães

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Dentre os quarenta trabalhos apresentados, há pesquisas que abordam diretamente a educação sexual, tanto em sua dimensão pedagógica quanto em sua inserção nos processos de formação docente. Um dos estudos investiga as práticas desenvolvidas na Educação Infantil, analisando os discursos mobilizados por professoras para tratar questões relacionadas à sexualidade no cotidiano escolar. A pesquisa demonstra que a educação sexual constitui uma dimensão presente desde os primeiros anos da escolarização e evidencia a necessidade de superar compreensões que restringem sua abordagem à adolescência ou aos conteúdos biológicos relacionados à reprodução humana.

As discussões curriculares também assumem centralidade nas produções analisadas. Trabalhos dedicados à formação docente, às diretrizes curriculares nacionais, à elaboração de

materiais pedagógicos e à inserção das temáticas de gênero e sexualidade nos sistemas de ensino revelam uma preocupação crescente com as condições institucionais que possibilitam a realização da educação sexual na escola. Nesse conjunto de pesquisas, destaca-se a compreensão de que o currículo não constitui um espaço neutro, mas um território de disputas em torno dos conhecimentos considerados legítimos, das identidades reconhecidas e dos sujeitos que podem ou não ter suas experiências contempladas pelos processos educativos.

Outro aspecto recorrente refere-se às investigações sobre os impactos das ofensivas antigênero e do avanço de perspectivas neoconservadoras sobre a educação. Diferentemente dos primeiros estudos que se dedicavam a denunciar a emergência desses movimentos, as pesquisas de 2025 buscam compreender seus efeitos concretos sobre as políticas educacionais, os processos de formação de professores e as práticas escolares. As análises demonstram que a interdição dos debates sobre gênero e sexualidade continua produzindo efeitos significativos na formação docente e na implementação de propostas pedagógicas comprometidas com a diversidade e os direitos humanos.

Também se observa uma ampliação das pesquisas voltadas às experiências de sujeitos LGBTQIA+, especialmente travestis, transexuais e pessoas transmasculinas. Os trabalhos analisam trajetórias escolares, permanência estudantil, experiências universitárias, processos de exclusão e estratégias de resistência produzidas nos diferentes espaços educativos. Essas investigações evidenciam que os debates sobre educação sexual se encontram cada vez mais articulados à discussão sobre reconhecimento, cidadania e garantia de direitos, deslocando o foco de abordagens centradas exclusivamente na prevenção ou na dimensão biomédica da sexualidade.

Por sua vez, os estudos dedicados à violência sexual contra crianças e adolescentes reforçam a compreensão da educação sexual como instrumento de proteção social. Ao problematizarem as percepções familiares, os mecanismos de denúncia e as estratégias de enfrentamento das violências, essas pesquisas evidenciam que o acesso à informação e ao diálogo qualificado sobre sexualidade constitui elemento fundamental para a prevenção de abusos, para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e para a construção de ambientes educativos mais seguros.

A partir desse conjunto mais específico, destaca-se o recorte das produções que articulam diretamente educação sexual e juventude.

Quadro 10 – Trabalhos que abordam educação sexual e juventude no GT 23 (2025)

Título do trabalho	Autor(es)
Neoconservadorismo: corpos normatizados e invisibilizados no cotidiano escolar	Eduarda Pereira Cardoso; Leila Maria Camargo; Raimunda Gomes da Silva
Educação Sexual: um estudo sobre a prática docente em uma creche escola municipal na cidade de São Luís-MA	Daniela Leite; Stefany Machado de Lima; Elisangela Santos de Amorim
Violência sexual contra crianças e adolescentes: o que têm a nos dizer as famílias amazonenses?	Francisca M. C. Cavalcanti; Márcio de Oliveira; Pedro T. Valente de Oliveira
Os trabalhos sobre gênero e sexualidade apresentados na ANPEd: elementos para o debate	Jaqueline Aparecida Barbosa
Gênero e sexualidade na formação docente: um estudo a partir de Diretrizes Curriculares Nacionais recentes	Mônica Maria Teixeira Amorim; Renan de Souza Nascimento
Processo de construção colaborativa de um caderno pedagógico sobre gênero, sexualidade e raça na educação pública: caminhos para sua implementação nos planos municipais de educação	Manoel Luiz Santos da Silva; Ariane C. de Carvalho Ribeiro; Sueli S. Santos
A interdição do debate de gênero na formação continuada de professores nos estados brasileiros	Liliane Bordignon de Souz
O cis’tema escolar diz para onde vou, e eu digo onde irei ficar	Victor Hugo Barbosa da Silva Oliveira
Praticar o que os meninos praticavam: narrativas e experiências trans/travesti na educação física	Jesyan Guimarães
Posicionamentos de estudantes do Ensino Médio sobre a presença de atleta trans no esporte	Francisco Dionleno Rodrigues Holanda

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Em síntese, as produções apresentadas no GT 23 em 2025 indicam um fortalecimento da educação sexual como campo de investigação articulado às disputas curriculares, à formação docente e à defesa dos direitos humanos. Mais do que discutir a legitimidade da temática no espaço escolar, os trabalhos analisados demonstram uma preocupação crescente com as condições concretas de sua implementação, com os efeitos das ofensivas conservadoras sobre a educação e com a construção de práticas pedagógicas capazes de responder à pluralidade das experiências de gênero e sexualidade presentes na sociedade contemporânea.

O percurso construído ao longo desta seção permitiu compreender que a educação sexual constitui um campo em permanente disputa, atravessado por tensões políticas, culturais, religiosas e pedagógicas que se materializam de diferentes formas nos espaços educativos. As produções analisadas evidenciaram não apenas a diversidade de abordagens presentes no campo, mas também a crescente preocupação dos pesquisadores/as com os impactos concretos dessas disputas na vida dos sujeitos. Em meio às discussões sobre currículo, formação docente, conservadorismo, violência, diversidade sexual e direitos humanos, um elemento permaneceu constante: a necessidade de escutar aqueles que vivenciam cotidianamente os efeitos desses discursos.

Mais do que identificar tendências da produção acadêmica, este estado da arte permitiu reconhecer que as juventudes não ocupam uma posição passiva diante dos processos educativos. Conforme argumenta Dayrell (2003), os jovens produzem sentidos sobre o mundo a partir de suas experiências concretas, elaborando formas próprias de interpretar a realidade e de se posicionar diante das instituições que atravessam suas vidas. Assim, compreender a educação sexual exige ir além dos documentos, das políticas e das produções científicas, voltando o olhar para os sujeitos que vivem, negociam e ressignificam essas experiências no cotidiano.

Sob essa perspectiva, o capítulo seguinte desloca o foco das produções acadêmicas para os discursos produzidos pelos próprios estudantes da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, conhecida como Escola Normal. Inspirada na compreensão de que os sujeitos produzem sentidos a partir das condições históricas e sociais em que estão inseridos, conforme discutem Eni Orlandi (2007) e Michel Pêcheux (2014), a análise buscará compreender como esses jovens significam questões relacionadas à sexualidade, ao gênero, às relações afetivas, à religião, às mídias digitais e às experiências vivenciadas no espaço escolar.

Para isso, são apresentados os procedimentos metodológicos que orientaram a realização dos grupos focais e a construção do *corpus* de análise. Desenvolvidos no interior da própria escola, esses encontros constituíram mais do que uma técnica de coleta de dados: configuraram-se como espaços de escuta, diálogo e produção coletiva de sentidos, nos quais os estudantes puderam compartilhar percepções, inquietações, dúvidas, experiências e contradições que atravessam suas trajetórias juvenis. Ao trazer essas vozes para o centro da investigação, o próximo capítulo busca compreender não apenas o que os jovens dizem sobre sexualidade, mas também os discursos e valores em suas formas de falar, sentir e experienciar o mundo contemporâneo.

CAPÍTULO 3 – ENTRE SILÊNCIOS, REDES SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS: DISCURSOS JUVENIS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

> *Eu queria ser livre, professora. Vestir o que eu quero, falar do jeito que eu quero, beijar e amar quem eu quiser. A verdade é que estamos o tempo todo dando satisfação pra Deus, pra família, pra escola. Quem sou eu sem essas influências? Eu não sei professora, eu não sei* (Estudante 09).

Este capítulo examina as narrativas de estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, em Montes Claros-MG, a partir de grupos focais realizados com base nos pressupostos da Análise de Discurso (Orlandi, 2008). A escuta das vozes juvenis busca compreender os sentidos atribuídos à educação sexual em suas experiências escolares e familiares, evidenciando como questões de gênero e sexualidade são atravessadas por silêncios, resistências e contradições.

Para tanto, parte-se da compreensão de que o discurso é compreendido como espaço de disputa simbólica, no qual o dizer e o não-dizer revelam tensões entre normas, vivências e desejos. Ao analisar esses enunciados, a seção propõe uma leitura crítica da escola como território em que se (re)produzem sentidos sobre sexualidade, mas também onde emergem fissuras e possibilidades de ressignificação.

No contexto contemporâneo, diferentes juventudes vivenciam processos de socialização marcados pela coexistência de múltiplas instâncias formativas que disputam, produzem e regulam sentidos sobre os corpos, os afetos e as sexualidades. Se, em outros momentos históricos, a escola, a família e as instituições religiosas ocupavam posições mais centrais na produção desses saberes, atualmente esses discursos coexistem com fluxos permanentes de informações, imagens, valores e modelos de comportamento que circulam pelas redes sociais digitais. Nesse cenário, muitos jovens transitam cotidianamente entre referências frequentemente contraditórias, negociando expectativas, pertencimentos, desejos e formas de existir. Essas dinâmicas também repercutem nas formas como a sexualidade é compreendida, experienciada e debatida, tornando as redes digitais um importante espaço de produção e circulação de discursos sobre o tema.

De acordo com José Machado Pais (2003), as juventudes não podem ser compreendidas como uma categoria homogênea, mas como sujeitos que constroem percursos e experiências singulares em contextos históricos específicos. No mesmo sentido, Danah Boyd (2014) argumenta que as redes sociais digitais não constituem apenas ferramentas de comunicação, mas ambientes de socialização nos quais os jovens aprendem, experimentam identidades, estabelecem vínculos e produzem sentidos sobre si mesmos e sobre o mundo.

Conforme expressa a autora:

> Muitos adolescentes sentem-se numa situação sem saída quando se trata de compartilhar informações online: criticados se publicarem seus pensamentos pessoais em espaços públicos, e criticados se criarem um espaço privado que os pais não possam ver. As batalhas entre pais e adolescentes sobre privacidade já duram décadas. Os pais reclamam quando os adolescentes exigem privacidade pedindo que fiquem fora do quarto, que não ouçam suas conversas telefônicas e que os deixem socializar com os amigos sem supervisão. Ao mesmo tempo, esses mesmos pais expressam frustração quando os adolescentes usam roupas inadequadas ou curtas... (Boyd, 2014, s.p**).**

A reflexão proposta por Boyd (2014) evidencia que os conflitos envolvendo privacidade, autonomia e liberdade de expressão não são fenômenos exclusivos da era digital, mas assumem novos contornos diante das tecnologias contemporâneas. As redes sociais tornam visíveis tensões geracionais historicamente presentes nas relações entre jovens e adultos, especialmente no que se refere ao controle dos corpos, dos comportamentos e das formas de sociabilidade.

Nesse contexto, os adolescentes são frequentemente convocados a responder às expectativas da família, da escola, da religião e dos próprios grupos de pares, construindo suas identidades em meio a demandas muitas vezes contraditórias. É justamente nesse cenário de negociações, vigilâncias e disputas por autonomia que se inserem os discursos juvenis analisados neste capítulo.

Os dados aqui apresentados foram produzidos por meio de questionários estruturados (Apêndice C e D) e de grupos focais realizados no próprio espaço escolar. Ao longo dos encontros, emergiram relatos marcados por dúvidas, medos, conflitos, curiosidades, desejos de liberdade e experiências de vigilância, que revelam a complexidade das relações estabelecidas pelos jovens com a sexualidade na contemporaneidade. Mais do que respostas prontas, as falas analisadas expõem processos de negociação permanente entre autonomia e controle, pertencimento e exclusão, tradição e mudança.

A fala que inaugura esta seção sintetiza, de forma contundente, muitas das inquietações presentes nos discursos juvenis produzidos durante a pesquisa. Ao questionar “Quem sou eu sem essas influências?”, a estudante evidencia um dilema profundamente contemporâneo: a construção da identidade em meio a uma multiplicidade de discursos que disputam a definição do que é ser jovem, mulher, estudante, religiosa, desejante ou livre. É a partir dessas tensões que se desenvolvem as análises apresentadas nas seções seguintes.

3.1 Caminhos da pesquisa e construção dos grupos focais

O desenho metodológico que alicerça e confere sustentação científica à presente investigação parte de uma necessidade epistemológica e política premente: a de apreender e compreender as vivências, os saberes e as subjetivações juvenis contemporâneas a partir de suas próprias matrizes discursivas, descentrando o olhar analítico do viés puramente normativo, biológico e adultocêntrico que historicamente tendeu a classificar, silenciar ou patologizar as manifestações da sexualidade na adolescência.

A pesquisa de campo, de natureza qualitativa e de cunho crítico-analítico, foi ambientada e desenvolvida no território escolar da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, reconhecida em toda a região como a centenária "Escola Normal" de Montes Claros, localizada no Norte do Estado de Minas Gerais.

A opção fundamental por uma abordagem de caráter qualitativo encontra amparo teórico-metodológico nas reflexões de Juarez Dayrell (2007). O autor convoca a lançar um olhar sensível e verticalizado sobre as juventudes, compreendendo-as não como um bloco homogêneo, estático ou monolítico, nem como uma categoria puramente cronológica e biológica universal, mas como sujeitos socioculturais ativos, imersos em contextos históricos, geográficos e sociais específicos. Nessa perspectiva, os jovens produzem cultura, ressignificam tempos e espaços cotidianos e articulam saberes singulares sobre seus próprios corpos, desejos e afetos, tensionando as generalizações presentes na literatura clássica.

Os dados aqui analisados foram produzidos em duas etapas complementares. Inicialmente, os estudantes foram convidados voluntariamente a integrar a pesquisa a partir das atividades desenvolvidas no projeto "Escola em Movimento". Nessa primeira etapa, foi aplicado um questionário prévio aos 16 alunos que manifestaram interesse em participar, com o objetivo de levantar informações socioeconômicas e escolares dos participantes (Apêndice C). Em seguida, os estudantes foram organizados em dois grupos focais, compostos por oito participantes cada, denominados Grupo Focal 1 e Grupo Focal 2. Durante os encontros, foi utilizado o questionário estruturado "Educação Sexual, Gênero e Juventudes" (Apêndice D), cujas questões foram conduzidas oralmente pela pesquisadora, enquanto os estudantes compartilhavam suas percepções e experiências. Com a devida autorização dos participantes e de seus responsáveis legais (Apêndice A e B), todas as discussões foram gravadas para posterior transcrição[17] e análise.

[17] As transcrições foram realizadas na íntegra, com o objetivo de preservar a forma de falar e de se expressar dos estudantes, mantendo a fidelidade às respostas fornecidas. Não foram realizadas correções gramaticais, ortográficas ou de oralidade.

O rigor ético e o compromisso humanitário permearam e nortearam cada uma das etapas constitutivas do desenho metodológico aqui operacionalizado. A pesquisa foi devidamente submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), tendo recebido aprovação integral e consubstanciada sob o Parecer n.º 6.571.587 emitido em 12 de dezembro de 2023.

Além disso, destaca-se que todos os participantes foram previamente esclarecidos acerca dos objetivos da pesquisa, sendo garantidos os princípios éticos previstos para pesquisas com seres humanos. Para a participação, foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), assegurando a autorização formal dos participantes. Nos casos de estudantes menores de idade, a participação esteve condicionada à assinatura do TCLE por seus responsáveis legais (Apêndice B), bem como ao assentimento dos próprios estudantes.

O universo de sujeitos colaboradores da pesquisa é composto por estudantes de ambos os gêneros, regularmente matriculados e frequentes nas turmas de 2º e 3º anos do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, conhecida como Escola Normal[18], situando-se em uma faixa etária compreendida entre os 16 e 18 anos de idade.

Assim, os questionários desempenharam uma função fundamental no desenho da pesquisa, atuando no mapeamento detalhado do perfil demográfico, socioeconômico, de identificação de gênero e de orientação sexual dos participantes. Além disso, forneceram um valioso panorama inicial a respeito de suas principais fontes de informação, redes de sociabilidade e, principalmente, das barreiras comunicacionais, tabus e interdições por eles percebidos e vivenciados no cotidiano escolar e nas dinâmicas familiares.

Esse recorte geracional específico coloca a pesquisa diante de sujeitos cuja socialização encontra-se, de forma estrutural, mediada e atravessada pelo uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, definindo aquilo que a literatura contemporânea identifica como a primeira geração de nativos digitais hiperconectados.

[18] Atualmente, a Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, tradicionalmente conhecida em Montes Claros como Escola Normal, constitui uma das maiores instituições públicas de educação básica do município, atendendo estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e, sobretudo, do Ensino Médio. A dimensão desse atendimento pode ser observada nos dados do Censo Escolar: em 2024, a instituição registrou 1.367 matrículas somente no Ensino Médio (QEdu, 2024). Além do expressivo número de estudantes, a organização das turmas evidencia a centralidade dessa etapa de ensino na instituição. Em 2025, o turno matutino contava com 33 turmas de Ensino Médio, distribuídas entre as três séries. Esses dados demonstram a amplitude do público atendido e reforçam a relevância da escola no cenário educacional de Montes Claros e da região Norte de Minas.

A caracterização socioeconômica e cultural desses sujeitos revela marcadores sociais do direito, da classe e da diferença, que exercem um peso analítico determinante para a contextualização e interpretação das falas e textos produzidos. Todos os 16 jovens participantes pertencem a um estrato social oriundo da rede pública estadual de ensino, cujos arranjos e núcleos familiares sobrevivem e se estruturam em contextos urbanos populares, residindo majoritariamente em bairros periféricos e de classe média-baixa do município de Montes Claros/MG.

As respostas fornecidas no bloco socioeconômico do questionário pré-grupo focal (Apêndice C)[19] apontam para uma realidade material marcada por rendimentos familiares mensais populares, com orçamentos restritos que flutuam na faixa salarial de R$ 3.242 (valor equivalente a dois salários mínimos). Situar com precisão a origem de classe e a realidade material e territorial desses estudantes é um imperativo metodológico para a Análise de Discurso (AD) de linha francesa que adotamos nesta dissertação, inspirada nas formulações teóricas e práticas de Eni Orlandi (2008).

Longe de serem tomados ou operados como instrumentos técnicos frios para a simples coleta ou mineração de dados factuais, esses dispositivos metodológicos foram concebidos e vivenciados como autênticos espaços de interação discursiva, arenas de disputa simbólica, negociação de sentidos e lugares estratégicos para as subjetividades juvenis situadas. Tratam-se de espaços enunciativos onde as falas e os silêncios dos estudantes ganham inteligibilidade histórica e colocam em xeque a pretensa neutralidade e a eficácia das engrenagens disciplinares e regulatórias da instituição escolar.

Na perspectiva da Análise do Discurso, as condições de produção do discurso estão, de forma constitutiva, atreladas à posição social, institucional e histórica ocupada pelo sujeito enunciador. Falar sobre corpo, sexualidade, gênero, afetividade e prazer a partir do lugar social de um estudante de escola pública do interior mineiro, pertencente às classes populares, mobiliza condições de produção, arquivos de memória e formações discursivas radicalmente distintas daquelas que seriam acionadas por jovens de elites econômicas ou de grandes centros urbanos globais.

Para além do recorte de classe social e territorialidade, a constituição interna do grupo de 16 estudantes da pesquisa resguarda e traz à cena uma pluralidade de experiências relacionadas às sexualidades e às identidades de gênero, autoidentificadas a partir dos

[19] O questionário aplicado antes da realização dos grupos focais teve como objetivo coletar informações básicas de caráter socioeconômico e escolar, a fim de compreender o contexto dos estudantes participantes da pesquisa. Essas informações subsidiaram as discussões desenvolvidas nos Grupos Focais 1 e 2, voltadas às temáticas da educação sexual, do gênero e das juventudes.

questionários. Essa diversidade de posições subjetivas possibilita compreender como diferentes sujeitos, inseridos em um mesmo contexto escolar, produzem sentidos distintos sobre corpo, sexualidade, gênero e relações afetivas.

O universo analítico desta pesquisa conta com a presença ativa e vocal de duas jovens lésbicas, duas meninas bissexuais e um menino gay, os quais coexistem e estabelecem um tensionamento dialético permanente com os demais estudantes que performam a heterossexualidade normativa.

Esta amostragem plural confere à pesquisa de campo uma potência crítico-analítica ímpar, uma vez que o espaço escolar, o ambiente familiar e o ecossistema das plataformas digitais passam a ser avaliados, tensionados e decodificados tanto por corpos e subjetividades que habitam o centro confortável da norma regulatória, quanto por sujeitos cujos desejos, afetos, orientações e identidades dissidentes representam uma fratura viva, pulsante e insubmissa na engrenagem histórica da heteronormatividade compulsória.

Portanto, para o tratamento e análise do material discursivo gerado tanto pelas respostas manuscritas e textuais dos 16 estudantes aos questionários quanto pelas interações verbais, debates e depoimentos orais gravados ao longo de duas salas de áudio (Grupos Focais 1 e 2), a pesquisa ancora-se nos pressupostos conceituais e metodológicos da AD.

Conforme nos ensina Eni Orlandi (2008), o discurso é a palavra em movimento, o lugar exato onde a estrutura da língua estabelece uma relação de mútua constituição com a história e com a ideologia. Sob essa lente teórica, refutamos e rechaçamos, de maneira categórica, qualquer leitura ou abordagem positivista que busque enxergar nos enunciados dos estudantes uma transparência empírica imediata ou uma verdade factual literal.

O dizer juvenil não é um ato puramente individual, ingênuo ou isolado; cada enunciado produzido por esses estudantes reflete e atualiza uma memória discursiva, um interdiscurso, ou seja, um arquivo histórico de sentidos preexistentes que são repetidos, ressignificados, negociados ou subvertidos em função das contingências políticas e sociais que cercam o momento da enunciação.

Nesta senda analítica, a operação metodológica de escuta e transcrição das duas salas de áudio debruçou-se demoradamente sobre as condições de produção macro e micropolíticas que autorizam, validam ou, contrariamente, interditam e criminalizam determinados dizeres no espaço da Escola Normal.

Atribui-se, por conseguinte, idêntico valor e profundidade analítica tanto àquilo que é dito de forma explícita quanto àquilo que é silenciado nas interações. O não-dizer, para a AD francesa, não deve ser interpretado como uma simples ausência de conteúdo, uma ignorância

do sujeito ou um vácuo comunicativo. O silêncio é compreendido como uma modalidade política ativa de significação, uma estratégia discursiva complexa de autopreservação e resistência, decorrente do medo real do julgamento moral, da estigmatização social entre os pares ou da sanção e censura institucional da coordenação pedagógica.

Para a materialização da escrita analítica e a exposição dos dados que se desdobram nos subtópicos subsequentes deste capítulo, procedeu-se à completa desidentificação nominal e civil de todos os 16 participantes que colaboraram com as etapas de campo. Os nomes civis e dados que pudessem quebrar o sigilo foram sumariamente eliminados do arquivo final e substituídos por marcadores categoriais e analíticos que cruzam gênero, idade e orientação sexual autodeclarada dos enunciadores (como, por exemplo, Estudante Lésbica, 17 anos; Estudante Gay, 18 anos; Estudante Bissexual, 16 anos; Estudante Heterossexual, 17 anos).

Esse procedimento metodológico cumpre um duplo papel: resguarda a integridade psíquica, moral e social dos participantes perante a comunidade escolar da Escola Normal e, simultaneamente, confere fidedignidade analítica aos discursos, permitindo que os fragmentos textuais extraídos dos questionários e as vozes gravadas nas salas de áudio emerjam em sua máxima crueza, expondo com precisão os pontos de fratura, os nós de poder e as linhas de resistência que estruturam o pensamento das juventudes contemporâneas sobre a educação para a sexualidade.

Ademais, a condução metodológica dos dois grupos focais seguiu um roteiro semiestruturado que utilizou como elementos disparadores e provocativos as próprias expressões disciplinares tradicionais que intitulam e delimitam o escopo desta dissertação, buscando capturar a ressonância corporal, a carga afetiva e a reação discursiva que enunciados históricos repressivos exercem sobre a carne e a mente dos jovens estudantes do Ensino Médio.

As salas de áudio digitais operaram como um potente catalisador de tensões cotidianas, um espaço de acolhimento no qual a aparente homogeneidade e a calmaria do ambiente escolar da Escola Normal foram desfeitas pela manifestação livre e conflituosa de disputas ideológicas, dogmas religiosos, barreiras geracionais e clivagens de gênero, fornecendo um material empírico que analisamos a partir das categorias analíticas edificadas no diálogo permanente entre a pesquisa de campo e o referencial teórico-crítico mobilizado.

3.2 “A gente aprende mais na internet do que na escola”: tabus, silenciamentos e interdições nos discursos sobre sexualidade

A análise das recorrências discursivas e das regularidades enunciativas extraídas dos questionários e das intensas interações verbais travadas nas duas salas de áudio traz à tona um paradoxo estrutural profundo que define e qualifica a experiência existencial e escolar da juventude contemporânea na Escola Normal.

Ao mesmo tempo em que a sexualidade, o gênero e o afeto são vivenciados como dimensões centrais, inevitáveis, pulsantes e constitutivas de suas realidades subjetivas e de suas trajetórias identitárias, as instituições tradicionais, historicamente encarregadas da socialização e da mediação pedagógica, destacadamente a instituição escolar e o núcleo familiar, demonstram uma persistente incapacidade de se constituírem como espaços abertos, dialógicos, desprovidos de dogmatismos e acolhedores para a discussão aberta e a elaboração crítica desses conhecimentos.

O enunciado empírico que confere título a este subtópico, "A gente aprende mais na internet do que na escola", colhido da fala de uma estudante bissexual de 16 anos durante a realização do Grupo Focal 1, sintetiza com precisão cirúrgica o deslocamento pedagógico, a crise de representatividade institucional e a transferência radical de autoridade cognitiva que marca a subjetivação dos jovens da atualidade. Estes passam a enxergar as plataformas digitais e o ciberespaço não como canais meramente complementares ou de entretenimento, mas como a fonte primária, soberana e, em muitos casos, a principal via de acesso a uma alfabetização sexual e de gênero.

Ao cruzarmos e tabularmos os dados quantitativos e qualitativos das respostas fornecidas à pergunta número 7 do questionário "Educação Sexual, Gênero e Juventudes" (Quem mais influencia seu entendimento sobre sexualidade?), nos deparamos com uma grande concentração de marcações assinaladas nas opções "Redes sociais (*TikTok, Instagram, WhatsApp*)" e "Internet em geral", registrando um índice de recorrência que beira a totalidade da amostra.

Em contrapartida, as opções "Escola" e "Família" figuram com pontuações residuais, marginais ou aparecem associadas, nas justificativas textuais, a relatos dolorosos de repressão, constrangimento, vergonha e punição velada. Esse cenário de abandono pedagógico ganha total inteligibilidade teórica quando acionamos o conceito de dispositivo de sexualidade formulado por Michel Foucault em *A Vontade de Saber* (1976).

Para Foucault (1976), a sexualidade não deve ser compreendida de forma ingênua como uma constante biológica ou um dado puramente natural que o poder institucional tenta recalcar ou aniquilar de fora para dentro. Trata-se de uma densa e complexa construção histórica produzida, gerida e alimentada por uma rede capilar de discursos, saberes, táticas e instituições.

O silenciamento operado pela direção, coordenação e corpo docente no cotidiano das salas de aula da escola campo da pesquisa não deve ser interpretado como uma simples omissão administrativa, uma falta de tempo no calendário escolar ou um vazio pedagógico involuntário.

Na perspectiva foucaultiana, o silêncio é uma estratégia política deliberada, refinada e central de regulação, normatização e controle biopolítico. Silenciar sobre o sexo, interditar o debate sobre o gênero e fingir a inexistência da diversidade sexual dentro do perímetro escolar são formas eficazes de exercer poder, mantendo os corpos juvenis sob o regime estrito da ignorância programada, da vulnerabilidade e da docilização normativa.

Esse silêncio institucionalizado, cúmplice das opressões estruturais, e as severas interdições morais que dele emanam encontram eco e sustentação teórica nas formulações críticas de Louro (2004) acerca do papel desempenhado pela instituição escolar na fabricação dos corpos e na chancela das identidades de gênero e orientação sexual.

Louro (2004) denuncia de forma contundente que a escola contemporânea, herdeira direta de uma matriz disciplinar higienista e eugênica do início do século XX, quando não opta pelo silenciamento absoluto e pela negação completa da existência da sexualidade juvenil, tende a canalizar e aprisionar o debate dentro de uma perspectiva estritamente anatômica, biologizante e medicalizada.

O tema, quando cruza a sala de aula, é sumariamente confinado às estruturas curriculares rígidas da disciplina de Biologia ou Ciências, sendo reduzido à explicação mecânica e instrumental do funcionamento do aparelho reprodutor masculino e feminino, à prevenção epidemiológica de ISTs e à contenção da gravidez na adolescência.

Ainda, conforme assevera Louro (2004), esse modelo tradicional de "pedagogia da sexualidade" opera um processo de esvaziamento político, despojando o sexo de suas dimensões afetivas, sociais, lúdicas, políticas e de prazer, transformando o corpo juvenil em foco de perigo, desvio, pecado e contágio que precisa ser gerido e vigiado pelo saber biomédico dominante.

Assim, a insuficiência e o desgaste desse modelo higienista e punitivo são apontados de forma incisiva pelos próprios estudantes ao longo de toda a coleta de dados, ecoando nos questionários e nas dinâmicas orais dos grupos focais. Quando os jovens são provocados e instigados a descrever a maneira real como a escola aborda ou se esquiva do tema, os relatos convergem para a denúncia de um caráter proibitivo, distante de suas realidades vividas e incapaz de dialogar com as angústias do cotidiano.

> *Os professores são conservadores, eles julgam a gente, principalmente nós que somos meninas. Alguns chegam a achar que somos "pra frente" e se silenciam diante das brincadeiras machistas dos meninos na sala e até riem* (Estudante 08, heterossexual, 17 anos).

O depoimento escrito da estudante evidencia a grande distância existente entre as necessidades reais das juventudes da escola pública e as práticas curriculares e pedagógicas ainda presentes na instituição. O medo do julgamento moral por parte dos/as professores/as, a sensação de vigilância exercida pelos inspetores/as e a vergonha sentida pelos/as estudantes aparecem como obstáculos que dificultam o diálogo aberto e sincero dentro do espaço escolar.

O espaço físico da sala de aula, que por direito deveria figurar como uma zona de segurança, emancipação, acolhimento e desenvolvimento da cidadania, passa a ser percebido e vivenciado pelas juventudes como um tribunal invisível, no qual impera a vigilância punitiva dos gestos e dos corpos. Diante desse bloqueio e desse desamparo institucionalizado, o ciberespaço e as redes digitais surgem não como uma escolha meramente tecnológica, mas como o grande refúgio geopolítico e o espaço compensatório existencial onde as interdições morais e os tabus sociais são provisoriamente suspensos.

É na solidão de suas telas que muitos jovens buscam as respostas para as suas dores, curiosidades, prazeres e descobertas, operando nas profundas fissuras deixadas por uma escola que se recusa a assumir a educação sexual como um direito humano e como uma prática da liberdade. Esse deslocamento massivo dos fluxos de saber para o ambiente virtual do ciberespaço, contudo, está longe de se constituir como um processo pacífico ou desprovido de perigos e contradições políticas.

Se, por um lado, a *internet* oferece o acolhimento imediato, o anonimato nas buscas e a ausência reconfortante do filtro moralizador da coordenação pedagógica, da direção escolar ou da censura parental, por outro lado, ela arremessa e insere a juventude em uma intrincada e invisível teia de capturas discursivas, mercantilizações corporais e manipulações algorítmicas de grande escala.

O silêncio omisso da escola, portanto, não possui a capacidade de interromper a busca das juventudes por conhecimentos relacionados à sexualidade. Ao contrário, contribui para deslocar essa formação para os espaços digitais, marcados pela lógica algorítmica e mercantil das grandes plataformas tecnológicas.

Segundo Paula Sibilia (2008), as transformações sociotécnicas contemporâneas vêm reconfigurando os processos de constituição das subjetividades, especialmente entre os jovens, transferindo práticas de socialização, produção de sentidos e construção identitária para os ambientes digitais mediados pelas redes e pelas plataformas tecnológicas.

3.3 “A internet ensina, mas também confunde”: plataformas digitais, circulação de discursos e formação das juventudes

Os deslocamentos do eixo formativo e informativo da escola pública para o ambiente virtualizado do ciberespaço reposicionam a juventude da Escola Normal no centro de uma complexa ecologia midiática contemporânea. Essa ecologia é caracterizada pela hiperinflação de estímulos visuais, pela velocidade instantânea e pela completa desregulação e ausência de mediação ética dos fluxos de informação[20].

O enunciado empírico que serve de guia e dá título ao subtópico, “A internet ensina, mas também confunde”, verbalizado de forma reflexiva por um estudante heterossexual de 17 anos durante as discussões que marcaram a realização do Grupo Focal 2, captura a ambivalência ontológica e a contradição estrutural que definem a relação cotidiana das juventudes com as plataformas digitais de massa, com destaque para o *TikTok*, o *Instagram* e o *YouTube*.

Se, sob uma determinada perspectiva analítica, a *internet* atua como um potente vetor de democratização do acesso a conceitos técnicos, novas nomenclaturas identitárias, debates sobre direitos reprodutivos e redes de solidariedade para minorias e identidades sexuais dissidentes, por outro ângulo crítico, ela satura a experiência existencial juvenil com conteúdos profundamente fragmentados, descontextualizados, hipererotizados e rigidamente submetidos à lógica comercial do engajamento e da monetização da atenção.

A análise quantitativa dos dados coletados por meio do questionário “Educação Sexual, Gênero e Juventudes” (Apêndice D) aponta para o fato de que a totalidade dos jovens pesquisados utiliza seus *smartphones* para pesquisar e consumir ativamente termos, vídeos e postagens ligados à sexualidade, à prevenção, ao prazer e às identidades de gênero.

Contudo, o dado que mais sobressai e demanda interpretação reside nas respostas abertas de cunho qualitativo: esse consumo diário e frenético de conteúdos digitais é acompanhado, de forma quase invariável, por um profundo sentimento de desorientação, angústia, inadequação corporal e saturação cognitiva. Para desvelar a engrenagem macroeconômica e psicopolítica que produz essa dualidade, faz-se indispensável convocar a

[20] Ao discutir a dimensão ética da prática educativa, Freire (1996) diferencia uma ética comprometida com a vida, a dignidade humana e a emancipação dos sujeitos de uma ética subordinada à lógica do mercado. Para o autor, a educação exige um compromisso ético permanente com a humanização, a justiça social e o respeito aos sujeitos históricos, posicionamento particularmente relevante diante dos processos contemporâneos de circulação e consumo de informações. Como afirma Freire (1996, p. 17): “a ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe”.

teorização pioneira de Shoshana Zuboff (2020) acerca daquilo que ela denomina como o Capitalismo de Vigilância.

Zuboff (2020) demonstra que o modelo de negócios contemporâneo das grandes plataformas monopolistas de redes sociais baseia-se na expropriação sistemática e clandestina dos dados comportamentais dos usuários para a modelagem em massa de suas condutas existenciais e escolhas de consumo.

Dentro dessa arquitetura mercantil de extração de valor, o conhecimento sobre o corpo, o desejo, o amor e a sexualidade que circula de forma viral nas telas dos *smartphones* não possui qualquer neutralidade científica ou finalidade puramente educativa. Ele é estruturalmente concebido para maximizar o tempo de tela, prender a atenção do usuário e desencadear reações emocionais extremas, mantendo os jovens em um estado permanente de dependência psíquica.

Os algoritmos proprietários e pouco transparentes que orientam o funcionamento do *TikTok* e os mecanismos de entrega de conteúdo do *Instagram* não são estruturados prioritariamente em torno do desenvolvimento humano saudável, ou da emancipação política das juventudes da classe trabalhadora. Ao contrário, inserem-se em uma lógica econômica baseada na extração de dados e na previsão e modificação de comportamentos, característica do capitalismo de vigilância (Shoshana Zuboff, 2020).

Pelo contrário, a racionalidade algorítmica opera segundo lógicas de captura e retenção da atenção, favorecendo conteúdos capazes de produzir elevado engajamento, controvérsia e circulação. Nesse processo, a exposição da intimidade e a transformação do corpo e da subjetividade em objetos de visibilidade podem ser incorporadas à lógica mercantil das plataformas digitais. Como discutem Zuboff (202) e Sibilia (2016), a extração de dados, a captura da atenção e a mercantilização das experiências pessoais constituem dimensões importantes da economia digital contemporânea. Assim, conteúdos que mobilizam intensamente emoções, desejos e conflitos podem adquirir maior valor dentro de sistemas orientados pela maximização do engajamento e da permanência dos usuários, articulando visibilidade, produção de dados e interesses econômicos das plataformas.

O jovem da Escola Normal, ao buscar respostas na internet para sanar suas dúvidas biológicas ou afetivas, depara-se recorrentemente com um turbilhão caótico de narrativas concorrentes que se chocam no espaço digital: tutoriais de beleza altamente sexualizados, padrões estéticos inalcançáveis, dicas de sedução baseadas em manipulação psicológica, discursos de ódio camuflados e conteúdos voltados à normatização corporal. O saber sobre a sexualidade perde sua dimensão de cuidado de si e do outro, sendo sumariamente degradado e

transformado em uma mercadoria descartável de consumo rápido, destituída de reflexão crítica, historicidade ou afeto real.

Os efeitos concretos dessa racionalidade algorítmica tornam-se visíveis nos próprios discursos produzidos pelos estudantes. As falas a seguir evidenciam como conteúdos amplamente disseminados nas redes sociais, articulados a valores religiosos e normatividades de gênero historicamente consolidadas, passam a compor os referenciais por meio dos quais os jovens interpretam seus projetos de vida.

> *Quero ser esposa e mãe. Acordar 06 da manhã, arrumar meus filhos pra escola, ir pra academia... Igual eu vejo no Instagram* (Estudante 02, heterossexual, 17 anos).

> *Na bíblia já tem os próprios papéis definidos, não é nós que estamos dizendo, é DEUS. O próprio SENHOR já definiu o que é o homem e a mulher e o que cada um tem que fazer. Vai discutir com Deus, professora?* (Estudante 05, heterossexual, 17 anos).

> *Queria ser mais parecida com blogueiras que vejo no instagram. Elas são religiosas, bonitas e amadas, e eu não sou nenhum dos três. (Estudante 13, heterossexual, 18 anos)*

Essa perversa dinâmica de mercantilização, vigilância e espetacularização dos corpos encontra ressonância direta nas formulações teóricas de Valeska Zanello (2020) acerca das tecnologias de gênero e da produção do sofrimento psíquico na cultura patriarcal brasileira. Para a autora, homens e mulheres são continuamente interpelados por dispositivos sociais, culturais e institucionais que produzem modos específicos de sentir, agir e existir, estabelecendo expectativas normativas sobre os corpos, os afetos e os comportamentos considerados legítimos. Nesse contexto, as instituições religiosas também desempenham papel relevante na construção dessas normatividades, ao atribuírem sentidos morais às diferenças de gênero e aos modos de viver a sexualidade.

A fala do estudante, "*Na Bíblia já tem os próprios papéis definidos, não é nós que estamos dizendo, é Deus*", ilustra como determinados discursos religiosos são apropriados pelos jovens como referenciais de interpretação da realidade, legitimando concepções que associam masculinidades e feminilidades a papéis já estabelecidos.

Como argumenta Rosado-Nunes (2006), as religiões constituem instâncias de produção de sentidos sobre os corpos, a sexualidade e as relações de gênero, contribuindo para a manutenção de determinadas normas sociais. Assim, a compreensão expressa pelo estudante não é tomada, nesta pesquisa, apenas como uma opinião individual, mas como parte de um conjunto mais amplo de discursos, valores e práticas que participam da produção das identidades juvenis e das formas pelas quais os sujeitos compreendem a sexualidade e pertencimento social.

Zanello (2020) utiliza a metáfora da "prateleira do amor" para ilustrar e desconstruir e problematizar como os processos históricos de subjetivação feminina em nosso país estão estruturalmente balizados e organizados a partir da centralidade do ser escolhida, validada e consumida pelo olhar e pelo desejo masculino. Essa engrenagem impõe às mulheres, desde a infância, uma busca obsessiva pela conformidade estética, pelo silenciamento de seus próprios desejos e pela autovigilância corporal e moral.

> *A gente quer que os meninos reparem a gente, nós temos medo de não ter namorado, de não casar... Não sei, dá uma aflição, porque quando a gente entra no tiktok aparece muitos vídeos de relacionamentos lindos, de viagens de casal e de dicas de como conseguir namorado* (Estudante 10, bissexual, 18 anos).

> *Até os professores homens perguntam "e vai casar quando"? É bem constrangedor, eles dizem que vamos ficar para "titias"[21], sem namorado. (Estudante 11, heterossexual, 17 anos)*

No ecossistema contemporâneo das plataformas de redes sociais, a engrenagem da "prateleira do amor" é potencializada e sofisticada ao infinito por meio da infraestrutura tecnológica: filtros digitais de embelezamento e emagrecimento, métricas públicas de curtidas e seguidores, e a cobrança social por uma performance corporal impecável e cirurgicamente modificada. As falas captadas e gravadas ao longo das salas de áudio demonstram o impacto psicopolítico devastador e cotidiano dessa dinâmica algorítmica na saúde mental e na autoimagem das estudantes.

Passemos à análise do depoimento de uma estudante bissexual, de 18 anos, que, durante o Grupo Focal 1, relatou sentimentos de angústia e tensões vivenciadas em sua trajetória escolar:

> *A gente passa o dia olhando o TikTok e o Instagram e parece que todo mundo tem o corpo perfeito, a vida sexual perfeita, o namoro perfeito. Tem uma enxurrada de vídeos ensinando como prender o homem, como se vestir, como ser sexy. Mas ao mesmo tempo que isso parece que ensina alguma coisa, deixa a gente muito confusa e se sentindo mal, porque o corpo da gente não é igual ao das blogueiras e a gente fica na dúvida se o que a gente tá fazendo é certo ou errado. A internet dá informação, mas joga tudo na nossa cara de um jeito que a gente não sabe em quem acreditar* (Estudante 12, heterossexual, 18 anos).

O relato da jovem estudante evidencia um processo de reatualização das hierarquias de gênero e das estruturas patriarcais no ambiente digital, reorganizadas sob discursos de autonomia individual, autenticidade e liberdade de escolha. Conforme argumenta Angela

[21] A expressão popular "ficar para titia" remete ao estigma historicamente atribuído às mulheres que permaneciam solteiras, especialmente quando ultrapassavam a idade socialmente considerada adequada para o casamento. A solteirice feminina foi, durante muito tempo, associada à ideia de fracasso ou inadequação social, em uma sociedade na qual o casamento constituía uma expectativa central sobre a trajetória das mulheres. Estudos sobre as representações da vida conjugal no Brasil identificam, entre essas construções culturais, o sofrimento associado à condição de "solteirona" e o medo de "ficar para titia" (Coutinho; Menandro, 2010)

McRobbie (2009), no contexto pós-feminista contemporâneo, mecanismos tradicionais de subordinação feminina deixam de operar exclusivamente por meio de imposições normativas explícitas e passam a ser incorporados em linguagens de empoderamento, autogestão e realização individual. Nesse sentido, o conservadorismo digital direcionado às juventudes femininas mobiliza dispositivos afetivos e simbólicos capazes de ressignificar valores patriarcais em formatos compatíveis com a cultura das plataformas e com as dinâmicas contemporâneas de subjetivação juvenil.

Esse cenário de incerteza cognitiva pode ser compreendido e teorizado a partir das formulações de Zygmunt Bauman (2001) sobre a modernidade líquida. Para o autor, as grandes instituições que, em séculos anteriores, ofereciam estabilidade às trajetórias individuais, como o Estado, a Igreja, a família tradicional e a própria escola, perderam sua capacidade de fornecer amparo e certezas estáveis aos sujeitos.

Na ausência de referenciais institucionais consistentes e cientificamente embasados por parte do corpo docente e da estrutura familiar, os saberes e as vivências sobre a sexualidade tornam-se cada vez mais "líquidos", fragmentando-se em modismos comerciais efêmeros e tendências algorítmicas voláteis que deixam as juventudes desamparadas, desorientadas e imersas em um estado de confusão conceitual e insatisfação existencial crônica. A internet ensina, via de regra, a consumir o sexo como mercadoria, mas sabota a formação do sujeito autônomo, crítico e emancipado.

3.4 Discursos conservadores, gênero e disputas de sentidos

A inserção cotidiana das juventudes da Escola Normal nas redes sociais digitais não pode ser compreendida apenas como um fenômeno tecnológico ou geracional. Sob essa esteira, torna-se fundamental reconhecer que plataformas como *TikTok* e *Instagram* passaram a disputar diretamente os processos de formação ética, afetiva e política dos jovens, produzindo sentidos sobre sexualidade, gênero, corpo, relacionamentos e pertencimento social. A experiência juvenil na atualidade passa, cada vez mais, a ser mediada por ambientes digitais marcados pela circulação de discursos, pela exposição constante e pela transformação das emoções em mercadoria e engajamento.

Nesse cenário, o avanço do conservadorismo encontra nas redes sociais um terreno fértil para sua difusão e reconfiguração. Conforme analisa o professor e pesquisador Marco Aurélio Máximo Prado (2021), os discursos conservadores contemporâneos operam por meio da produção de pânicos morais, da defesa de normas tradicionais de gênero e sexualidade e da

construção de inimigos simbólicos, associados às pautas feministas e LGBTQIA+. Mais do que um simples retorno ao tradicionalismo, trata-se de um movimento que reorganiza afetos, medos e ressentimentos sociais, utilizando as linguagens rápidas, emocionais e simplistas da cultura digital para ampliar sua capacidade de adesão, especialmente entre as juventudes.

Os relatos produzidos pelos estudantes durante os grupos focais revelam esse atravessamento. Ao mesmo tempo em que as redes sociais ampliam o contato com diferentes experiências de gênero e sexualidade, também intensificam a circulação de conteúdos moralizantes e normativos sobre comportamento, feminilidade, masculinidade e vida afetiva. Entre vídeos motivacionais, discursos religiosos, influenciadores conservadores e conteúdos de apelo emocional, muitos jovens passam a conviver cotidianamente com mensagens que reforçam o controle dos corpos, a culpabilização do desejo e a naturalização de modelos heteronormativos de relacionamento.

Entretanto, os discursos juvenis analisados nesta investigação também demonstram que essas formas de regulação não se dão de maneira homogênea ou absoluta. As falas são atravessadas por dúvidas, desconfortos, contradições e tentativas de ruptura, evidenciando que os sujeitos juvenis negociam os sentidos que lhes são impostos. Entre a necessidade de pertencimento social e o desejo de viver experiências mais livres e plurais, emergem fissuras que revelam a complexidade da experiência juvenil em meio às disputas culturais que atravessam o Brasil contemporâneo.

O material empírico recolhido nas transcrições dos grupos focais e nas detalhadas respostas manuscritas dos questionários revela um cenário de complexidade discursiva. Se, por um lado, os jovens manifestam o desejo de maior liberdade expressiva, autonomia corporal e pelo respeito às diversidades sexuais e de gênero, por outro lado, demonstram a introjeção automática e a reprodução acrítica de enunciados disciplinares patriarcais violentos, machistas e homofóbicos.

Esses enunciados encontram-se sintetizados e cristalizados nas expressões cotidianas que ecoam nos corredores da escola e que dão título a esta pesquisa: “fecha as pernas e senta igual moça” e “engole o choro, menino macho não chora”.

Nesse contexto, tornam-se relevantes recrutar as contribuições teóricas de Manuel Castells (2018) e Richard Miskolci (2018) a respeito das transformações da esfera pública e pelo debate político na era das redes digitais hiperconectadas. Castells (2018) afirma que a arquitetura em rede da internet propiciou o surgimento daquilo que conceitua como “autocomunicação de massa”, fenômeno que alterou as relações de poder. Se, em um primeiro momento, esse modelo favoreceu a articulação de movimentos identitários de resistência e

insurreições democráticas horizontais, transformou-se rapidamente, por meio da manipulação econômica, no ecossistema perfeito para a proliferação orquestrada de redes de ódio, ressentimento político e bolhas ideológicas reacionárias.

Avançando nessa mesma linha analítica e aplicando-a ao contexto político brasileiro, Richard Miskolci (2018) discute de que maneira as mídias sociais e os aplicativos de mensagens instantâneas, como o *WhatsApp*, foram estrategicamente instrumentalizadas e convertidas em armas por grupos neoconservadores e frentes parlamentares fundamentalistas.

Esses atores articularam-se na disseminação de pânicos morais em larga escala e na promoção de sofisticadas campanhas de desinformação digital direcionadas especificamente contra as políticas públicas de igualdade de gênero, os direitos da comunidade LGBTQIA+ e a implementação de diretrizes de educação sexual crítica nas escolas públicas do país.

Assim, esse complexo fenômeno político ganha contornos e maior clareza teórica por meio da categoria analítica de pânico moral e do desmonte da falácia ideológica da chamada "ideologia de gênero", temas amplamente debatidos pelas obras referenciais de Marco Aurélio Máximo Prado (2019) e Débora Diniz (2018).

Prado (2019) esclarece que a categoria "ideologia de gênero" não possui qualquer espécie de validade científica, lastro acadêmico ou consistência conceitual no campo das Ciências Humanas, da Sociologia ou da Antropologia mundial. Trata-se, segundo o autor, de um espantalho retórico, um artefato discursivo de caráter ideológico e uma "tecnologia política" de controle social, criada originariamente no seio de setores clericais ultraconservadores e posteriormente apropriada pela extrema-direita política global. O objetivo central dessa retórica consiste em demonizar as conquistas históricas dos movimentos feministas e *queer*, transformando as teorias de gênero em uma ameaça fantasiosa, apocalíptica e iminente à sobrevivência da família tradicional e à integridade moral da infância.

Conforme assevera Débora Diniz (2018), o pânico moral é ativado, alimentado e gerido por meio da circulação frenética de imagens chocantes, montagens grosseiras e notícias falsas (*fake news*) nas redes sociais, que apelam de forma direta para o puritanismo religioso, para o machismo estrutural e para o medo ancestral da dissolução das fronteiras sexuais normativas. Segundo a autora, esse mecanismo paralisa o debate democrático racional, criminaliza o trabalho de professores e interdita a implementação de parâmetros curriculares voltados para a igualdade e a emancipação humana.

No cotidiano da Escola Normal, os efeitos nocivos e psicopolíticos desse pânico moral difundido no ambiente digital e dessa guerra cultural manifestam-se por meio de práticas de

autovigilância, policiamento mútuo e linchamentos virtuais operados entre os próprios estudantes do Ensino Médio.

Nas discussões que marcaram a realização do grupo focal[22] observou-se de que maneira discursos religiosos fundamentalistas de matriz neopentecostal e enunciados normativos de uma masculinidade tóxica e militarizada operam como severas instâncias de enquadramento disciplinar e punição dos corpos. O medo paralisante de ser rotulado como "desviante", "imoral", "frouxo" ou "sem valor" assombra a experiência cotidiana dos jovens, forçando-os a performar papéis de gênero ultrarrígidos e binarismos estéticos violentos como estratégia de sobrevivência e proteção contra a exclusão social e o *bullying*.

O diálogo estabelecido com um estudante autoidentificado como gay, de 18 anos, revela de maneira expressiva como a violência de gênero e as práticas de hostilidade no ambiente digital atravessam o cotidiano e as experiências das juventudes contemporâneas.

> *A gente sabe que as coisas mudaram, mas na prática o preconceito continua o mesmo aqui na escola. Se um cara chora ou demonstra muita sensibilidade, o pessoal já começa a zoar, a chamar de viado, a dizer que não é homem de verdade. O peso de ter que ser sempre o 'macho alfa' é muito grande, engolir o choro é o que a gente aprende desde pequeno em casa e na rua. E se as meninas não se derem ao respeito, se vestirem certas roupas ou ficarem com muitos caras, o julgamento na internet destrói a vida delas em dois palitos. Os grupos de WhatsApp da escola são cruéis, vazam fotos, xingam. É melhor ficar na linha para não virar o alvo do mês* (Estudante 13, homossexual, 18 anos).

A fala do estudante desvela a engrenagem daquilo que Judith Butler (2003) conceitua e desconstrói como a matriz heterossexual. Para a autora, o gênero não é uma essência biológica natural ou uma emanação anatômica interna do sujeito; trata-se de uma performance culturalmente reiterada por meio de atos corporais, gestos, posturas e enunciados linguísticos que produzem efeitos de naturalização do sexo.

Aqueles corpos e subjetividades que não performam o gênero em conformidade com o binarismo anatômico normativo (macho/fêmea, masculino/feminino) são sumariamente empurrados pelo poder disciplinar para a chamada zona da abjeção, sendo destituídos de humanidade e legitimidade social no cotidiano coletivo. O ambiente escolar da Escola Normal, longe de se constituir como um espaço imune a essa violência, atua como o palco no qual a norma heteropatriarcal é executada com requintes de crueldade digitalizada[23].

---

[22] O grupo focal foi realizado no laboratório da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro (Escola Normal), em um espaço mais reservado e afastado dos ruídos e da movimentação cotidiana da instituição. A escolha do local favoreceu um ambiente tranquilo, permitindo maior concentração, privacidade e liberdade para o desenvolvimento do diálogo entre os participantes.

[23] É importante destacar que essas reflexões estão circunscritas ao universo empírico investigado, composto por 16 estudantes pertencentes a duas turmas do Ensino Médio da Escola Normal, não pretendendo representar a totalidade das experiências vivenciadas por todos os sujeitos que compõem a instituição escolar. Trata-se, portanto,

O vazamento não autorizado de imagens íntimas, a difamação em grupos no *WhatsApp* e o linchamento virtual operam como os novos pelourinhos da era da hiperconectividade, atualizando e sofisticando as velhas estruturas do patriarcado e do machismo colonial por meio da infraestrutura tecnológica de circulação de dados.

Para conferir sentido histórico e compreender esse aparente retrocesso moral e apego a discursos fascistas entre juventudes teoricamente conectadas e globais, faz-se necessário convocar o conceito de *Retrotopia*, edificado por Zygmunt Bauman (2017) em sua obra derradeira. O autor argumenta que, diante do colapso generalizado das utopias progressistas de futuro e da incapacidade estrutural do capitalismo global contemporâneo de oferecer horizontes previsíveis de segurança material, estabilidade econômica e amparo existencial, os sujeitos sociais passam a investir suas energias e esperanças em uma idealização nostálgica, romântica e ficcional de um passado autoritário que nunca existiu de fato.

O neoconservadorismo digital capitaliza essa angústia e esse desamparo geracional da juventude popular, oferecendo aos jovens a ilusão de estabilidade, pertencimento comunitário e ordem moral por meio do retorno forçado a papéis de gênero ultratradicionais e a binarismos disciplinares reconfortantes.

Esse sutil mecanismo de regulação invisível é teorizado por Angela McRobbie (2009) em suas críticas daquilo que denomina de complexo pós-feminista. A autora demonstra que as forças de mercado e as indústrias culturais das redes sociais operam uma captura perversa e um esvaziamento político das pautas emancipatórias históricas.

Elas convertem a submissão feminina, a docilização dos corpos e a hipererotização mercantilizada em supostas escolhas estéticas livres, autônomas e "empoderadas", neutralizando por completo o potencial subversivo e revolucionário das lutas de gênero e devolvendo os corpos das mulheres à norma patriarcal dominante.

3.5 "A escola deveria conversar mais sobre isso": juventudes, escuta e possibilidades para uma educação sexual crítica

O encerramento deste capítulo teórico-empírico impõe a necessidade política e pedagógica de sistematizar e dar centralidade às demandas, aos anseios profundos e às linhas de fuga e resistência projetadas pelos 16 estudantes da Escola Normal ao longo de todo o percurso da pesquisa de campo. Longe de se posicionarem ou se comportarem como sujeitos

---

de uma análise situada, construída a partir dos discursos produzidos pelos participantes da pesquisa e das experiências por eles narradas.

passivos, alienados ou anestesiados pelo bombardeio algorítmico e ideológico promovido pelo conservadorismo digital dominante, as juventudes periféricas e dissidentes colaboradoras desta investigação manifestaram, de forma categórica, um desejo de ruptura com o regime de silêncio institucionalizado que governa a escola.

Ao analisar as respostas abertas à última questão do questionário "Educação Sexual, Gênero e Juventudes" (Para você, o que uma boa educação sexual deveria incluir no ambiente da escola?), observa-se a recorrência de um vocabulário analítico e afetivo centrado nas categorias da empatia, do respeito mútuo, da desconstrução do racismo, do machismo e da LGBTfobia, bem como na necessidade de superar abordagens que reduzem a educação sexual às dimensões anatômicas e biológicas da reprodução humana.

Os discursos produzidos pelos estudantes ao longo dos grupos focais evidenciam limites das formas tradicionais pelas quais a sexualidade tem sido abordada no espaço escolar. As narrativas analisadas revelam demandas por diálogo, escuta e reconhecimento que frequentemente não encontram lugar nas práticas pedagógicas ou nos currículos vivenciados pelos jovens.

Uma educação sexual transgressora e emancipatória**,** conforme propõe Fabiana Rodrigues de Sousa (2021), em diálogo com a pedagogia engajada de Bell Hooks (2013), não se rebaixará a transmitir conteúdos técnicos frios ou cartilhas proibitivas; ela coloca o diálogo horizontal, a partilha de experiências e a vulnerabilidade mútua no centro do processo pedagógico, permitindo que educadores e educandos se reconheçam como sujeitos inteiros, pensantes, desejantes e históricos, cujas vivências corporais devem ser acolhidas e ouvidas.

Esta virada epistemológica e metodológica em direção a uma educação sexual crítica, dialógica e emancipatória encontra sustentação conceitual e vigor político nas formulações clássicas de Henry Giroux (1997) a respeito da pedagogia crítica, dos professores como intelectuais transformadores e da construção de uma cidadania radical e democrática.

Giroux (1997) ensina que a escola pública não deve ser reduzida a uma engrenagem de reprodução ideológica do capital ou a um centro de treinamento técnico; trata-se de um local privilegiado de contestação política, produção cultural vibrante e disputa por hegemonia simbólica, onde os currículos oficiais repressores devem ser constantemente tensionados, hackeados e ressignificados a partir da cultura viva, das dores e das experiências concretas trazidas pelos estudantes.

Uma educação para a sexualidade que opte por ignorar deliberadamente a imersão profunda dos jovens no capitalismo de vigilância, que feche os olhos para a sofisticação das tecnologias de gênero nas telas e que se omita perante a proliferação violenta do pânico moral

neoconservador nas redes sociais está irremediavelmente condenada ao fracasso pedagógico, à obsolescência curricular e à cumplicidade com as violências sistêmicas.

Por outro lado, uma educação para a sexualidade que, conforme Eliane Maio (2021) contribua para a construção de ambientes escolares mais inclusivos e democráticos, nos quais o respeito à diversidade sexual e o convívio solidário com as diferenças constituam princípios centrais da formação humana, apresenta-se como uma possibilidade concreta de enfrentamento das desigualdades, dos preconceitos e das violências que atravessam o cotidiano escolar.

Nesse contexto, torna-se fundamental promover uma alfabetização midiática crítica articulada a uma análise dos discursos, capacitando os estudantes do Ensino Médio a desvelarem e combaterem as armadilhas ideológicas, os preconceitos religiosos e os interesses econômicos de mercado que operam por trás das narrativas fascistas e hipererotizadas que colonizam e alienam suas telas cotidianas.

Ademais, para que essa práxis pedagógica emancipatória não incida em novas abstrações universais, homogeneizações coloniais ou generalizações teóricas distantes da realidade brasileira, a abordagem crítica da sexualidade deve ser estruturalmente atravessada e tensionada pelas lentes teóricas da interseccionalidade, conforme preconizado e sistematizado por Carla Akotirene (2019).

A categoria analítica da interseccionalidade exige dos pesquisadores/as e educadores/as a compreensão profunda e indissociável de como os marcadores sociais da opressão, tais como gênero, raça, racismo estrutural, classe social, território e orientação sexual, se entrelaçam e se potencializam de forma única na produção histórica das vulnerabilidades, dos silenciamentos e das violências físicas e simbólicas vivenciadas pelos sujeitos.

No território microfísico da Escola Normal, a experiência existencial e os riscos discursivos de ser uma jovem estudante negra, lésbica e de extração estritamente periférica impõem desafios, dores e necessidades de proteção política, radicalmente distintos daqueles enfrentados ou performados por um jovem estudante branco, heterossexual e pertencente aos extratos mais abastados da cidade.

A educação sexual crítica e interseccional deve, por conseguinte, brotar e se alimentar da concretude viva e pulsante desses recortes e encruzilhadas sociais, oferecendo aos estudantes não apenas conceitos abstratos, mas ferramentas políticas de autodefesa conceitual, redes institucionais de proteção e espaços coletivos de acolhimento que municiem as juventudes populares contra o avanço do ódio, da intolerância religiosa, do machismo e da desinformação digital orquestrada pelas elites neoconservadoras contemporâneas.

Entende-se, portanto, ao término desta caminhada investigativa, que amplificar a voz, acolher o protagonismo e chancelar as legítimas demandas por diálogo formuladas de forma tão veemente pelos 16 jovens estudantes da Escola Normal não constitui uma mera concessão metodológica ingênua, um capricho acadêmico das pesquisadoras ou uma escolha opcional desinteressada do corpo diretivo.

Trata-se de um imperativo ético categórico, de um compromisso com os direitos humanos e de um autêntico ato de resistência política e democrática em tempos de obscurantismo social. Transformar a escola pública contemporânea em um território de liberdade, de escuta, afeto revolucionário e diálogo emancipatório é o único caminho histórico possível para resgatar a esquecida e ultrajada função social da educação pública como prática da liberdade e como vetor potente de justiça social e igualdade substantiva. Conforme Bell Hooks (2013, p. 273): “A sala de aula continua sendo o espaço de possibilidade mais radical da academia”.

À luz das contribuições de bell hooks (2013), as narrativas analisadas reforçam a importância de uma educação comprometida com a escuta, o diálogo e o reconhecimento das experiências juvenis. Ao trazer para o centro da investigação as vozes dos estudantes da Escola Normal, buscamos compreender como diferentes discursos atravessam suas formas de pensar, sentir e vivenciar a sexualidade. É a partir dessas reflexões que avançamos para as considerações finais desta pesquisa, retomando seus principais achados e contribuições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda pesquisa nasce de uma inquietação. Antes dos objetivos, das hipóteses, dos referenciais teóricos e dos procedimentos metodológicos, existe sempre uma pergunta que nos atravessa e nos mobiliza. Esta dissertação nasceu justamente desse lugar: das inquietações construídas ao longo da minha trajetória como educadora popular, das experiências acumuladas em espaços de formação de jovens e, também, das vivências pessoais que me permitiram compreender os impactos produzidos pelos preconceitos, silenciamentos e violências relacionados à sexualidade.

Ao longo dos anos, acompanhando adolescentes e jovens em escolas públicas, cursinhos populares e projetos de educação popular, tornou-se impossível ignorar a recorrência das dúvidas, dos medos, das inseguranças e das dificuldades enfrentadas por esses sujeitos quando o tema era sexualidade. Paralelamente, acompanhar a trajetória de uma irmã lésbica permitiu compreender que as disputas em torno dos corpos, dos afetos e das identidades não se restringem ao campo das ideias, mas produzem efeitos concretos na vida das pessoas. Foi desse encontro entre experiência pessoal, prática educativa e compromisso político que emergiu a presente pesquisa.

Partimos da inquietação central de compreender como estudantes do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro significam a educação para a sexualidade e quais discursos atravessam suas percepções sobre o tema. Para responder a essa questão, estabelecemos como objetivo geral compreender os discursos produzidos por jovens estudantes acerca da sexualidade, analisando os sentidos atribuídos por eles à educação sexual em um contexto marcado pela presença das mídias digitais, pela influência religiosa e pelas disputas contemporâneas em torno de gênero e sexualidade.

Para alcançar esse objetivo, inicialmente foram examinados os referenciais teóricos que possibilitam interpretar as relações entre juventudes, sexualidade, escola e sociedade. Os estudos de Foucault, Louro, Butler, hooks, Dayrell e demais autores mobilizados ao longo da pesquisa permitiram compreender que a sexualidade não constitui um fenômeno natural ou biológico, mas uma construção histórica, cultural e social atravessada por relações de poder, disputas simbólicas e processos de produção de subjetividades.

Em seguida, buscamos analisar a produção acadêmica apresentada no Grupo de Trabalho 23 – Gênero, Sexualidade e Educação da ANPEd. O levantamento realizado permitiu identificar que a temática da sexualidade permanece relevante no campo educacional brasileiro,

embora atravesse, nos últimos anos, um contexto de intensificação dos discursos conservadores e das ofensivas antigênero. A análise evidenciou a permanência de disputas em torno do direito de discutir sexualidade na escola e reforçou a importância social e acadêmica desta investigação.

Por fim, a realização dos questionários e dos grupos focais permitiu aproximar a pesquisa das experiências concretas dos estudantes. As narrativas produzidas pelos jovens revelaram que a sexualidade ocupa lugar central em suas vidas, embora permaneça frequentemente envolta por silêncios e inseguranças. Os dados demonstraram que os estudantes constroem seus conhecimentos sobre sexualidade a partir de múltiplas fontes, entre elas a família, a religião, a escola, os amigos e, de maneira cada vez mais intensa, as redes sociais digitais.

Os resultados também evidenciaram que a escola continua sendo reconhecida pelos estudantes como um espaço legítimo para a discussão da sexualidade. Entretanto, muitos participantes relataram que essas discussões acontecem de forma insuficiente, esporádica ou limitada a aspectos biológicos e preventivos. Em suas falas, emergiu o desejo por diálogos mais amplos que contemplem a afetividade, a diversidade, o consentimento, os relacionamentos, a violência de gênero e o respeito às diferenças.

Outro aspecto que merece destaque refere-se ao papel das mídias digitais na formação das juventudes contemporâneas. As redes sociais aparecem simultaneamente como espaços de informação, acolhimento e aprendizagem, mas também como ambientes marcados pela circulação de desinformação, preconceitos e discursos contraditórios. Tal constatação reforça a necessidade de que a escola assuma uma postura ativa na mediação crítica desses conteúdos, contribuindo para que os estudantes desenvolvam autonomia intelectual e capacidade reflexiva diante das informações que consomem diariamente.

A pesquisa também revelou que os discursos religiosos participam da constituição das subjetividades juvenis. Para muitos estudantes, a religião representa espaço de pertencimento, acolhimento e orientação moral. Contudo, em determinadas situações, surgem tensões entre valores religiosos e experiências relacionadas à sexualidade, evidenciando a complexidade das relações entre fé, identidade e construção de projetos de vida juvenis.

Embora os objetivos propostos tenham sido alcançados, reconhecemos algumas limitações deste estudo. A pesquisa concentrou-se em uma única instituição escolar e contou com a participação de um número reduzido de estudantes, o que não permite generalizações sobre as juventudes brasileiras. Entretanto, o propósito desta investigação não foi produzir

verdades universais, mas compreender experiências situadas, reconhecendo a singularidade dos sujeitos e dos contextos analisados.

Ao concluir esta caminhada investigativa, uma certeza permanece: os jovens desejam falar sobre sexualidade. Mais do que isso, desejam ser ouvidos. As narrativas construídas nos grupos focais demonstraram que eles possuem reflexões sofisticadas sobre seus próprios processos de formação, sobre os desafios que enfrentam e sobre os conflitos que vivenciam em seu cotidiano. O que muitas vezes lhes falta não é interesse ou capacidade de reflexão, mas espaços seguros e acolhedores para que possam expressar suas dúvidas, sentimentos e experiências.

Diante disso, esta dissertação reafirma a defesa de uma educação para a sexualidade comprometida com os direitos humanos, com a democracia e com a formação integral dos sujeitos. Em tempos marcados pela disseminação do medo, da intolerância e do silenciamento, discutir sexualidade na escola não constitui ameaça alguma. Ao contrário, representa uma possibilidade concreta de promover respeito, autonomia, cidadania e justiça social.

Talvez a principal contribuição desta pesquisa esteja justamente naquilo que seus participantes nos ensinaram: quando a escola se dispõe a ouvir seus estudantes, ela descobre que eles têm muito mais a dizer do que imaginamos. Escutá-los não é apenas uma estratégia metodológica. É um compromisso ético, político e pedagógico com a construção de uma educação democrática e emancipadora.

Como lembrava Freire (1996), a educação não transforma o mundo sozinha; ela transforma as pessoas, e são as pessoas que transformam o mundo. Que as vozes dos jovens aqui registradas possam seguir ecoando para além destas páginas, inspirando escolas mais democráticas, mais humanas e mais comprometidas com a liberdade de ser, existir e sonhar.

Para mim, depois de ouvir esses jovens e percorrer os caminhos desta pesquisa, educar para a sexualidade significa, sobretudo, criar possibilidades de diálogo. Significa construir uma escola em que os jovens possam perguntar sem medo, falar sem serem julgados e compreender criticamente os discursos que atravessam seus corpos, afetos e sexualidades. Não se trata de dizer como devem viver, mas de oferecer conhecimento e condições para que façam escolhas conscientes e autônomas.

Ao final deste percurso, fica a compreensão de que escutar também é educar. Se queremos uma escola verdadeiramente democrática, precisamos reconhecer as juventudes não apenas como destinatárias de conhecimentos, mas como sujeitos que têm experiências, dúvidas, saberes e muito a dizer. Que esta pesquisa contribua, portanto, para que a sexualidade deixe de

ocupar o lugar do medo e do silêncio e encontre, na escola, espaço para o diálogo, o conhecimento, o respeito e a liberdade.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVAREZ, Gilberto. Prof. Giba: escolas têm papel importante no combate à intolerância. Entrevista à **Rede TVT**. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-_1FK0YVqcc. Acesso em: 10 jul. 2025.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda (org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). Sobre a ANPEd. **Portal ANPEd Org**. Rio de Janeiro. s.d. Disponível em: https://anped.org.br/sobre-a-anped/. Acesso em: 8 abr. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOYD, Danah. **It's complicated:** the social lives of networked teens. New Haven: Yale University Press, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília – DF: MEC, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília – DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN:** Temas Transversais. Brasília – DF: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.

BRITTOS, Valdemir; SANTOS, Leonardo A.; GAGLIOTTO, Cristiane. Educação sexual crítica: por uma pedagogia do corpo sensível. **Educação & Realidade**, v. 38, n. 2, p. 581–599, 2013.

BONIN, Jiani Adriana. A pesquisa da pesquisa como práxis metodológica na construção de investigações comunicacionais. In: WOTTRICH, Laura; ROSÁRIO, Nísia Martins do (org.). **Experiências metodológicas na comunicação**. 2022. p. 310-326.

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 49-56, dez. 2018.

BUTLER, Judith. **Desfazendo o gênero**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45–56, jan./abr. 2008.

CAMBRIDGE DICTIONARY. Tradwife. In: **Cambridge Dictionary**. Cambridge: Cambridge University Press, 2025. Disponível em: https://dictionary.cambridge/english/tradwife. Acesso em: 10 mai. 2025.

CASTELLS, Manuel. **Ruína e reconstrução da democracia**. São Paulo: Fronteiras do Pensamento, 2018.

CARVALHO, Marília Pinto de. Quem são os meninos que fracassam na escola? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 11-40, jan./abr. 2004.

COUTINHO, Sabrine Mantuan dos Santos; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Relações conjugais e familiares na perspectiva de mulheres de duas gerações: "Que seja terno enquanto dure". **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 83-106, 2010.

DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes ou as juventudes fazem a escola? In: SPOSITO, Marília Pastore (Org.). **Estado da arte sobre juventude na educação no Brasil**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 83-109.

DAYRELL, Juarez. A juventude como construção social. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro (orgs.). **Retratos da juventude brasileira:** análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, Bruna Larissa Ramalho; TALAMONI, Ana Carolina Biscalquini; MAIO, Eliane Rose. A educação sexual no Brasil: um passo para frente, dois passos para trás. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 12, n. 2, p. 751-775, 2024.

DINIZ, Débora. A ideologia de gênero e o pânico moral no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-12, 2018.

EGYPTO, Silvia. O tratamento da sexualidade na educação: entre a normatização e o silêncio. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão:** política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp; CEM; Cebrap, 2011.

FIGUEIREDO, Rosilene de; MELO, Hérica Alves. Adolescência, sexualidade e práticas de *sexting*: desafios para a educação sexual. **Revista Educação e Linguagens**, v. 5, n. 10, p. 22–38, 2016.

FIGUEIRÓ, Susan. Educação sexual: reflexões sobre saberes e práticas. **Revista Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, p. 127–144, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2001 [1963].

GALVÃO, Cristina Maria; SAWADA, Namie Okino; TREVIZAN, Maria Auxiliadora. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 549-556, 2004. DOI: 10.1590/S0104-11692004000300014

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais:** rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica:** o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2004.

LOWENKRON, Laura. A cruzada antipedofilia e a criminalização das fantasias sexuais. **Sexualidade, Saúde e Sociedade: Revista Latino-Americana,** Rio de Janeiro, n. 15, p. 39–72, 2013.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas sociais:** esboço de uma teoria geral. Tradução de Roberto Dutra. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

MAIA, Cláudia de Jesus. **A invenção da solteirona:** conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais (1890–1948). 2007. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/2331. Acesso em:

MAIO, Eliane Rose. Gênero, Educação sexual no espaço escolar, priorizando a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). In: SIMILI, Ivana Guilherme (Org). **Corpo, gênero e sexualidade**. Formação de professores-Ead. Maringá/PR: EDUEM, 2011, p. 89-104.

MAIO, Eliane Rose; OLIVEIRA, Márcio; PEIXOTO, Reginaldo. Formação em gênero e educação para a sexualidade: considerações acerca do papel da escola. **Revista NUPEM**, v. 10 n. 20, 2018. DOI: https://doi.org/10.33871/nupem.v10i20.353.

OLIVEIRA, Márcio de; MAIO, Eliane Rose. Violência sexual contra crianças e adolescentes: em discussão os Planos Municipais de Educação do Estado do Paraná. In: **REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 40., 2021,** Belém. *Anais [...].* Rio de Janeiro: ANPEd, 2021.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011 [1852].

MASSANARI, Adrienne. **Participatory Culture, Community, and Play:** Learning from Reddit. New York: Peter Lang, 2015.

MCROBBIE, Angela. **The Aftermath of Feminism:** Gender, Culture and Social Change. London: SAGE Publications, 2009.

MEYER, Dagmar Estermann. Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens, por quê? In: MEYER, Dagmar Estermann et al. (org.). **Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 5-12.

MISKOLCI, Richard. Exclusão digital e pânico moral: a centralidade do gênero nas disputas políticas contemporâneas. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 8, n. 2, p. 321-343, 2018.

MORGAN, David L. **Focus groups as qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1997.

NAGLE, Angela. **Kill All Normies:** Online Culture Wars From 4chan and Tumblr to Trump and the Alt-Right. Winchester: Zero Books*, 2017*.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OHPI – ONLINE HATE PREVENTION INSTITUTE. **Misogynistic publications on Instagram.** 2022. Disponível em: https://ohpi.org.au/misogynistic-publications-on-instagram-enough-is-enough. Acesso em: 10 jul. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2008.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Ideologia de gênero: dispositivo discursivo e censura no campo educacional. **Educação em Questão**, v. 59, n. 62, 2021.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. O pânico moral da “ideologia de gênero” nas políticas educacionais brasileiras. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, e198842, p. 1-18, 2019.

QUINALHA, Renan. Desafios para a comunidade e o movimento LGBT no governo Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (org.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política.** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

RIOS, Luís Felipe; MAKSUD, Vera; OLIVEIRA, Ivia; CRUZ, Cinthia; SILVA, Cláudia Maria da; TERTO JÚNIOR, Cristiane Gonçalves da; PARKER, Veriano; RICHARD. O cuidado da “carne” na socialização sexual dos jovens. In: Dossiê: Psicologia e Sexualidade no Século XXI. **Psicologia em Estudo**, São Paulo, v. 13, n. 4, 2008.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. Gênero e religião. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 363-365, maio/ago. 2005.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 79-96, 2001.

ROSADO NUNES, Maria José Fontelas. Religião, gênero e sexualidade: controvérsias contemporâneas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 71-105, jul./dez. 2006.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação ubíqua:** repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1991.

SIBILIA, Paula. **O show do eu:** a intimidade como espetáculo. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, Wagna; BRANCALEONI, Ana Paula; OLIVEIRA, Luiz Paulo. Gênero, sexualidade e educação na BNCC: entre silenciamentos e resistências. **Revista E-Curriculum**, v. 17, n. 2, p. 526–545, 2019.

SOUZA, Aline Patrícia; MILANI, Débora Raquel da Costa. A educação sexual e o papel do educador: reflexões a partir de um contexto social em transformação. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 95–106, jan./abr. 2020. DOI: 10.5585/dialogia.n34.16635.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de. Resistir para existir: aportes freireanos para uma educação sexual transgressora e emancipadora. **Práxis Educativa,** [S. l.], v. 16, p. 1-18, 2021. DOI: https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.16.16462.013. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16462. Acesso em: 5 jun. 2026.

WEEKS, Jeffrey. **Making sexual history**. Cambridge: Polity Press, 2001.

ZAHAY, Megan. The rise of the tradwife aesthetic. **Journal of Cultural Aesthetics**, 2022.

ZANELLO, Valeska. **Amor, mulheres e política:** o sofrimento psíquico como sintoma de dominação. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2020.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos:** cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução de George Schlesinger. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. Disponível em: https://www.intrinseca.com.br/upload/livros/1%C2%BACap-AEraDoCapitalismoDeVigilancia.pdf. Acesso em: 27 ago. 2026.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Participante Maior de Idade)

Título da pesquisa: Escola em Movimento: educação para a diversidade e protagonismo juvenil

Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG
Pesquisadora responsável: Emilly Thainá Gonçalves Rodrigues
Orientadora: Profa. Dra. Mônica Maria Teixeira Amorim

Informações gerais

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente de uma pesquisa desenvolvida pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), no âmbito do projeto Escola em Movimento, financiado pela FAPEMIG.

O estudo busca compreender como os jovens percebem e vivenciam o ambiente escolar e suas relações cotidianas.
A participação consistirá em uma conversa em grupo (grupo focal) com outros estudantes, mediada pela pesquisadora, com duração aproximada de 1h30. Essa conversa será gravada em áudio, apenas para fins de análise, garantindo total sigilo e anonimato das falas.

Riscos e garantias

A pesquisa não apresenta riscos físicos, emocionais ou financeiros.
A participação é voluntária e o(a) participante poderá se retirar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.
As informações serão mantidas em sigilo absoluto e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Contatos

Pesquisadora: Emilly Thainá Gonçalves Rodrigues – emilly.goncalves@educacao.mg.gov.br

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Maria Teixeira Amorim – monica.amorim@unimontes.br

Consentimento: Declaro que li e compreendi as informações acima e concordo em participar voluntariamente da pesquisa intitulada Escola em Movimento: educação para a diversidade e protagonismo juvenil, ciente de que posso desistir a qualquer momento e que minha identidade será preservada.

Local: _____ Data: __ / __ / ___

Nome do(a) participante: _____
Assinatura do(a) participante: _____
Assinatura da pesquisadora: _____

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Responsável Legal)

Título da pesquisa: Escola em Movimento: educação para a diversidade e protagonismo juvenil

Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG
Pesquisadora responsável: Emilly Thainá Gonçalves Rodrigues
Orientadora: Profa. Dra. Mônica Maria Teixeira Amorim

Informações gerais

Seu(a) filho(a) está sendo convidado(a) a participar voluntariamente de uma pesquisa desenvolvida pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), no âmbito do projeto Escola em Movimento, financiado pela FAPEMIG.

O objetivo é compreender como os jovens percebem e vivenciam o ambiente escolar e suas relações cotidianas.
A participação consistirá em uma conversa em grupo (grupo focal) com outros estudantes, mediada pela pesquisadora, com duração aproximada de 1h30. A atividade será gravada em áudio, apenas para análise das falas, garantindo sigilo total da identidade dos participantes.

Riscos e garantias

A pesquisa não apresenta riscos físicos, emocionais ou financeiros.
O(a) participante poderá se retirar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.
As informações coletadas serão mantidas em sigilo e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Contatos

Pesquisadora: Emilly Thainá Gonçalves Rodrigues – emilly.goncalves@educacao.mg.gov.br

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Maria Teixeira Amorim – monica.amorim@unimontes.br

Consentimento: Declaro que li e compreendi as informações acima e autorizo a participação do(a) menor sob minha responsabilidade na pesquisa intitulada Escola em Movimento: educação para a diversidade e protagonismo juvenil, ciente de que a participação é voluntária e que posso desistir a qualquer momento.

Local: _____ Data: __ / __ / ___

Nome do(a) participante: _____
Nome do(a) responsável: _____
Assinatura do(a) responsável: _____
Assinatura da pesquisadora: _____

Apêndice C – Questionário Pré-Grupo Focal

Título da pesquisa: “Fecha às pernas e senta igual moça”; “engole o choro, menino macho não chora” Discursos dos jovens do ensino médio sobre educação para a sexualidade

Pesquisadora responsável: Emilly Thainá Gonçalves Rodrigues

Projeto guarda-chuva: Escola em Movimento: educação para a diversidade e protagonismo juvenil

Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

Orientadora: Professora Dra. Mônica Maria Teixeira Amorim.

Aprovação: O Comitê de Ética da UNIMONTES (que é quem garante que as pesquisas são seguras e justas) aprovou este estudo (Parecer n.º 6.571.587 de 12 de dezembro de 2023).

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Público-alvo: Estudantes do 3° e 2° ano do Ensino Médio da Escola Normal

Instruções: Responda às perguntas a seguir com sinceridade. Suas respostas são importantes para entendermos seus planos e expectativas.

Informações Básicas (Socioeconômicas e Escolares)

1. **Nome:**
2. **Idade:** ( ) 15 anos ( ) 16 anos ( ) 17 anos ( ) 18 anos ou mais
3. **Como você se autodeclara quanto à cor ou raça? (Marque apenas uma opção)**

( ) Branca ( )Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena

4. **Série Atual no Ensino Médio:** ( ) 1º Ano ( ) 2º Ano ( ) 3º Ano
5. **Você estuda em escola:** ( ) Pública (Estadual/Municipal/Federal) ( ) Privada (Particular)
6. **Você mora em Montes Claros?**
7. **Qual bairro você mora?**
8. **Com quem você mora**?
9. **Qual a sua situação atual?** (Marque a opção que melhor te representa)

( ) Somente estudo.

( ) Estudo e trabalho (ou faço algum bico/ajudo em um negócio familiar).

( ) Outra. Especifique: _____

10. Qual a principal fonte de renda da sua família?

( ) Salário/Trabalho - em carteira

( ) Salário/Trabalho - autônomo/empreendedor

( ) Aposentadoria/Benefício (INSS, pensão, etc.)

( ) Bolsa Família/Outro programa social (governo) ( ) Outra (Especifique: _____)

11. Sua renda familiar mensal (soma da renda de todos que moram com você) está em torno de quantos Salários Mínimos (SM)? (Considere o valor atual do Salário Mínimo que é de R$ 1.518,00).

( ) Até 1 salário mínimo (até R$ 1.518)

( ) De 1 a 3 salários mínimos (de R$ 1.518 a R$ 4.554)

( ) De 3 a 5 salários mínimos (de R$ 4.554 a R$ 7.590)

( ) De 5 a 10 salários mínimos (de R$ 7.590 a R$ 15.180)

( ) Não sei

( ) Prefiro não informar

Apêndice D – Questionário Educação Sexual, Gênero e Juventudes

1. Como você identifica seu gênero?

( ) Mulher

( ) Homem

( ) Pessoa não-binária

( ) Prefiro não responder

( ) Outro (Especifique: _____)

2. Você já teve acesso a alguma forma de educação sexual na escola?

( ) Sim, de forma regular e bem estruturada

( ) Sim, mas de forma muito superficial

( ) Não, nunca tive

( ) Não lembro

3. Quando você pensa em educação sexual, quais temas considera mais importantes?

(Marque quantos quiser)

[ ] Prevenção de ISTs e HIV

[ ] Métodos contraceptivos

[ ] Consentimento

[ ] Relações afetivas e respeito

[ ] Puberdade e mudanças corporais

[ ] Gênero e sexualidade

[ ] Violência sexual

[ ] Gravidez na adolescência

[ ] Outro (Especifique: _____)

4. Você se sente confortável para conversar sobre sexualidade com professores ou profissionais da escola?

( ) Sim, totalmente

( ) Sim, mas com algumas limitações

( ) Não muito

( ) Não, de jeito nenhum

5. Você considera que a escola deve discutir gênero e sexualidade?

( ) Sim, é muito importante

( ) Sim, mas com limitações

( ) Não tenho opinião formada

( ) Não, acredito que não seja papel da escola

6. Sobre seu conhecimento atual sobre educação sexual, você se considera:

( ) Bem informado(a/e)

( ) Razoavelmente informado(a/e)

( ) Pouco informado(a/e)

( ) Nada informado(a/e)

7. Quem mais influencia seu entendimento sobre sexualidade?

(Marque quantos quiser)

[ ] Família

[ ] Amigos

[ ] Escola

[ ] Redes sociais (TikTok, Instagram…)

[ ] Internet em geral

[ ] Profissionais de saúde

[ ] Religião

[ ] Outro (Especifique: _____)

8. Você já teve alguma dúvida sobre sexualidade que sentiu vergonha ou medo de perguntar?

( ) Sim

( ) Não

Se sim, qual tipo de dúvida? (Opcional): _____

9. Na sua opinião, qual é a maior dificuldade dos jovens em relação à educação sexual?

( ) Falta de informação clara

( ) Falta de abertura da escola para falar sobre o tema

( ) Tabus e preconceitos

( ) Medo/vergonha de perguntar

( ) Falta de diálogo com a família

( ) Outro (Especifique: _____)

10. Você acredita que discutir gênero ajuda a reduzir violência e discriminação?

( ) Sim, com certeza

( ) Talvez

( ) Não

( ) Nunca pensei sobre isso

11. Alguma vez você presenciou ou sofreu preconceito relacionado a gênero ou sexualidade na escola?

( ) Sim, presenciei

( ) Sim, sofri

( ) Não

Se quiser, descreva (Opcional): _____

12. Para você, o que uma boa educação sexual deveria incluir?

Resposta aberta:

_____

_____

_____

_____

Apêndice E – Fotos do Grupo Focal

IMAGENS DO ACERVO PESSOAL DA PESQUISADORA



